

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUCIANA CAROLINA CLETO DE SOUZA

FORMAÇÃO E TRABALHO DO EDUCADOR SOCIAL: ESTUDO DOS EDITAIS DE  
CONCURSO PÚBLICO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

CURITIBA  
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUCIANA CAROLINA CLETO DE SOUZA

FORMAÇÃO E TRABALHO DO EDUCADOR SOCIAL: ESTUDO DOS EDITAIS DE  
CONCURSO PÚBLICO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

Trabalho apresentado à Banca Examinadora, como requisito para exame de qualificação de dissertação para obtenção do grau de Mestre em Educação, do curso de Pós-Graduação em Educação, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.  
Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Evelcy Monteiro Machado  
Co-Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rose Mery Trojan

CURITIBA  
2014



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



PPGE  
Programa de Pós-Graduação em Educação - UFPR



## PARECER

Defesa de Dissertação de **LUCIANA CAROLINA CLETO DE SOUZA** para obtenção do Título de MESTRA EM EDUCAÇÃO. Os abaixo assinados, DR<sup>a</sup> EVELCY MONTEIRO MACHADO, DR<sup>a</sup> JOANA PAULIN ROMANOWSKI e DR<sup>a</sup> LAURA CERETTA, arguíram, nesta data, a candidata acima citada, a qual apresentou a seguinte Dissertação: **“FORMAÇÃO E TRABALHO DO EDUCADOR SOCIAL: UM ESTUDO DOS EDITAIS DE CONCURSO PÚBLICO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA”**.

Procedida a arguição, segundo o Protocolo aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que a candidata está apta ao Título de MESTRA EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

BANCA	ASSINATURA	APRECIÇÃO
DR <sup>a</sup> EVELCY MONTEIRO MACHADO	<i>E. Machado</i>	Aprovada
DR <sup>a</sup> JOANA PAULIN ROMANOWSKI	<i>Joana Paulin</i>	Aprovada
DR <sup>a</sup> LAURA CERETTA MOREIRA	<i>Laura Ceretta</i>	Aprovada

Curitiba, 25 de março de 2014.

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Monica Ribeiro da Silva**  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação

Prof<sup>a</sup>. Dra. Monica Ribeiro da Silva  
Coordenadora do Programa de  
Pós-Graduação em Educação  
Matrícula: 125750

## AGRADECIMENTOS

O Mestrado do PPGE/UFPR representou uma oportunidade singular de crescimento pessoal. Aprendi muito mais do que conteúdos e teorias sobre educação e políticas educacionais. Foram tempos de desenvolvimento, num complexo processo de amadurecimento sobre a vida e os seres humanos.

Agradeço a Deus, pai de imenso amor, por me conceder trilhar essa caminhada e me manter firme no caminho. Ele enviou pessoas que foram como anjos de luz nos meus momentos difíceis e que me apoiaram quando as circunstâncias me diziam que eu não conseguiria. A vocês, Aline Javornik e Maria Caroline Waldrigues, com muito carinho, muito obrigada!

O valor e a importância do afeto familiar foram importantíssimos nessa caminhada: o abraço, o telefonema inesperado, a pequena reunião em família e a dor da ausência revelaram-se bens preciosos. Agradeço imensamente o apoio das pessoas que mais amo neste mundo: aos avós, Marilda e Gerson Cleto, filho Willian e esposo Alessandro, que compreenderam meus momentos de ausência, deram-me coragem, carinho e alimento. Meu filho ensinou-me que às vezes podemos abdicar do lazer por um bem maior. Emocionava-me ouvi-lo falar: “Não atrapalhe a mamãe, pois ela está trabalhando!” Meu pequeno: perdoe-me pela privação de nossos momentos preciosos! Mas espero que, quando crescer e compreender melhor o sacrifício que a mamãe fez, tenha orgulho em dizer: “minha mãe é Mestra!”.

Agradeço aos colegas de turma, com os quais compartilhei momentos agradáveis nos corredores da UFPR, falando dos nossos projetos e sonhos. Gostaria de relatar o sentimento de gratidão a todos os professores que sempre nos instigaram a sermos cada vez mais curiosos, investigativos, reflexivos e críticos: Laura Ceretta Moreira e Maria Tereza Carneiro Soares, Andrea Barbosa Gouveia, Cristina Carta Cardoso de Medeiros, Paulo Vinícius Baptista da Silva, Angelo Ricardo de Souza, Mônica Ribeiro da Silva. Agradeço a Rose Trojan, coorientadora desta pesquisa, que me contagiou com sua paixão pela pesquisa. E especial gratidão a minha orientadora, Evelcy Monteiro Machado, que acreditou neste sonho desde o início e orientou-me com amor responsável. Agradeço todos os ajustes, orientações (extrapolando os horários) e o estímulo para concluir essa etapa. Sinto-me honrada em ter dividido esse processo de conhecimento com você.

## RESUMO

A carreira do educador social vem se destacando nos últimos anos para atender as demandas sociais e humanísticas da sociedade atual. Apesar da relevância de suas contribuições, ela encontra-se em processo de regulamentação e não há uma normatização que oriente sobre suas atribuições e formação mínima. Diante disso, a presente dissertação trata de um estudo sobre o educador social, nos aspectos de sua formação e condições de trabalho. Para o levantamento de dados, utilizaram-se as informações disponibilizadas em editais de concursos públicos municipais, realizados na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), entre os anos de 2007 e 2013. Propõe-se uma discussão a respeito do contexto em que se insere o educador social, conforme as exigências dos editais, relacionando-os aos fundamentos teóricos da Pedagogia Social e estabelecendo uma relação dialética com o contexto da atuação do educador social no estado do Paraná. A pesquisa apoia-se em Machado (2011a, 2011b, 2002, 2012), Silva et al (org.) (2011a, 2011b, 2011c), Caride (2004), Gohn (1999, 2000, 2010), Caliman (2010), Souza Neto(2011), Quintana (1997), dentre outros. Considera-se emergente a discussão e a análise sobre a formação e o trabalho do educador social. A presente pesquisa parte da questão norteadora sobre que educador social é solicitado para atuar no serviço público municipal, conforme editais de concursos. Ela possui como objetivo geral analisar a formação e o trabalho do educador social, tendo como referência teórica a Pedagogia Social. Os objetivos específicos são: analisar o espaço do educador social nas políticas socioeducativas do Brasil após a promulgação da Constituição de 1988; examinar as bases teóricas que fundamentam a formação e o trabalho do educador social; analisar a formação e o trabalho do educador social solicitados nos editais de concurso municipais da Região Metropolitana de Curitiba, no período 2007 a 2013. O trabalho metodológico orienta-se pelo enfoque qualitativo-descritivo e interpretativo, o qual descreve as características do objeto de pesquisa, utilizando-se de análise documental e de estudo bibliográfico para fundamentação da análise dos dados. A apresentação dos dados foi dividida em duas categorias: formação, que compreende a formação inicial exigida pelos editais, os conhecimentos gerais e específicos exigidos para a realização da prova objetiva e algumas habilidades específicas que se encontram descritas nos editais enquanto pré-requisitos; trabalho, que abrange salário inicial, vínculo empregatício, carga horária de trabalho e atribuições do cargo. Apontam-se fragilidades, como a falta de diretrizes nacionais, repercutindo nos municípios que, enquanto gestores de políticas sociais, realizam a seleção de educadores sociais. A presente dissertação pretende contribuir na discussão sobre a regulamentação da profissão de educador social no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** educador social, Pedagogia Social, Educação Social, Política Educacional.

## ABSTRACT

The Social Educator career has been highlighted in recent years to meet the social and humanistic demands of nowadays society. Despite of the relevance of its contributions, that professional career is in the regulatory process and there is no regulation which guides it about its benefits and minimal training. This thesis is a study of the social educator, in aspects of their training and working conditions. For data collection we used the information available on edicts of municipal public contest. It was conducted in the Metropolitan Region of Curitiba (RMC), from 2007 to 2013. We propose a discussion about the context in which the social educator is, according to the requirements established by contests' edicts. The edicts are related to the theoretical Social Pedagogy foundations. We also try to establish a dialectical relationship with the context of social educator performance in the state of Paraná. This research is supported by Machado (2011a, 2011b, 2002, 2012), Silva et al (ed.) (2011a, 2011b, 2011c), Caride (2004), Gohn (1999, 2000, 2010), Caliman (2010) Souza Neto (2011), Quintana (1997), among others theorist. It's urgent that we discuss and analyze the social educator's formation and work. The current research is guided by a leading question which concerns about what kind of social educator is required to act in the municipal public service according to the municipal public contest. The general research goal is to analyze the social educator's formation and work using theoretical Social Pedagogy as reference. The specific objectives are to analyze the space of social educator in social and educational policies in Brazil after the promulgation of the Federal Constitution of 1988; examine the theoretical bases that underlie the social educator's formation and work; analyze the social educator's formation and work which are required in the submission for municipal contest of the Metropolitan Region of Curitiba from 2007 to 2013. The methodological work is guided by qualitative, descriptive and interpretive approach and it describes the characteristics of the research object which uses documental analysis and bibliographical study to supply the data analysis. The data presentation was divided into two categories: training that comprises the initial training required by the edicts, general and specific knowledge required to carry out the objective test and some specific skills which are described in the submission as pre-requirement ; work that encompasses starting salary, employment link, worked hours and specific duties related to position. Some weaknesses are described, such as the lack of national guidelines which echoes on municipalities that, as managers of social policies, perform the selection of educators. This thesis aims to contribute to the debate involving the regulation of social educator profession in Brazil.

**KEYWORDS:** Social Educator, Social Pedagogy, Educational Policy.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1:	MAPA REGIÕES GEOGRÁFICAS DO PARANÁ - LEI ESTADUAL Nº15.825/2008.....	69
FIGURA 2:	NÚMERO DE CONCURSOS IDENTIFICADOS POR ANO DE REALIZAÇÃO.....	72
FIGURA 3:	MÉDIA SALARIAL DO EDUCADOR SOCIAL REFERENTE AO PISO MÍNIMO NACIONAL EM VIGÊNCIA NO ANO DE REALIZAÇÃO DO CONCURSO.....	100
QUADRO 1 -	DESCRIÇÃO DO PROJETO DE LEI 5346/2009.....	29
QUADRO 2 -	TEXTO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI 5346/2009.....	31
QUADRO 3 -	MULTIPLICIDADE DE ÁREAS DO CONHECIMENTO VINCULADAS AOS CURSOS DE FORMAÇÃO PARA EDUCADORES SOCIAIS NA EUROPA.....	61
QUADRO 4 -	PROPOSTA DE REORGANIZAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE DE BARCELONA (2002).....	63
QUADRO 5 -	EMENTA DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA SOCIAL DA UNIVERSIDAD CENTRAL DE BARCELONA.....	64
QUADRO 6 -	RELAÇÃO ENTRE EDITAL MUNICIPAL / ANO DE REALIZAÇÃO E INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO TÉCNICO ADMINISTRATIVA DO CONCURSO.....	77
QUADRO 7 -	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - EDITAL 1.....	83
QUADRO 8 -	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - EDITAL 2.....	84
QUADRO 9 -	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - EDITAL 3.....	84
QUADRO 10 -	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - EDITAL 4.....	85
QUADRO 11 -	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - EDITAL 5.....	86
QUADRO 12 -	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - EDITAL 6.....	86
QUADRO 13 -	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - EDITAL 7.....	87
QUADRO 14 -	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - EDITAL 9.....	88
QUADRO 15 -	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - EDITAL 10.....	89
QUADRO 16 -	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - EDITAL 11.....	90
QUADRO 17 -	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - EDITAL 12.....	90
QUADRO 18 -	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - EDITAL 13.....	91

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DAS TESES E DISSERTAÇÕES (1990-2011), REFERENTES À PEDAGOGIA SOCIAL COMO TEORIA, FORMAÇÃO OU TRABALHO.....	13
TABELA 2 - COMPARATIVO DE PUBLICAÇÕES DOS EVENTOS DE PEDAGOGIA SOCIAL (2006 À 2012).....	14
TABELA 3 - RELAÇÃO DE NOMENCLATURAS ENCONTRADAS NOS EDITAIS PARA OS PROFISSIONAIS QUE ATUAM EM EDUCAÇÃO SOCIAL NO ESTADO DO PARANÁ.....	70
TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO DOS CONCURSOS NAS REGIÕES DO ESTADO DO PARANÁ.....	72
TABELA 5 - FORMAÇÃO EXIGIDA POR MUNICÍPIO PARA O CONCURSO DE EDUCADOR SOCIAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA.....	78
TABELA 6 - QUESTÕES DA PROVA OBJETIVA DESTINADAS A AVALIAÇÃO DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.....	81
TABELA 7 - DISTRIBUIÇÃO DOS CONTEÚDOS GERAIS EXIGIDOS PELOS CONCURSOS POR EDITAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA (2006-2013).....	94
TABELA 8 - EXIGÊNCIA DE HABILIDADES ESPECÍFICAS.....	95
TABELA 9 - APRESENTAÇÃO DO SALÁRIO INICIAL DO EDUCADOR SOCIAL POR MUNICÍPIO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA.....	99
TABELA 10 - COMPARATIVO FORMAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA E A MÉDIA DE SALÁRIO EM RELAÇÃO AO MÍNIMO VIGENTE DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA.....	101
TABELA 11 - COMPARATIVO ENTRE O SALÁRIO DE EDUCADOR SOCIAL E DE PROFESSOR COM A MESMA EXIGÊNCIA DE FORMAÇÃO NO MESMO ANO DE CONCURSO.....	102
TABELA 12 - ATRIBUIÇÕES PARA O CARGO DE EDUCADOR SOCIAL DIVIDIDOS EM GRUPOS DE TAREFAS.....	104



## LISTA DE SIGLAS

ASC	Animação Sociocultural
BDTD	Banco Digital de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPS	Centros de Atendimento Psicossocial
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CIPS	Congresso Internacional de Pedagogia Social
CF	Constituição Federal
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNE	Conselho Nacional de Educação
CREAS	Centro de Referência Especializada da Assistência Social
EE	Educação Especializada
EPA	Educação de Pessoas Adultas
GEPEASAC	Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Social e Ação Comunitária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MEC	Ministério da Educação
NOB	Norma Operacional Básica - Assistência Social
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
RMC	Região Metropolitana de Curitiba
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1</b>	<b>EDUCADOR SOCIAL NO BRASIL.....</b>	<b>22</b>
1.1	O EDUCADOR SOCIAL E AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SOCIAL NO BRASIL.....	22
1.2	REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE EDUCADOR SOCIAL.....	28
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTOS PARA FORMAÇÃO E PARA O TRABALHO DO EDUCADOR SOCIAL.....</b>	<b>35</b>
2.1	CONCEITOS E PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO SOCIAL.....	35
2.2	CAMPO DE ATUAÇÃO DO EDUCADOR SOCIAL.....	42
2.3	RELAÇÕES ENTRE A PEDAGOGIA SOCIAL, FORMAÇÃO E TRABALHO DO EDUCADOR SOCIAL.....	58
<b>3</b>	<b>O EDUCADOR SOCIAL NOS EDITAIS DE CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAIS.....</b>	<b>66</b>
3.1	O EDUCADOR SOCIAL E OS CONCURSOS PÚBLICOS MUNICIPAIS REALIZADOS NO ESTADO DO PARANÁ.....	67
3.2	O EDUCADOR SOCIAL NOS EDITAIS DE CONCURSOS PÚBLICOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA (2007 - 2013).....	73
3.2.1	Estrutura em análise: mapeamento dos editais.....	74
3.2.2	A formação para atuação como educador social.....	<b>78</b>
3.2.3	O trabalho do educador social.....	98
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>106</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>113</b>
	<b>APÊNDICES.....</b>	<b>121</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>146</b>

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação trata do estudo sobre o educador social, nos aspectos de sua formação e condições de trabalho. Como base para o levantamento de dados, utilizaram-se as informações disponibilizadas em editais de concursos públicos municipais, realizados na Região Metropolitana de Curitiba<sup>1</sup> (RMC), no período entre 2007 a 2013. Por estar a carreira de educador social em processo de regulamentação e não haver uma normatização que oriente suas atribuições e a formação mínima necessária para seu acesso, propõe-se uma discussão sobre o contexto em que se insere tal profissional conforme as exigências dos editais.

A aproximação com este campo de estudos deu-se após o ingresso na carreira de técnica da assistência social no município de Curitiba, no ano de 2007. Naquela época, a recente conclusão do curso de Pedagogia e a inexperiência com a área social, trouxeram muitas incertezas e dúvidas: a graduação em Pedagogia e a especialização em Educação Infantil não eram suficientes para atender as exigências demandadas pela função exercida.

Dessa forma, a posterior especialização em Pedagogia Social - ofertada pela Universidade Tuiuti do Paraná, no ano de 2011 - apontou respostas àqueles questionamentos, ajudou na ampliação da compreensão sobre o tema e também oportunizou o recorte sobre o objeto proposto para o desenvolvimento de uma pesquisa de mestrado.

A incursão no mestrado tem possibilitado o conhecimento e aprofundamento teórico, na linha de políticas educacionais e iniciado a formação com pesquisadora em Educação Social. Para que fosse possível a realização desta pesquisa, inicialmente, traçou-se um panorama da produção teórica referente à educação social no Brasil. O país avança no processo de consolidação de referencial teórico, na perspectiva da Pedagogia Social, mediante os estudos de pesquisadores como Machado (2011a, 2012), Silva (2011a), Garrido (2010, 2011), Graciani (2011), Caliman (2010, 2011), Gomes (2011), Souza Neto (2011), entre outros. Os

---

<sup>1</sup> Segundo o IPARDES o Paraná está dividido em 9 regiões geográficas: Região Geográfica Sudoeste Paranaense, Região Geográfica Sudeste Paranaense, Região Geográfica Oeste Paranaense, Região Geográfica Norte Pioneiro Paranaense, Região Geográfica Norte Central Paranaense, Região Geográfica Noroeste Paranaense, Região Geográfica Metropolitana de Curitiba, Região Geográfica Centro Sul Paranaense, Região Geográfica Centro Oriental Paranaense e Região Geográfica Centro Ocidental Paranaense.

fundamentos teóricos básicos da Pedagogia Social, que subsidiam as pesquisas nacionais, são provenientes das literaturas alemã e espanhola, que têm sido objetos de reelaboração, constituindo-se enquanto processos de construção do referencial teórico brasileiro, contemplando as necessidades e especificidades da educação social brasileira, a partir do estabelecimento de uma relação teórico-prática.

A consolidação do trabalho do educador social ocorre concomitantemente à instituição de órgãos de representação em diferentes pontos do território nacional como as associações de Educadores Sociais. Nesse aspecto, podemos citar a Associação dos Educadores Sociais e Educadoras Sociais do Ceará (AESC), a Associação dos Educadores e Educadoras Sociais do Estado de São Paulo, a Associação de Educadores Populares de Porto Alegre (AEPPA) e a Associação de Educadores Sociais de Maringá (AESMAR) - iniciativas que, mesmo partindo de grupos regionalizados de profissionais da educação social, oportunizam espaços de discussão sobre a prática, estudos e produção teórica.

Há também grupos de pesquisa, como o Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Social e Ação Comunitária (GEPESAC), que foi constituído em 2006 no Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL), que atua na linha de pesquisa de educação sociocomunitária e também o grupo Pedagogia Social, constituído em 2006, na Universidade de São Paulo, que atua na linha de pesquisa sobre domínio sociocultural, sociopedagógico e sociopolítico. Esses grupos elaboraram e publicaram a coleção Pedagogia Social, que já conta com cinco volumes (GARRIDO et al., 2010; SILVA et al., 2011a, 2011b; GARRIDO et al., 2011).

Ainda há uma diversidade de publicações que se aproximam da Educação Social, em geral focalizando outros campos de atuação ou metodologias, tendo em vista a grande abrangência de interações possibilitadas pela área, que embora não estejam relacionadas teoricamente à Pedagogia Social, ainda sim são publicações com finalidade socioeducativas:

[...] se encontra educação social em textos referentes à arte-educação, à socioeducação, a movimentos de direitos humanos, a educação ambiental, a educação comunitária, a educação popular, a educação do campo, a educação especial, a educação de adultos, dentre outros. (MACHADO E SOUZA, 2013, p. 5).

Mesmo sem haver uma formação acadêmica, específica no Brasil para atuação em Pedagogia Social ou em Educação Social, existem nos bancos de teses e dissertações pesquisas realizadas nesse campo de estudos. Em consulta ao banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior (CAPES) e da Biblioteca Digital Nacional de Teses e Dissertações (BDTD) a fim de verificar se haviam pesquisas que abordassem a temática da Pedagogia Social e a profissão de educador social, utilizaram-se as seguintes palavras-chaves: Pedagogia Social, educação não escolar, educação social, pedagogo social, educador social, trabalhador social.

Foi examinada a distribuição de trabalhos com relação a todas as palavras-chaves; em relação às palavras-chaves isoladas, em relação aos temas focalizados; em relação às áreas de conhecimento envolvidas e às instituições de origem dos trabalhos. Chegou-se ao número de 160 pesquisas, entre dissertações de mestrado e teses de doutorado, publicadas entre 1990 e 2011, apresentadas na tabela 1:

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DAS TESES E DISSERTAÇÕES (1990-2011), REFERENTES À PEDAGOGIA SOCIAL COMO TEORIA, FORMAÇÃO OU TRABALHO

<b>Palavras-Chave</b>	<b>Total CAPES</b>	<b>Total BDTD</b>	<b>Total Mestrado</b>	<b>Total Doutorado</b>
Educação não-escolar	03	1	03	1
Educação não-formal	31	0	27	4
Educação social	35	1	29	7
Educador social	04	3	04	3
Pedagogia Social	76	1	69	8
Pedagogo Social	01	0	01	0
Trabalhador social	04	0	03	1
<b>Total de pesquisas</b>	<b>154</b>	<b>6</b>	<b>136</b>	<b>24</b>

FONTE: MACHADO e SOUZA (2013, p. 8)

Analisando os dados da tabela 1, pode-se verificar que 77 (setenta e sete) das 160 (cento e sessenta) pesquisas - aproximadamente a metade - referem-se à Pedagogia Social. Observa-se também, que as pesquisas referentes ao trabalho, à profissão ou à profissionalização do educador social, pedagogo social e do trabalhador social são muito restritas, considerando as duas décadas de produção acadêmica. Segundo Machado e Souza (2013, p.8) "parece contraditório que uma área com grande representação na prática não discuta o espaço e as relações da profissão".

Tais dados representam um aumento relativo à produção acadêmica no que se refere à Pedagogia Social no Brasil, porém ainda em um número significativamente menor quando comparado à Pedagogia Escolar.

Diferentes pesquisadores indicam a Pedagogia Social como um campo a ser pesquisado (MACHADO, 2012; CALIMAN, 2011; CARO, 2011), visando o desvelamento das relações estabelecidas entre a Educação, a Assistência Social e a Pedagogia Social no Brasil.

As pesquisas de pós-graduação não são os únicos espaços de discussão, produção e diálogo sobre a Pedagogia Social. Os eventos são importantes, tanto na produção de referencial teórico, quanto na divulgação de pesquisas e compartilhamento de práticas de educação social. Eventos de destaque na área realizados no Brasil na última década como o Congresso Ibero Americano de Pedagogia Social no ano de 2011 e o Congresso Internacional de Pedagogia Social (CIPS) realizado em 2006, 2008, 2010 e 2012, são grandes espaços de divulgação de pesquisas e de conhecimento.

Ao analisar as publicações dos anais desses eventos<sup>2</sup>, foi possível traçar um panorama do crescimento das discussões em Pedagogia Social no período de 2006 a 2012, conforme apresentado na tabela 2:

TABELA 2 - COMPARATIVO DE PUBLICAÇÕES DOS EVENTOS DE PEDAGOGIA SOCIAL (2006 A 2012)

<b>EVENTO</b>	<b>Total publicado no evento</b>	<b>Total selecionado</b>
I CIPS / 2006	43	5
II CIPS / 2008	15	2
III CIPS / 2010	28	7
3º Iberoamericano 2011	201	27
IV CIPS / 2012	93	21
<b>Total</b>	<b>380</b>	<b>62</b>

FONTE: A autora - com base nas informações disponíveis nos anais citados

<sup>2</sup> Foram consultados os Anais dos eventos: 3º Congresso Iberoamericano de Pedagogia Social - 2011, I Congresso Internacional de Pedagogia Social - 2006, II Congresso Internacional de Pedagogia Social - 2008, III - Congresso Internacional de Pedagogia Social - 2010 e IV Congresso Internacional de Pedagogia Social - 2012.

Pode-se perceber que pelo número de publicações, retrata-se um aumento nas publicações da área nos dois últimos anos, o que demonstra a atualidade no debate sobre esse tema. Porém, dentre os 380 (trezentos e oitenta) trabalhos apresentados, apenas 34 (trinta e quatro) trabalhos; ou seja, 8,9% deles, referem-se à formação e às condições de trabalho do educador social. Uma parcela significativamente pequena, levando-se em consideração o número de profissionais que atuam na educação social no Brasil.

Para Gadotti (2012) o desenvolvimento crescente e o debate em torno da Pedagogia Social, destacando o interesse acadêmico quanto à estruturação da educação social como uma área de produção acadêmica e de formação profissional, é novidade no Brasil. O panorama apresentado acima revela a necessidade de aprofundamento da discussão acerca da formação e profissionalização do educador social, bem como a relevância dessa discussão.

Contudo, a Pedagogia Social no Brasil tem avançado significativamente em termos de organização e consolidação nos últimos anos. Essas mudanças decorrem da correlação de forças que se estabelece entre os diferentes grupos da sociedade que se organizam por meio de associações e grupos de pesquisa e o Estado, que participa desse processo de diferentes formas.

Destaca-se, na dimensão política, a tramitação, na Câmara Federal, do projeto de lei PL N°5346/2009 (BRASIL, 2009), que dispõe sobre a criação da profissão de educador social. Tal projeto refere-se à regulamentação da profissão de educador social, e mesmo que não contemple a diversidade de atuação em educação social em atuação no país, representa um grande avanço na consolidação da área.

Tendo em vista que a regulamentação da profissão do educador social está em processo, que não há um curso específico de formação para atuação nesta área e que o trabalho que vem sendo desenvolvido por esse profissional tem sido regido mais comumente pelas relações que se constroem na prática do que por teorias que a fundamentem e, principalmente, considerando a necessidade de se fundamentar e assumir politicamente o debate sobre a formação e o trabalho do educador social, esta pesquisa tem como objetivo geral examinar as características relacionadas à profissão de educador social expressas nos editais de concursos públicos realizados pelas prefeituras municipais da RMC, nos aspectos que se referem à formação exigida, atribuições estabelecidas para o cargo e condições de trabalho oferecidas.

Parte-se do seguinte problema de pesquisa: que educador social é solicitado para atuar no serviço público municipal, segundo editais de concursos?

Visando responder tal questionamento, tem-se como objetivo geral: analisar a formação e o trabalho do educador social, após a CF 1988, tendo como referência teórica a Pedagogia Social. A partir disso, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- a) Analisar o espaço do educador social nas políticas socioeducativas do Brasil após a promulgação da Constituição de 1988;
- b) Examinar as bases teóricas que fundamentam a formação e o trabalho do educador social;
- c) Analisar a formação e o trabalho do educador social solicitado nos editais de concurso municipais da Região Metropolitana de Curitiba, no período 2007 a 2013.

Para atingir esses objetivos, como metodologia de pesquisa considera-se que "pesquisa é capaz de oferecer e produzir um conhecimento novo a respeito de uma área ou fenômeno, sistematizando-o em relação ao que já se sabe a respeito" (LUNA, 2001, p. 26).

Esta pesquisa, de enfoque qualitativo-descritivo e interpretativa, descreve as características do objeto de pesquisa e estabelece relações entre as categorias formação e trabalho. Para Barros e Lehfeld (2000, p. 70) na pesquisa descritiva "não há interferência do pesquisador. Isto é, ele descreve o objeto de pesquisa. Procura descobrir a frequência com que um fenômeno ocorre, sua natureza, característica, causas, relações e conexões com outros fenômenos".

Pode-se afirmar que esta é uma pesquisa qualitativa, pois efetua a análise das evidências presentes nos textos e estabelece relações com teorias e políticas produzidas além do contexto em que se insere. Segundo Trivinos (1987), a pesquisa qualitativa possibilita superar a descrição, ao buscar as causas, e explicar as origens, as relações e as mudanças ocorridas no tema em que se está estudando. Chizzotti (2006) complementa a fundamentação quanto à pesquisa qualitativa, afirmando que os pesquisadores ao optarem pela pesquisa qualitativa reconhecem



que a "experiência humana não pode ser confinada aos métodos nomotéticos<sup>3</sup> de analisá-la e descrevê-la" (CHIZZOTTI, 2006, p. 58).

Esta pesquisa também pode ser considerada descritiva por propiciar condições de registro em uma área que ainda não está consolidada no Brasil e que não possui um elevado contingente de pesquisadores. Para tanto, utiliza-se de análise documental: sua base de coleta de dados refere-se a documentos elaborados e publicados pelos municípios na forma de editais de concursos. Além disso, faz uso de estudo bibliográfico para o aprofundamento do conhecimento sobre o conteúdo que é pouco explorado na realidade brasileira.

Na interpretação dos dados, busca-se estabelecer a relação entre os dados encontrados e a Pedagogia Social, considerando o contexto político, econômico e cultural no qual se inserem. Desta forma a pesquisa pode ser considerada interpretativa no sentido apresentado por Severino (2000, p. 56) de que "superar a estrita mensagem do texto, é ler nas entrelinhas".

Observa-se que as pesquisas descritivas utilizam-se regularmente do método de pesquisa documental. Por ser uma fonte estável, ela permite consultas posteriores e pode servir de base para outros estudos, como apontam Lüdke e André (1986). Considerando que "a descrição constitui, importância significativa no desenvolvimento de pesquisa qualitativa" (FAZENDA, 1989, p. 52), esta pesquisa utilizou material empírico e a descrição dos dados foi realizada de modo qualitativo seguindo a lógica indutiva, aplicando à multiplicidade dos fatos o "método da verificação da presença e da ausência" (CHIZZOTTI, 2006, p.36).

Seguindo Chizzotti (2006, p.39), a análise de dados numa abordagem qualitativa, ao seguir uma lógica indutiva, permite passar de um fato particular observado a outro, e, por meio da associação de ideias, possibilita levar a uma generalização. A análise dos dados encontrados nos editais de concurso, nessa lógica, permite uma compreensão quanto à formação e o trabalho do educador social na RMC. Tendo como referência os dados encontrados no estudo de um conjunto delimitado de editais.

Efetuar uma pesquisa utilizando como base de levantamento de dados editais de concursos públicos implica uma investigação desafiadora, pois esses são documentos de caráter normativo, que apontam dados de orientação ao candidato

---

<sup>3</sup> Pesquisas nomotéticas referem-se a medições observadas numa amostra relativamente grande que possuem um caráter mais geral.

sobre as exigências e regulamentos do processo seletivo, além de conteúdos e referenciais bibliográficos que devem ser dominados quando da realização do exame. Porém, os editais sendo documentos, retratam marcas dos órgãos institucionais, das tendências pedagógicas, sociais e políticas de uma época e, sobretudo, pode-se fazer a leitura de que profissional está sendo solicitado pelos municípios para atuação como educador social.

Os editais se constituem como fontes privilegiadas para este estudo, considerando que a Constituição Federal Brasileira (CF/1988) determina que "a investidura em cargo público só pode ocorrer mediante a aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego" (BRASIL, 1988, Artigo 37, inciso II).

Para realizar a pesquisa, em primeiro lugar foi realizado um mapeamento dos concursos realizados para atuação em educação social no estado do Paraná.

Na segunda etapa, foram identificados os concursos públicos para educadores sociais. Foram localizados 37 (trinta e sete) editais de seleção em todo o Paraná.

O primeiro registro de concursos para educador social é de 2006, no município de Rolândia, mas a maior concentração ocorreu em 2011<sup>4</sup> com a realização de 27 (vinte e sete) concursos e em 2012 com a realização de 24 (vinte e quatro) concursos. Esse pico de concentração é um importante elemento da política que será investigado no decorrer deste estudo.

Dos concursos identificados para o cargo de educador social, a maior concentração encontra-se na RMC com 34,21% em 13 (treze) dos 37 (trinta e sete) municípios que a região compreende. Tendo em vista a concentração nesta região, optou-se nesta pesquisa por fazer o recorte utilizando os 13 (treze) editais localizados na RMC.

Chegando ao recorte final do objeto da pesquisa, que são os 13 (treze) editais de concurso da RMC, passou-se então para a terceira etapa, a análise e discussão dos dados disponíveis nos editais.

Foram levantados de dados nos editais de concurso público municipais de 13 (treze) municípios que compõe a RMC, sendo estes: Agudos do Sul, Araucária, Campo Largo, Cerro Azul, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Matinhos, Paranaguá,

---

<sup>4</sup> Foram identificados 81 editais de concurso para atuação em Educação Social no estado do Paraná entre os anos de 2006 e 2013.

Piên, Pinhais, Piraquara, São José dos Pinhais e Tijucas do Sul. Os editais de concurso foram realizados no período entre 2007 e 2013, e os editais encontram-se disponíveis para acesso em meio eletrônico, *online*, no *site* das prefeituras municipais e no banco de dados *online* do *site* PCI Concursos.

Foram analisados e discutidos separadamente cada edital, objeto deste estudo explorando-se as interfaces da organização da profissão de educador social considerando duas categorias: formação e trabalho. Na categoria formação, foram analisados a formação inicial, cursos e/ou formações complementares e os conteúdos específicos para o cargos exigidos para a realização da prova. Na categoria trabalho, foram considerados os seguintes dados: regime de trabalho (estatutário, Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT ou temporário), carga horária mensal, salário e carreira de lotação do servidor (assistência social, educação, saúde) e atribuições estabelecidas para o cargo.

Quando necessário, recorreu-se à utilização de tabelas e de quadros, possibilitando a visualização da profissão de educador social e o estabelecimento da relação com o polo empírico.

Para estabelecer essa relação, recorreu-se à pesquisa bibliográfica, que possibilitou a apropriação dos conhecimentos teóricos referentes à Pedagogia Social e o estudo dos documentos legais que orientam a formação e o trabalho do educador social no serviço público como: a Constituição Federal Brasileira - CF (BRASIL, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDBEN (BRASIL, 1996), Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (BRASIL, 2005), Norma Operacional Básica da Assistência Social Recursos Humanos- NOB RH (BRASIL, 2006), o Projeto de Lei nº 5346/1999, a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO (BRASIL, 2007), entre outros.

Ainda são poucas as pesquisas realizadas sobre Educação Social. Machado e Souza (2013) em estudos sobre a produção existente na área, efetuada em um período de 21 anos (de 1990 a 2011) evidenciam que o número de pesquisas sobre o educador social, o pedagogo social e o trabalhador social é muito restrito, "fatores como voluntariado, a ausência das políticas públicas e a inexistência de formação na área podem estar interferindo nesta falta de interesse em pesquisas que estudem profissão na Educação/Pedagogia Social" (MACHADO; SOUZA, 2013, p. 8).

Ciente de que o cargo de educador social ainda está em processo de regulamentação no Brasil, a investigação dos editais de concursos públicos

realizados pelas prefeituras municipais da RMC pode contribuir para esclarecer algumas questões relevantes, decorrentes do problema de pesquisa, atendendo aos objetivos anunciados, e que compõem as categorias de análise:

- Qual a formação exigida pelos concursos para o acesso ao cargo de educador social?
- Quais as condições de trabalho do educador social explicitadas nos editais?
- Quais atribuições para o cargo de educador social foram definidas pelos municípios da Região Metropolitana de Curitiba?

Destaca-se que o presente estudo não pretende esgotar todas as possibilidades de análise sobre o educador social, com base nos dados que se encontram expressos nos editais de concursos investigados. Entretanto, propõe-se a discutir esse objeto de pesquisa, questionando a formação exigida para o ingresso a essa carreira e as condições de trabalho propostos, fundamentado as análises nos conceitos e princípios da Pedagogia Social.

Esta pesquisa orienta-se por duas categorias: a primeira é a **formação** - compreende a formação inicial exigida pelos editais, os conhecimentos gerais e específicos que foram exigidos para a realização da prova objetiva e também algumas habilidades específicas que se encontraram descritas no edital como pré-requisito; a segunda categoria trata das questões vinculadas ao **trabalho** - o salário inicial, o vínculo empregatício e a carga horária de trabalho e as atribuições do cargo.

Esta dissertação está organizada em três partes. Inicia-se com uma breve contextualização dos aspectos político, econômico, social e educacional em que surgem as discussões sobre Pedagogia Social no Brasil, com enfoque nos fatores que impulsionaram a organização da carreira do educador social no Brasil, desde a promulgação da CF (BRASIL, 1988), passando pela implementação da LDBEN (BRASIL, 1996), considerando as contribuições do Sistema Único da Assistência Social - SUAS (BRASIL, 2005) em 2005, além do projeto de lei nº 5346/2009, que visa à regulamentação da carreira no Brasil. Esse capítulo apresenta também um panorama da proposta de organização da Pedagogia Social Brasileira como área de concentração.

Em seguida, consta uma introdução da Pedagogia Social como uma teoria da educação social, que fundamenta as práticas de trabalho do educador social,

apresentando-se enquanto ciência, seus fundamentos e conceitos; expõe-se também sobre a abrangência do campo de trabalho de atuação da Pedagogia Social. O capítulo se encerra com uma reflexão sobre as relações que se estabelecem entre a teoria da Pedagogia Social e o trabalho desenvolvido pelo educador social.

Por fim, trata-se da pesquisa de campo: inicia-se com um panorama da realidade dos concursos para educador social no Paraná, passando para o estudo dos editais de concursos publicados no período de 2007 a 2013, na RMC, e finalizando com a análise crítica dos dados levantados.

## **1 EDUCADOR SOCIAL NO BRASIL**

Este capítulo discute aspectos referentes ao percurso da constituição da profissão de educador social no Brasil, que tem início com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que contempla a garantia dos direitos dos cidadãos, tornando-se prioridade nas políticas, e pela abertura, ampliação e referência da atuação das ONGs como espaços de educação informal e de luta pela garantia dos direitos - atualmente campo de trabalho para muitos educadores sociais.

Aborda a questão dos movimentos da política que culminaram, neste momento de discussão sobre a profissionalização do educador social, na abertura proposta pela redação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para a atuação dos pedagogos em espaços de educação não formal e na adequação dos currículos dos cursos de formação em Pedagogia, no atendimento a essa deliberação. Refere-se à inclusão do educador social nas equipes de referência da política de assistência social e aos espaços garantidos nesta política para atuação do educador social.

Trata ainda do Projeto de Lei nº 5346/2009 que está em trâmite da Câmara Federal e que propõe a criação da profissão de educador social. Discute-se o teor do documento e as alterações pela qual passou nas comissões de trabalho destacando suas proposições e limites.

### **1.1 O EDUCADOR SOCIAL E AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO SOCIAL NO BRASIL**

É a partir da CF 1988, conhecida como a "Constituição Cidadã", que as políticas públicas passaram a ser pensadas para garantir os direitos dos cidadãos. Ferreira (2011) enfatiza que "pela primeira vez na história nacional os Direitos Sociais foram claramente mencionados em uma Constituição" (FERREIRA , 2011, p.95).

Dentre os fundamentos da CF, constam a cidadania e dignidade humana, e sua preocupação com a qualidade de vida para todos. Destaca-se o Artigo 3º que trata dos objetivos: "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as

desigualdades sociais e regionais [...] promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação".

No Artigo 6º que trata dos direitos sociais, explicita as prioridades para o desenvolvimento de políticas públicas e ações de garantia de direitos "[...] a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados"(BRASIL, 1988).

A CF criou uma série de espaços de participação política da população e de controle social e reconheceu as demandas das organizações sociais, a serem organizadas com base nas seguintes diretrizes:

Artigo 204 [...] I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;  
II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. (BRASIL, 1988).

Nessa perspectiva de corresponsabilização da sociedade, ao facilitar o acesso a estes direitos, as ONGs passam a exercer um papel fundamental para a população.

O termo ONG (Organização Não Governamental) foi criado pela Organização das Nações Unidas (ONU), na década de 1940, para designar entidades não oficiais, que executam projetos humanitários e de interesse social, com auxílio financeiro de órgãos públicos (BATISTA MACHADO, 2012; LANDIM, 1993; GOHN, 2000). Refere-se a entidades executoras de projetos humanitários, principalmente às organizações formadas por igrejas católicas ou protestantes, que priorizavam ajudar organizações e movimentos sociais em vários países, considerados "terceiro mundo", com o "intuito de consolidar a democracia" (COUTINHO, 2014).

Nas décadas de 1960 e 1970 os "centros de educação popular", que desenvolviam um trabalho educativo com ênfase na conscientização e transformação social, fundamentada no método Paulo Freire se expandiram, e tinham como palavras de ordem a autonomia e a democracia de base. (DOIMO, 1995, p.129)

As ONGs podem ser consideradas um fenômeno recente no Brasil. São oriundas do modelo americano propagado pela ONU, como ressalta Naves (2005, p.

570). O termo ONG popularizou-se nos anos 1980 (LANDIN, 1993), embora já existissem nas décadas de 1960 e 1970, conhecidas então por instituições de filantropia e assistencialismo. Gohn (2000) afirma que, somente em 1980, elas surgiram no Brasil, pois é nesse período que a adoção do termo confere uma identidade a essas associações. Segundo Batista Machado (2012) as ONGs não se instalaram no país numa desresponsabilização do Estado sob o cumprimento dos direitos, principalmente no que se refere ao âmbito social, mas sim para "cobrar do Estado a concretização de políticas públicas". O autor afirma que o trabalho das ONGs evidenciou a necessidade de intervenção do Estado e, por meio do cofinanciamento dos projetos, atingiram mais rapidamente a população, pois as políticas públicas, para serem implementadas, demandam muitos anos.

Gohn (2000) identificou quatro tipos de ONGs atuando no Brasil: as caritativas, as desenvolvimentistas, as ambientalistas e as cidadãs. Destacam-se as nominadas "ONGs cidadãs" que surgem no campo dos movimentos sociais, constituindo-se prioritariamente agentes de democratização. As ações destas instituições voltam-se a reivindicação dos direitos de cidadania, promovendo ou participando de programas e serviços sociais e junto às pessoas que vivenciam condições de vulnerabilidade, as quais formam grandes espaços de atuação para os educadores sociais.

Mas não foi somente na assistência social que a CF 1988 abriu as portas para a atuação do educador social. Em seu Art. 205 a CF reconhece a educação como um direito de todos, sendo dever do Estado e da família que deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, "visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1988).

Ao tornar obrigatório e gratuito o ensino fundamental segundo o Artigo 206, foi necessária a reformulação da Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional, em decorrência foi revogada a Lei 5692/71 e aprovada a Lei 9394/96 que passou a ser reconhecida como a nova LDBEN.

A LDBEN 9394/96 em seu Artigo 1º todos os aspectos a que se refere o termo educação:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e



pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 1996).

Dessa forma, compreende a educação como uma ação ampla, exercida também, fora do espaço escolar. Possibilitando a atuação do profissional de educação tanto na escola como em outros espaços de educação como, por exemplo, os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil.

As novas demandas para a educação compreendem um olhar mais abrangente em todas as dimensões, sejam elas políticas, culturais, econômicas e sociais, compartilhando com a educação escolar o processo de educação integral do indivíduo, como destaca Machado:

Trata da educação do homem integral, em todas as suas relações com a sociedade, inclui a diversidade individual e social, abrange as transformações e os avanços do conhecimento e se dirige a todas as faixas etárias e a todas as etapas da vida. (MACHADO 2011a, p. 117).

Aprofundando o estudo da LDBEN, constatamos a utilização de duas expressões que se referem à formação de profissionais que atuam na educação: formação de profissionais da educação e formação de docentes. Como ressalta Freitas (1992, p. 8) "por profissional de educação entende-se aquele que foi preparado para desempenhar determinadas relações no interior da escola ou fora dela, onde o trato com o trabalho pedagógico ocupa posição de destaque, constituindo o mesmo núcleo central de sua formação", neste viés outros profissionais podem ser intitulados por profissional de educação, além dos docentes e pedagogos.

A abertura proposta na redação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ampliando sua visão de educação, exigiu a adequação dos currículos dos cursos de formação em pedagogia, os quais passaram a incluir uma nova modalidade de atuação pedagogo, conforme descrito nos Artigos 4º e 5º da Resolução CNE/CP n. 01/2006, os quais apontam a finalidade do curso de pedagogia, bem como as aptidões requeridas do profissional em formação nesse curso. O Artigo 4º, assim expressa:

Art. 4º - O curso de Licenciatura em pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional, na área de serviços e apoio

escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Parágrafo único. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:

I - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação;

II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares;

III - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares. (BRASIL, 2006, p. 2).

Nesse espaço de educação integral do indivíduo, compartilhado pela educação escolar e pela educação social, é que se abre o espaço para a atuação do educador social, pois exige a inserção de um profissional com uma formação específica que atenda a essas demandas, sendo que direcionar o pedagogo para atuação neste espaço não é o suficiente, pois sua formação não contempla os conhecimentos necessários para o desenvolvimento de ações de educação social.

Cabrera e Domingues (2012, p. 47) afirmam que "a formação nos cursos de Licenciatura em Pedagogia, são insuficientes em seu currículo e discussões, para que o profissional em formação tenha possibilidade de atuar em espaços não escolares." Reafirmando a insuficiência dos conteúdos voltados à educação não formal nos cursos de Pedagogia, apontam ainda que atualmente exige-se dos profissionais da educação um olhar mais amplo sobre os aspectos políticos, que procure contemplar as relações sociais que envolvem os problemas de ordem social. A ausência da oferta desse conhecimento durante o processo de sua formação dificulta sua atuação em espaços que não são os da escola (CABRERA E DOMINGUES, 2012).

Segundo Ferreira (2011), a Lei 9394/96 aponta que o investimento na formação dos profissionais da educação deve respeitar as especificidades dos diferentes níveis e modalidades de ensino, e também apresenta uma novidade: a obrigatoriedade de cursar o nível superior para atuação na educação básica, além da introdução da formação continuada. Se a lei exige a elaboração de um curso específico para atuação nas diferentes modalidades de ensino, o que acontece com a preparação dos profissionais para atuação em projetos educativos não escolares?

Dentre as especialidades na formação de pedagogos para atuação em espaços fora da escola, encontramos a educação hospitalar, pedagogia empresarial, a Pedagogia Social, mas não há um preparo para os profissionais que atuam em

educação social, Machado ressalta que há "ausência de formação de profissionais com domínios teórico-prático-específicos" (MACHADO, 2011a, p. 117).

Quando a LDBEN 9394/1996 regulamentou que para atuação na educação básica a formação mínima seria em nível superior, ocorreu um grande impacto no ensino superior, "possibilitando a expansão da privação e mercantilização, com graves consequências em relação à qualidade dos cursos oferecidos, principalmente os cursos de formação de professores" (ENS, 2011, p.31).

Mas não foi somente a educação que abriu em suas leis campos de atuação para o educador social: na assistência social também se localiza um amplo leque de ações vinculadas a esse profissional.

Políticas educacionais como o Programa PROJOVEM<sup>5</sup> (BRASIL, 2008), acolheram profissionais que atuam como educadores sociais sob o codinome de orientador social. Esses orientadores sociais desenvolvem, junto a turmas de aceleração do ensino médio, atividades socioeducativas voltadas ao protagonismo social e a cidadania.

A Política Nacional de Assistência Social - PNAS (BRASIL, 2004) regulamenta os serviços de assistência social a serem realizados em todo o Brasil, aponta os princípios e diretrizes, os objetivos, indica quem são os usuários dessa política, e a estrutura da assistência social. O documento que identifica quem são os profissionais que irão atuar nos equipamentos, desenvolvendo os programas dessa política é a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos - NOB RH (BRASIL, 2006), a qual indica que as equipes de referência dos equipamentos devem contar com profissionais de nível superior (assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, entre outros) e por profissionais de nível médio, os quais os municípios vêm denominando de educadores sociais.

São realizados concursos por todo o país, nomeando educadores sociais para atuação em equipamentos da assistência social, para atuar nas mais variadas funções, seja atendendo grupos de ação socioeducativa com crianças, adolescentes, famílias e idosos, seja nas casas lares ou acompanhando adolescentes em cumprimento de medida de internação. Alguns municípios realizam concursos para educador social e destinam o profissional para a atuação na educação infantil. Dessa realidade emerge a necessidade de regulamentação da

---

<sup>5</sup> Programa Nacional de Inclusão de Jovens é composto por quatro (4) modalidades de atendimento: PROJOVEM Urbano, PROJOVEM Campo, PROJOVEM Adolescente e PROJOVEM Trabalhador.

profissão, de forma a organizar suas atribuições, salários e regulamentar sua formação inicial e continuada.

O único documento que atualmente faz referência ao trabalho do educador social é a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), que tem por finalidade a identificação das diversas ocupações no mercado de trabalho. Dentre elas, está uma família de ocupações que inclui os educadores sociais, junto a outros profissionais que trabalham na atenção, defesa e proteção a pessoas em situação de risco e aos adolescentes em conflito com a lei, sob o número nº 5153<sup>6</sup>. Na categoria de educador social encontram-se os profissionais chamados oficineiros, arte-educadores, artesãos e práticos de todas as especialidades que prestam serviços em projetos sociais, ONGs e movimentos sociais, hoje pertencentes à família. Estes profissionais que em muitos casos não possuem formação técnica, nem reconhecimento profissional, na maioria das vezes têm negados seus acessos aos direitos trabalhistas.

A regulamentação da profissão de educador social é uma situação emergente e o Projeto de Lei 5346/2009 é a primeira tentativa de assegurar os direitos desses profissionais. É a respeito disso que trataremos a seguir.

## **1.2 REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO DE EDUCADOR SOCIAL**

A proposta apresentada em 03 de junho de 2009, pelo deputado Chico Lopes, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB / Ceará), denominada Projeto de Lei 5346/2009 (ANEXO 1), atende a uma demanda apresentada pelas associações de educadores sociais da região do Ceará. Embora não contemple a realidade da educação social do país, é reconhecida como um importante avanço para a regulamentação da profissão de educador social.

O Projeto de Lei, está estruturado em seis artigos e dispõe sobre a criação da profissão de educador e educadora social, além de dar outras providências. Esse

---

<sup>6</sup> Na CBO a família nº 5153 recebe o título "Trabalhadores de atenção, defesa e proteção a pessoas em situação de risco e adolescentes em conflito com a lei". Das 5 (cinco) áreas de atuação, está se referindo a dois: 5153-05 - Educador Social: arte educador, educador de rua, educador social de rua, instrutor educacional, orientador sócio educativo; 5153-10 - Agente de ação social: agente de proteção social, agente de proteção social de rua, agente social (Ministério do Trabalho, 2002).

projeto foi alvo de críticas e de proposições de substitutivos enviados por alguns pesquisadores e grupos do país, dentre eles a ABRAPSocial (2010).

As proposições constantes no Projeto de Lei nº 4346/2009 foram organizadas no quadro 01, visando a melhor visualização do seu conteúdo.

<b>TEXTO ORIGINAL</b>	<b>ARTIGO</b>
Criação da profissão	Artigo 1º
Estabelece os campos de atuação dos educadores sociais	Artigo 2º
Estabelece o ensino Médio como nível de escolarização mínima para a profissão, incumbindo o MEC da elaboração e regulamentação da Política Nacional de Formação em Educação Social, em diferentes níveis de escolarização e da formação continuada.	Artigo 3º
Remete à União, aos Estados e aos Municípios: a competência de adequar os cargos que se enquadrem no contexto dos artigos 2º e 3º denominando-os por educadores (as) sociais; criar e prover cargos públicos de educadores sociais; elaboração de planos de cargos, carreira e remuneração.	Artigo 4º
Revoga disposições contrárias	Artigo 5º
Estabelece que a lei entra em vigor a partir da data de sua publicação	Artigo 6º

QUADRO 1 - DESCRIÇÃO DO PROJETO DE LEI 5346/2009  
 FONTE: Projeto de Lei 5346, BRASIL=[ (2009)

A escolha do termo utilizado no título do PL 5346/2009, "criação da profissão de educador e educadora social", renuncia toda a existência de um contingente de profissionais e de práticas de trabalho que historicamente vem desenvolvendo ações de educação social em diferentes campos de atuação.

O artigo 1º estabelece erroneamente a criação da profissão já que não cabe ao Poder Legislativo criar, e sim normatizar uma profissão.

Ao afirmar, em um parágrafo único "a profissão que trata o caput deste artigo possui caráter pedagógico e social, devendo estar relacionada à realização de ações afirmativas, mediadoras e formativas" (BRASIL, 2009), contempla-se somente uma parte do que já é realizado em educação social no país. A educação social pode expressar as necessidades sociais de cada comunidade, o PL da forma como foi redigido, limita a atuação do educador social, impedindo que esse realize a adequação das ações socioeducativas às demandas sociais locais, propondo projetos, aprimorando ou desenvolvendo novas metodologias para intervenção socioeducativa.

No artigo 2º a restrição da atuação dos educadores sociais a "contextos educativos situados fora dos âmbitos escolares" (BRASIL, 2009), expõe outra fragilidade na construção do documento, pois não reconhece a importância da educação social na escola, atividade essencial nos debates em sala de aula, no trabalho do pedagogo escolar e que poderia ser ainda mais efetivo com a inclusão de um educador social pensando numa escola em tempo integral.

Considerando que a educação social pode ser definida como uma prática educativa que aprimora as relações sociais, o autoconhecimento, a percepção política, a participação cidadã e a autonomia dos indivíduos, orientadas teoricamente pela Pedagogia Social (SOUZA NETO, 2011; CALIMAN 2010), o trabalho realizado pelo educador social não pode ficar limitado aos espaços não formais de educação.

Além disso, em suas XIV alíneas o artigo 2º delimita a atuação do educador social a "pessoas e comunidades em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, violência e exploração física e psicológica", o que representa uma violação ao artigo XXVI da Declaração Universal dos Direitos Humanos (2000) no que se refere ao acesso à educação como um direito universal a todos os cidadãos. Compreende-se que a educação social, como uma educação para todos, durante toda a vida, que atenda da criança ao idoso, deve estar acessível e disponível a todos os cidadãos. Reconhece-se a existência de áreas que necessitam de um atendimento especializado como estão descritos no artigo 2º, porém o trabalho do educador social não pode ficar restrito a essas demandas.

O artigo 3º apresenta uma sugestão de responsabilização política pela elaboração de um Plano de Formação em Educação Social, reconhecendo a necessidade emergente e urgente de uma formação específica para o atendimento às demandas de educação social existentes no país.

O artigo 4º remete à União, aos Estados e aos Municípios a adequação dos cargos que se enquadrem no presente PL para a nomenclatura de educadores(as) sociais, indicando que devem ser criados cargos públicos e que devem ser elaborados planos de cargos, salários e remuneração para a profissão. A alínea II desse artigo traz a seguinte afirmação: "podendo estabelecer níveis diferenciados de admissão destes profissionais de acordo com a escolaridade". Questiona-se quanto à real intenção de regulamentar uma profissão na qual podem ingressar profissionais com diferentes níveis de formação, sendo que a sua adequação ao cargo de educador deve estar prevista no provimento de cargos públicos.

O documento que está em trâmite na Câmara dos Deputados, já foi discutido em duas diferentes comissões de trabalho as quais optaram por aprovar o conteúdo do projeto na sua totalidade e também propor alterações, chamado substitutivo.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, artigo 58, parágrafo 2º, os projetos de lei devem passar por comissões às quais compete "discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Casa", além de "realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil". (BRASIL, CF, 1988).

A primeira comissão pela qual o PL 5436/209 passou foi a Comissão de Educação e Cultura, em 14 de dezembro de 2011, na qual o texto foi aprovado na íntegra, por unanimidade, e então designado para a avaliação e discussão na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público que aprovou o projeto com um substitutivo da redação, publicado em 21 de agosto de 2013 (Anexo 2).

O substitutivo apresentado pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, é composto por cinco artigos conforme apresentado no quadro 02:

<b>TEXTO DO SUBSTITUTIVO</b>	<b>ARTIGO</b>
Afirma que os profissionais de educação social são: educador social, pedagogo social e profissionais com formação específica em Pedagogia Social	Artigo 1º
Reconhece o caráter sociocultural, sociopolítico e sociopedagógico relacionando às ações afirmativas, mediadoras e formativas	Artigo 2º
Estabelece o nível Médio como escolarização mínima para o exercício da atividade em educação social	Artigo 3º
Relaciona as atribuições do educador social sendo estas situadas em contextos não escolares	Artigo 4º
Estabelece que a lei entra em vigor a partir da data de sua publicação	Artigo 5º

QUADRO 2 - TEXTO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI 5346/2009  
 FONTE: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (2009)

O substitutivo apresenta como título: "regulamenta educação social como profissão". Percebe-se que foi corrigido o equívoco realizado na redação do PL original, o qual sugeria a criação da profissão de educador social, sendo que esta já existisse e necessitasse de regulamentação.

O texto substitutivo, em relação à formação específica para a atuação como educador social, mantém o nível médio como mínimo de formação para o ingresso nas atividades. Justifica-se pela necessidade de manutenção do espaço dos atuais

"educadores sociais", muitos dos quais atuam, ou pretendem atuar, nos próprios movimentos sociais que se mobilizaram para a abertura do PL 5346.

Segundo o artigo nº 35 da LDBEN 9394/1996 (BRASIL, 1996), o aluno ao finalizar o Ensino Médio deve estar apto a dar continuidade aos estudos; tendo adquirido os conhecimentos do Ensino Fundamental, estar preparado para o trabalho e para exercer a cidadania, com uma base formativa ética, que permite autonomia intelectual e realizar a leitura crítica do mundo.

Evidencia-se o despreparo dos profissionais que atuam e irão atuar com as ações elencadas como objeto de trabalho do educador social presentes no artigo 4º do texto, que são: atuação com pessoas e comunidades em situação de risco ou vulnerabilidade social, violência, exploração física e psicológica; preservação cultural e promoção de povos e comunidades remanescentes e tradicionais; segmentos sociais prejudicados pela exclusão social: mulheres, crianças, adolescentes, negros, indígenas e homossexuais; realização de atividades socioeducativas, em regime fechado, semiliberdade e meio aberto, para adolescentes e jovens envolvidos em atos infracionais; realização de programas e projetos educativos destinados à população carcerária; pessoas portadoras de necessidades especiais; enfrentamento à dependência de drogas; atividades socioeducativas para a terceira idade; promoção de educação ambiental; promoção de direitos humanos e cidadania, considerando os conhecimentos específicos exigidos pela área, não contemplados no curso de Nível Médio.

Segundo Machado e Souza (2013), o PL nº5346/2009 representa um importante passo para a organização da área, porém restringe a área de atuação do educador social a espaços não escolares. Sua compreensão é menos abrangente do que a defendida pela Associação Brasileira de Pedagogia Social, ABRAPSocial (2010), que prevê uma formação específica em diferentes níveis de ensino para a atuação em educação social.

A opção no PL de assumir o Nível Médio, como base inicial para ingresso ao cargo de educador, pode ser compreendida como:

[...] uma opção estratégica por se perceber a necessidade de qualificar, em serviço, trabalhadores de projetos socioeducativos, muitos dos quais sem formação básica para o acesso a cursos de nível superior. A ausência de cursos formativos nessa área é um dos problemas a serem considerados. Atingir este nível de formação parece ser um avanço para a área. (MACHADO E SOUZA, 2013, p.2).



A LDBEN 9394/96 regulamenta que para a atuação em educação no Ensino Fundamental, os concursos devem exigir o nível superior; e o curso de Nível Médio com Habilitação ao Magistério somente para o ingresso na educação infantil.

A proposta de regulamentação do nível médio como formação mínima para o ingresso na carreira de educador social destaca a emergência da elaboração de um curso de um curso de formação que oriente teórico e metodologicamente o trabalho deste profissional. A inexistência de cursos de formação em educação social regulamentados implica no desconhecimento por parte desse profissional, da Pedagogia Social, base teórica fundamental para desenvolvimento das atividades em Socioeducação.

O processo ainda deve passar por mais uma etapa que é a discussão na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que desde 26 de setembro de 2013 está aguardando o agendamento de uma audiência pública para realização de debate sobre o projeto, reconhecendo e valorizando os debates sobre o PL realizados por grupos de pesquisas, em eventos da área e pelas associações, segundo a Coordenadora da Comissão, deputada Iriny Lopes, que declara que (Partido dos Trabalhadores/ Espírito Santo) "entendemos que é de suma importância a realização de audiência pública, pois trará subsídios a este debate. Será um momento para que sejam explicitadas as diversas visões acerca da matéria." (BRASIL, 2013)

A regulamentação da profissão de educador social no Brasil está em andamento. Além disso, a iniciativa da proposição do PL 5346/2009 gerou um significativo avanço para a educação social no país, pois iniciou um amplo debate voltado ao reconhecimento da necessidade da atuação de profissionais em educação social no Brasil, quanto à regulamentação da profissão de educador social e também referente à necessidade de uma formação que traga embasamento teórico para ações que historicamente constroem-se a partir da prática.

Os pesquisadores brasileiros destacam a importância da estruturação de um curso de formação que prepare os profissionais para atuação na educação social, que hoje se mostra um campo de abrangência e especificidades muito amplas. Porém, é de comum compreensão que os pilares desta formação estruturam-se na Pedagogia Social, com a colaboração das outras ciências que compõe as Ciências da Educação (MACHADO, 2011a; CARO, 2011; SILVA, 2011a; GRACIANI, 2011; SOUZA NETO, 2011; CALIMAN, 2010, 2011).

A prática em educação social está embasada num referencial teórico que justifica suas ações e certifica a importância e a finalidade que objetiva-se com intervenções socioeducativas. O trabalho social envolve o diálogo com diversas áreas do conhecimento, sendo a Pedagogia Social, a Psicologia, a Sociologia, o Serviço Social, dentre outras compreendidas como ciências complementares a essa formação. É nessa multidisciplinaridade que deve estruturar-se a formação do educador social e do pedagogo social (CARO, 2011).

Atualmente, a pesquisa em Pedagogia Social é realizada em todas as regiões do país, algumas universidades já instituíram a Pedagogia Social como linha de Pesquisa. E, em outras instituições, elas inserem-se nos mais variados cursos: Educação, Psicologia, Serviço Social ou outras áreas.

O debate em torno da regulamentação da profissão de educador social, a iniciativa das instituições de Ensino Superior na organização e oferta de cursos de pós-graduação (especialização) em diferentes perspectivas de atuação em educação social, representam o avanço na consolidação Pedagogia Social brasileira.

No capítulo seguinte, serão discutidos os fundamentos para a formação e para o trabalho do educador social, pautados na teoria da Pedagogia Social que se constitui como pilar de sustentação para o desenvolvimento das ações socioeducativas pelos educadores sociais. Serão apresentados os conceitos e princípios da educação social, o campo de atuação do educador social no Brasil e o estabelecimento de relações entre a Pedagogia Social, a formação e o trabalho do educador social.

## **2 FUNDAMENTOS PARA FORMAÇÃO E PARA O TRABALHO DO EDUCADOR SOCIAL**

Este capítulo apresenta a Pedagogia Social como ciência cujo objeto de estudo e de intervenção é a educação social, compreendida como a base teórica que norteia a atuação prática do educador social. Abrange seu processo de consolidação e destacam-se aspectos referentes ao campo de trabalho da Pedagogia Social.

Encerra-se discutindo a importância da organização e regulamentação de um curso específico para formação do educador social que atenda as especificidades da atuação em educação social com base na experiência de outros países.

### **2.1 CONCEITOS E PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO SOCIAL**

O trabalho de educador social se fundamenta na Pedagogia Social. Observa-se que a Pedagogia Social, compreendida como "teoria e prática de intervenção educativa" (MACHADO, 2011b, p. 118), apresenta conceitos diversificados, acumulados num processo histórico de construção, refletindo as exigências e necessidades de cada época e contexto social do país em que se insere. A consolidação da profissão de educador social também é o reflexo desse processo elaborado e reelaborado historicamente. Considera-se importante conhecer esse processo para que seja estabelecido um diálogo entre a teoria e o contexto atual do trabalho e da formação do educador social no Brasil.

A história da Pedagogia Social remonta os anos de 1844, quando o termo foi empregado pela primeira vez, por Karl Magwer, referindo-se ao trabalho de assistência social e educativa à juventude, a sua consolidação é mais recente. O primeiro livro que foi publicado sobre Pedagogia Social foi lançado em 1898 por Paul Natorp. Porém, ela apenas se difunde após a I Guerra Mundial. Em 1920, Herman Nohl consolida a Pedagogia Social, afirmando que essa é um ramo da Pedagogia e que sua teoria é constituída na práxis educativa (PETRUS, 1997; MACHADO, 2011b; PEREIRA, 2013 ; SILVA, 2010).

As formas de organização e as concepções de Pedagogia Social são distintas entre os países, pois se encontram intimamente vinculadas à realidade social,

política e econômica em que se inserem. Em consequência disso, o trabalho desenvolvido pelo profissional da educação social torna-se diversificado abrangendo diferentes ações. Em alguns países, sua atuação vincula-se à animação sociocultural; em outros, o foco do trabalho volta-se aos indivíduos em situação de vulnerabilidade, ou em privação de liberdade. Na Espanha, a educação social apresenta "uma função de ajuda educativa a pessoas ou a grupos que configuram uma realidade social menos favorecida". Porém, em outras sociedades, pode apresentar-se como "*el análisis de la influencia de los medios de comunicación o bien como el estudio de los problemas derivados de la interculturalidad*" (PETRUS, 1997, p.12).

Machado (2011) aponta que, na Itália, a Pedagogia Social está relacionada à educação informal, sendo produzida pelos meios de comunicação e extraescolares, associada à Ciência da Educação Social. Há uma defesa comum entre os autores italianos, de uma teoria de sociedade educadora. Ou seja, que a educação ocorre a partir da sociedade, da comunidade para o indivíduo. A Pedagogia Social italiana privilegia a animação sociocultural aplicada na ocupação do tempo livre das populações juvenis de periferia, oportunizando a inclusão social de sujeitos marginalizados (CALIMAN, 2011).

Diferentemente, na França, a Pedagogia Social está associada ao atendimento das necessidades sociais, intervindo principalmente nas áreas de inadaptação, animação sociocultural, educação de adultos e formação na empresa. Ela está associada ao atendimento social relacionado às necessidades, com análise e ação para eliminar os problemas da pobreza, das drogas, dos conflitos raciais, da deficiência de escolarização, da saúde e da terceira idade. Naquele país, a Pedagogia Social privilegia a compensação às carências sociais, em detrimento do sentido pedagógico de educação social (MACHADO, 2011).

A Espanha teve grande influência da Pedagogia Social francesa e alemã. Porém, na década de 80, com a comunidade acadêmica envolvida nas discussões de teoria e prática da educação social no país, foi organizada uma delimitação da área de estudos, linhas metodológicas de atuação, estratégias de desenvolvimento, formas de avaliação e de formação profissional. A Pedagogia Social da Espanha - um dos polos de referência para o Brasil - estruturou-se em torno de três eixos: educação de adultos, incluindo a terceira idade; inserção e adaptação social e

animação sociocultural. "O educador social na Espanha atua no campo de intervenção socioeducativa" (MACHADO, 2011b).

Nos países da América Latina, a Pedagogia Social ainda é pouco conhecida enquanto abordagem teórica e qualificação profissional regular, embora tenha a profissão reconhecida em alguns países como México, Argentina, Chile, Venezuela e Uruguai, esse último considerado uma das referências da área. No Brasil, segundo Pereira (2013) a Pedagogia Social volta-se ao trabalho com grupos marginalizados, tendo em vista que em seu início assumiu na educação de rua, mais especificamente na atuação com crianças e adolescentes que vivenciavam uma situação de vulnerabilidade social no período dos anos 1980 e 1990, pois havia uma demanda de atendimento nacional.

Buscando conhecer a evolução histórica da Pedagogia Social com objetivo de compreender as tendências atuais, consultaram-se os teóricos clássicos e localizaram-se algumas classificações que refletem o contexto de cada época. Os clássicos referenciais sobre Pedagogia Social, provenientes da Europa, partem de uma realidade muito diferenciada da brasileira. Porém, oferecem um histórico fundamental e semelhante, devido ao percurso de sua consolidação e dos problemas enfrentados (CARO, 2011).

Garrido (1971) delimita a educação social em função do espaço onde se realiza; ou seja, a sociedade, concebendo-a como a transmissão de valores educativos próprios de uma determinada sociedade, como influência educativa que exerce a sociedade e seu conjunto sobre um cidadão e ainda como a influência dos poderes públicos com fins políticos para a vida social.

Essa definição muito se distancia da classificação realizada por Quintana (1988, p. 18-24) que classificou historicamente as concepções de Pedagogia Social em cinco grupos: como doutrina da formação social do indivíduo; como doutrina da educação política e nacionalista do indivíduo; como teoria da ação educadora da sociedade; como doutrina da beneficência pró-infância e adolescência e como doutrina do sociologismo pedagógico.

A Pedagogia Social como doutrina da formação social do indivíduo é uma concepção clássica da Pedagogia Social ao longo da história da educação. O autor afirma que "*la Pedagogia Social es la ciencia de la educación social, teniendo por objeto conseguir la madurez social del individuo, es decir, su capacidad de contribuir al bien común*" (QUINTANA, 1988, p. 19).

A Pedagogia Social como doutrina da educação política e nacionalista do indivíduo trata da educação do indivíduo para a sociedade numa perspectiva mais radical. Nessa perspectiva, a Pedagogia Social considera o Estado como objetivo da educação do indivíduo, "*la persona humana nos es ya un fin en sí, sino un medio para la sociedad, que, en su forma más auténtica, sería el Estado*" (QUINTANA, 1988, p. 20). Essa perspectiva teve grande impacto na Alemanha dos anos 30, numa corrente conhecida como "pedagogia nacional socialista" (QUINTANA, 1988, p. 20). Segundo Machado (2002), essa perspectiva já se encontra superada na maioria dos países.

A Pedagogia Social como teoria da ação educadora da sociedade refere-se à ação educativa que extrapola o espaço escolar e envolve toda sociedade, "extraindo das cidades suas potencialidades educadoras" (MACHADO, 2002, p.4). Sob esse ponto de vista, a educação se articula às necessidades educacionais da sociedade. Segundo Machado (2002), essa concepção de cidade educadora com ampla repercussão na Itália, em menor escala na Espanha, foi divulgada na América Latina, com apoio da UNESCO.

A Pedagogia Social como doutrina da beneficência pró-infância e adolescência é voltada para o atendimento das necessidades sociais do indivíduo, e identifica-se com o trabalho hoje desempenhado pelo Serviço Social. Na Alemanha, no pós-guerra, visava-se o atendimento de crianças e jovens desamparados, e após aquele período, estendeu seu atendimento a adultos, idosos e famílias.

A Pedagogia Social como doutrina do sociologismo pedagógico refere-se à concepção de Pedagogia Social como uma Pedagogia Sociológica, sendo mais do que uma disciplina pedagógica, abarcando uma corrente ou um sistema pedagógico. Considerada por Quintana como "*totalmente inaceptable*" (1988, p. 24), foi categorizada por constar da literatura historicamente produzida. Segundo Machado (2002, p. 4), essa perspectiva também se encontra superada.

Para entender a amplitude da educação social, objeto da Pedagogia Social, Quintana (1997, p. 67) destaca que é necessário que ela seja analisada sob três diferentes perspectivas:

1. Educação social, entendida como forma exclusiva da educação, perspectiva direcionada à essência e à finalidade do trabalho educativo;

2. Reduzindo-se à perspectiva de socialização do indivíduo, ou seja, a educação social como um aspecto importante da educação geral, junto a outros aspectos, como a educação intelectual, física, moral e religiosa.

3. Tendo como objetivo a socialização do indivíduo e seu aprimoramento integral, a educação social como forma pedagógica do trabalho social, atendendo pela educação aos problemas de marginalização ou de carências sociais em que se encontram muitos grupos ou indivíduos.

Em síntese, para Quintana (1988) a Pedagogia Social trata de duas coisas diferentes, mas que são complementares. Em primeiro lugar, refere-se ao cuidado com a correta socialização do indivíduo, entendida como educação social; em segundo, como intervenção pedagógica que visa atender situações de vulnerabilidade social, numa perspectiva de trabalho social. O autor sugere que este trabalho não seja desenvolvido somente pelo pedagogo social ou educador social, mas que seja desenvolvido num trabalho conjunto com outros profissionais, formando uma equipe multiprofissional em conjunto com o psicólogo, o assistente social, sociólogos e outros que venham a contribuir com a qualidade do projeto desenvolvido.

Pode-se conceituar a Pedagogia Social em Quintana (1988) como a ciência da educação social de indivíduos e grupos, que trabalha numa perspectiva educativa dos problemas humanístico-sociais.

Para Petrus, a educação social apresenta a função de ajuda educativa a pessoas ou grupos que configuram uma realidade social menos favorecida (PETRUS, 1997). Segundo o autor o trabalho da educação social engloba a correta socialização, a aquisição de competências sociais, a formação política do indivíduo, a prevenção de desvios sociais, numa perspectiva de educação da sociedade.

A concepção atual de educação social só pode ser compreendida se partir da análise da realidade em que se insere, refletindo sistematicamente sobre como essa realidade é e como deve ser (PETRUS, 1997). O autor considera difícil realizar sua conceituação, pois ela varia de acordo com a ideologia, filosofia e visão antropológica, com que se analisa o conhecimento científico. Porém, organizou aproximações conceituais, do que considera a abrangência da educação social, nominando-as por: educação social como adaptação, a educação social como socialização, educação social como aquisição de competências sociais, educação social como didática social, educação social como ação profissional qualificada,

educação social como ação de intervenção à inadaptação social, educação social como formação política do cidadão, educação social compreendida como prevenção e controle social, educação social como trabalho social educativo, educação social como *paidocenos* (conjunto de estímulos) e educação social como educação extraescolar.

De uma maneira geral, Petrus (1997) organiza a abrangência da atuação da educação social num contexto mais amplo que Quintana (1988), pois aborda a educação social como um processo contínuo a ser realizado em todas as etapas da vida e não somente durante o período escolar. Aquele compreende a educação social como um método de trabalho de intervenção às dificuldades sociais e também a percebe como um método de prevenção às vulnerabilidades sociais, reconhecendo a importância da especialização do profissional para desempenhar esta função.

Num contexto geral, a Pedagogia Social apresenta-se, nos diferentes autores, como uma ciência que propicia a criação de conhecimentos, como uma disciplina que possibilita sistematização, reorganização e transmissão de conhecimentos e também como uma profissão com dimensão prática, com ações orientadas e intencionais (MACHADO, 2002, p. 1).

Como ciência, a Pedagogia Social se identifica com o saber que se constrói na Pedagogia, mais precisamente nas Ciências da Educação, dividindo espaço e diferenciando-se da Sociologia, da Antropologia e da História da Educação. Mesmo que no decorrer da história a Pedagogia Social tenha se associado à Sociologia da Educação, no século XX, atualmente se especifica enquanto uma ciência normativa, de intervenção na realidade, totalmente comprometida com a prática (MACHADO, 2002).

Para Quintana (1988), não cabe confusão enquanto à natureza, conteúdo e ao grupo científico a que se identifica a Pedagogia Social. Ela propõe-se a atuar na sociedade buscando a sua transformação, caracterizando-se como uma ciência prática diferenciando-se da Sociologia da Educação que busca conhecer a sociedade, tratando da descrição das circunstâncias sociais que interferem na educação.

Porém, quando se trata de educação social, não é somente o campo de atuação que é abrangente, são diferentes as interpretações dos pesquisadores dessa área sobre a definição da área de atuação social. Romans, Petrus e Romans,



Petrus e Trilla (2003), explicam que os campos de atuação da educação social, tendo como referência a organização na Espanha, foram classificados em três diferentes áreas, embora seja muito difícil delimitar a atuação de cada uma delas, mesmo sendo elas complementares ou se sobrepondo em alguns momentos.

Cada uma delas foi constituída separadamente, "estes três âmbitos não são fruto de uma operação de taxionomia, mas de um processo de agregação" (ROMANS, PETRUS E TRILLA, p. 33, 2003). As três áreas estão divididas da seguinte forma: educação especializada, educação de pessoas adultas e a animação sociocultural.

A educação especializada (EE) define seu objeto de trabalho a partir de seus destinatários: a população em conflito social, sendo prioritária a atenção a crianças, adolescentes e jovens que vivem em situação de risco e vulnerabilidade social, inadaptação ou marginalização.

A educação de pessoas adultas (EPA) dirige-se a pessoas adultas que não completaram sua educação formal no decorrer da infância e juventude, mas também trata da educação contínua, sem vínculo formal.

A animação sociocultural (ASC) atende a toda a população sem especificidades, sejam crianças, jovens, adultos ou idosos, "regularizados"<sup>7</sup> ou não; ou seja, estejam vivenciando ou não situação de vulnerabilidade social ou de conflito com a lei. Caliman (2010, p. 361) destaca que as atividades de animação sociocultural são atividades meio, constituem-se de técnicas, dinâmicas, atividades variadas, como meio de trabalho para prevenção de situações de risco.

Percebe-se que, tanto em Quintana (1998), quanto Romans, Petrus e Trilla (2003), a atuação da educação social refere-se à correta socialização do indivíduo, com atenção especializada a indivíduos que vivenciam situações de vulnerabilidade social, realizada por meio de ações socioeducativas, que utilizam de técnicas e métodos para atingir seu objetivo.

Remontar historicamente aos conceitos de educação social apresentados por Garrido (1971), Quintana (1988) e Petrus (1997), auxilia o esclarecimento de que a Pedagogia Social é uma ciência que estuda a prática da educação social para melhorá-la, para demandar o conteúdo de formação dos profissionais que estarão

---

<sup>7</sup> O termo regularizados é utilizado por Romans, Petrus e Trilla (2003) para denominar as pessoas que não estão em situação de conflito social.

envolvidos em suas ações, e que deverão provir principalmente das demandas da sociedade.

A perspectiva de Romans, Petrus e Trilla (2003), ao dividir os campos de atuação em três áreas - EE, EPA e ASC - possibilita uma especialização que facilita a orientação do plano de ação em cada uma delas, a seleção das técnicas empregadas e principalmente norteia a formação dos educadores sociais.

Faz-se necessária a discussão teórica sobre quem é o profissional que atua na educação social e estabelecer relação entre o trabalho realizado pelo educador social no Brasil e a Pedagogia Social, assunto que será abordado a seguir.

## 2.2 CAMPO DE ATUAÇÃO DO EDUCADOR SOCIAL

A sociedade moderna apresenta demandas socioeducacionais que exigem a superação dos limites existentes na estrutura tradicional da escola brasileira. Além disso, as demandas sociais atuais exigem do espaço educativo ações que ultrapassem o trabalho formativo realizado nas salas de aulas. Por outro lado, o modelo de educação em vigência ainda não apreendeu os conceitos e a importância do trabalho em educação social, o que acaba propagando entre os profissionais da educação uma visão errônea sobre a mesma.

Nesse contexto, surgem discursos que apregoam que a sociedade e o estado estão "empurrando" para a escola atribuições e conteúdos de formação que não lhe competem. Por exemplo: o aprimoramento de valores sociais, ações de protagonismo e de formação cidadã.

Tais ações que extrapolam a tradicional relação de ensino-aprendizagem, vigente nas escolas brasileiras, são ações socioeducativas e possuem como núcleo central o ato de educar, portanto seu objeto não está distante do espaço escolar. Para Caliman (2010, p. 343) a escola está assumindo funções que seriam próprias da família e da sociedade, responsabilizando-se por grande parte dos problemas sociais dos alunos, "a escola é indispensável, mas não se pode jogar sobre seus ombros toda a luta contra a exclusão social".

Compreende-se que a família não pode eximir-se de sua responsabilidade na educação de seus membros e nem o Estado permanecer neutro ou omissos à

necessidade imediata de adequação dos espaços educativos. O trabalho em rede também necessita de fortalecimento, como alerta Núñez (2010), pois foram implementadas políticas socioeducativas<sup>8</sup>, tanto no serviço social, quanto na educação e até mesmo na saúde pública, as quais poderiam ter resultados ainda mais impactantes com o fortalecimento da rede. Estas políticas e projetos exigem atuação interdisciplinar (educação, saúde, serviço social, cultura e esporte) e conhecimento de todos os recursos presentes no espaço de convivência comunitário, desde espaços de promoção cultural, estabelecimentos comerciais e serviços públicos.

Machado (2011b, p. 117) ao ressaltar que "as demandas socioeducacionais do mundo contemporâneo exigem um olhar mais abrangente sobre a Educação", aponta uma eminente necessidade da revisão do conceito de educação. A escola, como espaço de transmissão de conhecimentos, está dando lugar a uma educação integral, que busca preparar o aluno para ler o mundo de maneira crítica, uma educação conscientizadora, libertadora, como foi defendida e propagada por Paulo Freire já em meados dos anos 70. Educação não se limita aos conteúdos escolares, educar exige ampliar o olhar para a preparação do indivíduo para se conhecer, perceber-se membro de uma sociedade, para que possa analisar e agir criticamente perante a qualquer situação, que se reconheça cidadão e posicione-se politicamente, administre de forma autônoma sua vida econômica e participe ativamente da comunidade em que se insere.

E é nesse contexto de educação integral que se fortalece o debate sobre a Pedagogia Social no Brasil, numa perspectiva de uma educação integral para toda a vida, atendendo desde a infância à terceira idade, em suas diferentes necessidades e especificidades. Segundo Ribas Machado (2010, p. 123) "[...] surgem os argumentos a favor de uma Pedagogia Social como uma alternativa contra-hegemônica de uma educação alienante, configurando uma proposta que contribua efetivamente no processo de conscientização e transformação social, não ficando apenas no discurso" (RIBAS MACHADO, 2010, p. 123).

Historicamente, a Pedagogia Social como educação social no Brasil tem se fortalecido e se ampliado fora das instituições escolares, em ONGs, Projetos Sociais, associações, e outros espaços comunitários. Em diferentes tarefas, com

---

<sup>8</sup> Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SUAS), Programas como Comunidade Escola (educação), Grupos de hipertensos (SUS)

diversificadas metodologias de trabalho, pautadas em ações socioeducativas e desenvolvendo atividades esportivas, recreativas e culturais. Surge uma Pedagogia Social propondo-se a oportunizar a garantia do acesso desses sujeitos conforme determinação da Constituição Federal de 1988, presente no artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). A expansão dessas instituições é resultado de movimentos políticos que impactaram em toda a estrutura social, econômica e política do Brasil.

A expansão do campo de atuação da educação social no Brasil ocorre articulada às mudanças políticas do país: as mudanças ocorridas no Brasil, no final da década de 1970 e na década de 1980, que viabilizaram o processo de "democratização"; a grande crise global da década de 1990; a adoção de paradigmas de um modelo neoliberal – todos esses acontecimentos formaram um cenário contraditório e propício para a expansão do terceiro setor. Nesse espaço, por meio das ONGs e Associações de Moradores, foi que a educação social ampliou sua atuação em práticas sociais por todo o país.

Nogueira (1999, p.74) reflete sobre as dificuldades que afetaram o mercado, o Estado e a própria sociedade. Segundo o autor, essa crise generalizada pôs em dúvida um grande paradigma, de que com progresso econômico as desigualdades seriam eliminadas. O que não aconteceu, mesmo com avanços científicos e grandes descobertas das ciências, a sociedade permaneceu desigual. Nesse panorama, as políticas sociais foram perdendo sua força e os cidadãos sendo destituídos de seus direitos. Segundo Nogueira (1999) não foram despendidos esforços para a melhoria da gestão das políticas sociais em toda a América Latina e constatou-se a necessidade de emergentes mudanças para a manutenção do capitalismo, dentre elas que a "adoção de políticas sociais especificamente voltadas para a diminuição da desigualdade gera estímulos fantásticos nos vários níveis da sociedade" (NOGUEIRA, 1999, p. 74).

Passa-se a se discutir, pós o Consenso de Washington<sup>9</sup>, a existência futura de um pós-neoliberalismo no qual:

[...] os desafios e as tarefas da justiça social, os direitos sociais e econômicos de todos os seres humanos, os problemas planetários do meio ambiente e a arquitetura do ambiente social estarão no centro do discurso político. (THERBORN, 1995, p.182).

Nesse contexto, Ribas Machado (2010, p. 117) destaca que se fortaleceu a participação social por meio de ONGs e associações, e parcerias entre organizações privadas e o Estado. Como ressalta Ribas Machado (2010), a discussão referente ao Terceiro Setor não incluiu os seus profissionais e trabalhadores; limitou-se às fontes de financiamento e aos gestores.

Uma profunda reflexão acerca da crise dos mercados financeiros no final dos anos 1990 é feita por Gohn (1999), que reflete como, por ocasião do Consenso de Washington, mudou-se a compreensão entre o que era estatal e o que era público, tendo em vista as "privatizações em massa de empresas estatais, liberação de mercados de bens de capital, desregulação acentuada da economia e forte redução do papel do Estado" (GOHN, 1999, p. 71).

Montaño (2002, p.46) afirma que na perspectiva de descentralização "engloba-se a transferência de decisões para as unidades subnacionais, como a delegação de autoridade a administradores de nível mais baixo, obedecendo ao princípio da subsidiariedade" (MONTAÑO, 2002, p 46.). Assim, as organizações sociais passaram a ter centralidade no desempenho de atividades científicas e sociais e foram nominadas por "entidades públicas não estatais". Nesse sentido, foram criadas leis de incentivo para a formação dessas organizações sociais, além da filantropia empresarial e do estímulo ao voluntariado. Montaño (2002, p 47) afirma que essa concepção de estabelecimento de "parcerias", entre a sociedade civil, as instituições privadas e o Estado levam a desresponsabilização do Estado quanto à questão social, ao transferir a responsabilidade para o setor privado, visando a obtenção de lucro, seja para fins privados ou públicos.

---

<sup>9</sup> Consenso de Washington é um conjunto de medidas formulado em novembro de 1989 por economistas de instituições financeiras situadas em Washington D.C., como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, fundamentadas num texto do economista John Williamson, do *International Institute for Economy*, e que se tornou a política oficial do Fundo Monetário Internacional em 1990, quando passou a ser "receitado" para promover o "ajustamento macroeconômico" dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades.

A educação social se expande nesse contexto político e socioeconômico, principalmente por meio de projetos realizados pelas ONGs, desenvolvendo ações de promoção social, cultura, educação, voltados à capacitação profissional, à inserção no mercado de trabalho e em questões voltadas à saúde. As discussões sobre educação social no Brasil se ampliam a partir de 2005 com o fortalecimento da área e a organização de grupos de pesquisa (RIBAS MACHADO, 2010).

Em 2006, durante a realização do I Congresso Internacional de Pedagogia Social, foi declarada, na Carta da Pedagogia Social (ANEXO 3), a preocupação com os limites da educação formal na promoção da inclusão social, por meio do Ensino Fundamental, em contraposição ao abrangente trabalho da educação não formal no Brasil. Na carta, sugere-se que a educação não formal seja tratada como política pública, considerando emergências na educação brasileira. Também destaca-se a necessidade de se reconhecer os múltiplos espaços em que a educação possa acontecer, como afirmam a Constituição Federal de 1988 e a LDBEN de 1996 (SILVA, 2011, p. 293). Além disso, aponta-se para a necessidade do fortalecimento da Pedagogia Social como fundamentação teórica e metodológica que "configura um corpus de conhecimento dotado de unidade conceitual", reconhecendo que sua orientação está pautada em diferentes concepções teóricas e metodológicas.

Segundo Gadotti (2012), a educação social segue os passos da Educação Popular, na luta para tornar-se política pública, "entendo que a própria educação não formal também aspira a ser política pública" (GADOTTI, 2012, p. 6).

As experiências e metodologias utilizadas pelas ONGs são ricas fontes de conhecimento, as quais possibilitam uma infinidade de investigações e reelaboração de conhecimento de prático para científico. No trabalho realizado pelos profissionais da assistência social, as ações socioeducativas são um importante recurso em ações junto às famílias que estão vivenciando situações de vulnerabilidade ou fragilização de vínculos. A utilização desta prática é comum tanto à assistência social como à educação social. Ambas as áreas, por atuarem muito próximas, embora atendam a demandas diferentes, visam à emancipação dos sujeitos das situações de exclusão, de rompimento de vínculos sociais e familiares, de falta de autonomia, entre outras situações de conflito.

O trabalho de reeducação, desenvolvido por meio de ações socioeducativas, visa à emancipação e à promoção da autonomia. O resultado depende da

articulação e integração entre a educação social, o serviço social e o comprometimento do indivíduo com a superação da condição vivenciada.

Nesse contexto, a ação de educação social não se reduz a espaços não escolares: a escola é um espaço fundamental de formação integral.

Gadotti (2012, p. 8) destaca que educação é um processo que engloba as experiências de vida e os processos de aprendizagem não formais, no desenvolvimento da autonomia tanto da criança quanto do adulto, ultrapassando os limites do escolar. É um conceito de educação que incorpora a essência da educação social em qualquer espaço educativo. O autor afirma que "toda a educação é, ou deve ser, social, já que quando falamos de educação não podemos prescindir da sociedade, da comunidade e do contexto familiar, social e político onde vivemos" (GADOTTI, 2012, p. 9).

A afirmação de Gadotti (2012) vem ao encontro da compreensão de educação que se aborda no decorrer desta pesquisa. Compreende-se educação como um espaço de formação integral do indivíduo, que acontece em diferentes espaços de relação social (família, escola e sociedade). Nessa perspectiva, amplia-se o olhar para o campo de atuação da educação, não se restringindo apenas ao espaço escolar, incluindo-se a educação social e englobando seu amplo campo de atuação (GADOTTI, 2012, p. 11).

De acordo com Machado (2011) os debates sobre a diferenciação entre educação formal, informal e não formal não é novo, sendo muito presente na Europa no final do século XX. No Brasil, as discussões sobre Pedagogia Social são recentes, e ainda estão em processo de consolidação.

A educação regular, escolar, é também conhecida por educação formal. É realizada prioritariamente no espaço escolar e dentre algumas de suas características está possuir uma matriz curricular padrão a todos os estabelecimentos de ensino, além da adoção de metodologias de ensino e de variados sistemas de avaliação. A educação formal deve ser submetida às leis e regulamentações do ensino conforme as políticas educacionais vigentes (CALIMAN, 2011; GOHN, 2005; MACHADO, 2011).

O termo educação informal refere-se à forma de educação transmitida nos espaços de convívio social. Seja entre os membros de uma família, com amigos e vizinhos, na interação dos indivíduos com os espaços e objetos, com a comunidade, em jogos de futebol na rua, em brincadeiras com outras crianças, em aulas de canto,

aulas de dança, celebrações religiosas, festividades. A educação informal acontece em todos os espaços de convivência social, inclusive na escola, considerada o espaço do saber formal. A forma do professor se relacionar com as regras e normas de uma escola, com os colegas e com os alunos, pode ser considerada um exemplo de relação informal, embora todo o processo de interação ocorra na escola (LIBÂNEO, 2007; GOHN, 2010).

A atuação da educação não formal segundo Gohn (2010) - divisão defendida pela autora - está no serviço de conscientização e organização dos indivíduos, na construção de suas identidades, na formação para o trabalho, na valorização da diversidade cultural, étnica e sexual, sendo uma prática multicultural que agrega todas as atividades educativas fora da escola, compreendida como uma metodologia de intervenção, "uma técnica a ser aplicada para gerar reações positivas em situação de negatividade" (GOHN, 2010, p. 26). Para Gohn (2010), a educação não formal agrega a educação de adultos, a educação permanente, a educação popular, a educação comunitária e a educação social.

A percepção da necessidade de mudança na concepção de educação é uma etapa no processo de reconhecimento e valorização da educação social. Da mesma forma, foi necessária a mudança no conceito de educação na Espanha, afirmado por Petrus (1997), tendo em vista uma crise na confiabilidade no sistema educativo vigente nos anos 1980. A resignificação do conceito de educação, ao passar a compreender educação como um processo de aprimoramento do indivíduo, que ultrapassa os limites da escola, passa a ser concebida como "*una característica de la existencia humana*". A educação social passa então a ser "*un derecho constitucional que sobrepasa la esfera de la pedagogía escolar*" (PETRUS, 1997, p.11).

Para Fermoso (1997), a educação não formal é caracterizada pela intencionalidade educativa expressa em atividades fora do sistema formal de ensino. Ela pode ser dirigida a todas as faixas etárias, utilizando-se de metodologia apropriada e não fornece títulos ou créditos educativos (FERMOSO, 1997). A educação não formal segundo Caro (2011) "visa contribuir para a formação integral do indivíduo, envolvendo o crescimento pessoal, a consciência da cidadania e a possibilidade de sua inserção na sociedade" (CARO, 2011, p. 134).

Para Libâneo (2007), a educação não formal apresenta características semelhantes à educação formal, quando se coloca em evidência o caráter



intencional de ambas. Ao pensar nas ações de educação não formal, o profissional possui objetivos e procura uma metodologia que o leve à realização dos mesmos.

Essa discussão remete à posição de Trilla (1996), ao afirmar que educação não formal costuma ser mais hábil, flexível, versátil e dinâmica que a formal. Ela nasce como uma contribuição, ao entendimento daqueles que se encontram excluídos de qualquer proteção necessária para seu desenvolvimento. Não é uma solução, mas uma complementação às demais formas de educação.

Caro (2011) destaca que a educação não formal transita por várias e diferentes ações e áreas do conhecimento, num caráter transformador, possibilitando que os indivíduos se conscientizem do seu valor enquanto cidadãos e oportuniza que resgatem sua dignidade. Diferenciando a educação não formal da educação formal pelo estabelecimento de outros tipos de relações educativas.

A educação não formal forma o indivíduo para a vida, retirando-o das ruas, das drogas, dos furtos e roubos, da prostituição, do próprio ócio e, ainda resgata a autoestima, munindo-o de condições para desenvolver sentimentos de autovalorização. (CARO, 2011, p. 135).

Para Gadotti (2012, p. 06), a educação social pode ser considerada formal se considerado seu "rigor científico, fins, objetivos, necessidade de reconhecimento, regulamentação e certificação".

Neste momento, não cabe opor a educação formal e a não formal, nem reduzir a educação social ao espaço da educação não formal. A educação não formal, segundo Gadotti (2012, p. 9), "não abre mão da riqueza metodológica da informalidade", para organizar-se de forma rígida e burocrática como a educação formal. Ela trata da compreensão das especificidades e potencialidades da educação social e de harmonizá-las para benefício de todos.

Pereira (2013) analisa a dicotomia educação não formal e educação social que se estabeleceu no Brasil, e identifica duas teses:

[...] a primeira nega a educação não formal como campo educativo e afirma a educação social como substituta e única possibilidade de congrega as práticas educativas não escolares; a segunda, (...) afirma a existência da educação não formal como campo epistemológico e nega a educação social como possibilidade de abarcar as práticas educativas fora da escola por não ter uma base científica. (PEREIRA, 2013, p. 131).

Na primeira tese, Souza; Silva; Moura (2011), no I CIPS defendem a substituição do termo educação não formal por educação social, considerando que as práticas de educação denominadas educação não formal estão descontextualizadas política, histórica e socialmente, além de compreenderem que o termo refere-se a todas as práticas educativas não escolares, incluindo ações voltadas ao mundo do trabalho, ou para o exercício de cidadania que possuem metodologia própria as quais não deveriam ser agrupadas como educação não formal. Como último argumento, os autores sugerem que há ausência de um campo de conhecimento que legitime e epistemologicamente e metodologicamente a educação não formal, diferente da educação social, que é pautada na Pedagogia Social.

Segundo Souza, Silva e Moura (2011) há necessidade de "desconstrução do termo educação não formal para que seja possível o reagrupamento das práticas de educação popular, social e comunitária" (SILVA, 2011, p. 305). As bases para o reagrupamento são os três domínios da Pedagogia Social: o domínio sociocultural, que abrange áreas do conhecimento como: arte, cultura, dança, música e esporte; o domínio sociopedagógico, que tem como foco a infância, a adolescência, a juventude e a terceira idade; o domínio sociopolítico, que tem como áreas do conhecimento os processos sociais e políticos, expressos no protagonismo, na geração de renda, na gestão social e na participação social. A esses, acresce-se o domínio epistemológico, apresentado por Caliman (2011), caracterizado pela sistematização de saberes e conhecimentos no campo da educação social, fundamentado em diversas matrizes objetivando a construção conceitual de termos próprios e apropriados dessa educação.

Para Silva (2011), o agrupamento anula a dicotomia educação não formal e educação formal, compreendendo que são práticas de um mesmo processo e da mesma área - a ciência da Educação. Desta forma, possibilita a formação de educadores a partir dos domínios epistemológicos e permite a unificação das práticas de educação comunitária e popular como práticas de educação social.

A segunda tese refere-se à pesquisa de Gohn (2010) que reconhece a necessidade de sistematização da educação não formal, mas defende que a sua abrangência não pode ser reduzida a uma técnica de trabalho na educação social.

Para Pereira (2013), essa é uma questão que ainda exige muita pesquisa e delimitações. Tanto os pesquisadores que negam como os que defendem o campo

da educação não formal e da educação social precisam ainda "refletir, analisar, explicar as muitas determinações epistemológicas desses dois modelos educativos [...] para que de fato, mostrem as possibilidades de uma e de outra no cenário educativo nacional" (PEREIRA, 2013, p. 132).

Considera-se relevante que o conceito de educação social incorpore o termo educação não formal, tornando-se um conceito único. Dessa forma, possibilita a estruturação de um curso de formação que preparará educadores sociais para a atuação no abrangente campo da educação social.

Para Caliman "quando nos referimos à educação social, falamos de prática socioeducativa orientada teoricamente pela Pedagogia Social" (CALIMAN, 2010, p. 361). O que o autor destaca é que, ao falar de prática de educação social, está se referindo a um campo amplo de atuação que não pode ser reduzido a metodologias de intervenção como dinâmicas de grupo, ou técnicas de abordagem de rua. Cada campo de atuação em educação social exige um processo educativo próprio, com metodologias específicas que se diferenciam da Pedagogia Escolar.

Foi redigida uma definição de Educação Social pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), publicado em um glossário<sup>10</sup>, na qual educação social é uma "proposta de qualificar as pessoas nas suas comunidades, culturas e sociedades, para serem capazes, conscientemente, de decidirem seu conhecimento, sua vida, seu trabalho, sua ação política e seu espaço social" (INEP, 2006, p.64). Essa definição para educação social foi elaborada, remetendo-se às pesquisas de autores espanhóis como Quintana e dos brasileiros Mosquera e Stobäus, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Quintana (1988) destaca que, entre as características da Educação Social, a tarefa de formar a pessoa como um ser social e o trabalhando pela sua conscientização e preparação para viver em uma sociedade, na qual tenha o seu espaço garantido e possa se desempenhar com todas as possibilidades que lhe sejam inerentes como ser vivo e interligado a outros, é fundamental. Também afirma ser função da Educação Social formar a pessoa em uma base ideológica de educação política e nacionalista. E compreende a sociedade como espaço de

---

<sup>10</sup> Citado na dissertação de mestrado intitulada: A Constituição da Pedagogia Social na Realidade Brasileira, apresentada por Érico Ribas Machado na Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

formação, possibilitando o desenvolvimento do ser humano de uma forma completa. O autor afirma ainda a importância do assistencialismo visando ajudar os outros de maneira imediata, na tentativa de que possam resolver seus problemas mais emergentes e conflitivos.

Para os brasileiros, Mosquera e Stobäus (2002), a Educação Social pode ter como característica formar a pessoa desde uma pedagogia sociológica, com a finalidade de inseri-la na estrutura de valores da sociedade, sendo uma de suas preocupações ajudar a pessoa desde uma perspectiva do trabalho social. Nesse sentido, educadores, trabalhadores sociais e sociólogos estariam preocupados em resolver, com os seus trabalhos, a problemática das pessoas que vivenciaram a marginalidade e a exclusão (MOSQUERA e STOBÄUS, 2002). Essa perspectiva restringe o campo de atuação do educador social a somente uma parcela da sociedade.

No Brasil a expressão educação social abrange os trabalhos que são desenvolvidos na educação não formal, em questões que se referem às carências urbanas e rurais, inerentes à cidadania, situação de vícios e dependência de drogas, intervenções ecológicas e ambientais, do trânsito e à questão da transmissão cultural (MACHADO, 2011a). Mas também referem-se às manifestações do espírito humano, formação para o trabalho e preparação para o exercício da cidadania.

Souza Neto (2011) inclui a questão política no conceito e descreve o objetivo da educação social, enquanto uma prática de educação para a conquista da autonomia: "a educação social busca desenvolver no sujeito a politicidade como uma habilidade humana de saber pensar, agir e intervir na busca de espaços de autonomia individual e coletiva" (SOUZA NETO, 2011, p. 77).

Dentre os desafios da educação social, encontra-se a preparação do sujeito, para viver e conviver, articular a liberdade diante das diferenças culturais, superando o desafio da formação cognitiva que hoje é responsabilidade da escola formal. "A educação social busca formar integralmente o sujeito" (SOUZA NETO, 2011, p. 55), não sendo somente um instrumento socializador; busca a conscientização do sujeito para que sejam protagonistas de sua própria vida, tanto no posicionamento ético perante diferentes situações, quanto no aprimoramento da capacidade de compreensão de sua história e/ou na transformação da realidade social: "não é possível pensar numa prática emancipadora sem levar em conta o protagonismo dos sujeitos envolvidos e o sentido da vida" (SOUZA NETO, 2011, p. 58).

A educação social, segundo Souza Neto (2011, p. 60) "é uma estratégia possível para dirimir os processos de reprodução da desigualdade e das mazelas sociais". Por meio de diferentes áreas de atuação - conhecidas pelas expressões: educação não formal, ambiental, sanitária, da mulher, para o trânsito e a cidadania, religiosa, de pessoas em situação de vulnerabilidade, privadas da liberdade, e outras, e levando em consideração o desenvolvimento físico, moral, estético e intelectual de sujeitos e/ou de grupos em conflito social, marginalizados, com dificuldades econômicas - desenvolve e aprimora processos de convivência e aprendizagem.

Para Souza Neto (2011) a Educação Social é uma prática voltada ao desenvolvimento integral de um sujeito - seja ele um indivíduo, grupo social ou uma organização. Esse sujeito deve ser compreendido como "aquele que dá respostas, que busca e constrói sua liberdade, no âmbito da práxis" (SOUZA NETO, 2011, p. 54), como aponta o autor: a compreensão do sujeito baseada na perspectiva ontológica de Marx, Gramsci, Lukács, Dussel, Makarenko e Freire.

Compreende que o ser humano não pode ser tratado como objeto passivo, reduzido à mercadoria, numa perspectiva de sociedade burocrática e totalmente vinculada a bens materiais. Aponta que "a vocação do sujeito é para a convivência, o diálogo, a liberdade, a criatividade, o aprender a lidar com o contexto social" (SOUZA NETO, 2011, p. 55).

Sob esse ponto de vista, a finalidade da educação social, segundo Souza Neto (2011), trata de o indivíduo compreender a realidade social e humana, buscar a melhoria da qualidade de vida, pois é comprometida com a transformação social, colocando o indivíduo como protagonista de sua vida e da relação que estabelece com a sociedade.

A educação social prepara o indivíduo para uma melhor compreensão e relacionamento com a sociedade. A sociedade brasileira, que se encontra imersa em problemas sociais, os quais Poggi denomina de "questão social" (POGGI, 2000, p.121). Essa expressão refere-se a um conjunto de questões que são reflexos da comercialização e da industrialização das economias nacionais. Dentre os problemas que ela abrange, podemos citar a pressão demográfica, a proletarianização das camadas subalternas, epidemias urbanas, criminalidade, analfabetismo, delinquência juvenil, drogadição, entre outros. Ele explica que essas questões praticamente novas, sob a perspectiva da gestão política, entraram na agenda do

Estado por reflexo do modo capitalista de produção, mais especificamente após sua etapa industrial, como um reflexo do domínio deste modo de produção sobre a vida social nos países capitalistas (POGGI, 2000, p. 123).

A Educação Social pode contribuir ativamente na conquista da autonomia e da criticidade política necessárias para efetivar-se o ideal da participação social na construção de uma sociedade brasileira mais justa, num contexto em que milhares de pessoas são vítimas de processos de injustiça social em especial de violações de direitos.

Na perspectiva do estabelecimento de uma sociedade de direitos, crescem exponencialmente os ordenamentos jurídicos, desde a revolução francesa em 1789. Nesse contexto, destaca-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, em busca de reconhecer os direitos de pessoas, grupos e comunidades. O Brasil reconhece e protege o indivíduo, classificando-o dentro de diferentes áreas do direito: direitos geracionais, de gêneros, de etnias; garantias de direitos de pessoas com deficiência; direitos do consumidor, direitos à assistência social - todos eles pautados na Constituição Federal de 1988.

Pensando a educação social como um campo de defesa de direitos, amplia-se a visibilidade do campo de atuação da educação social, o trabalho da Educação Social imersa na cultura dos direitos humanos, segundo Souza Neto (2011), objetiva a erradicação de práticas discriminatórias de gênero, raça, religião, etnia, nacionalidade e idade, extinção de ameaças de ordem física, moral e psicológica contra a pessoa humana, redução da desigualdade social, e propiciação do desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos, buscando a garantia da liberdade de expressão e de trabalho sem exploração.

Para Souza Neto (2011), os direitos humanos são manifestações da ética, que se propõe a normatizar e orientar a conduta dos Estados, da comunidade internacional e da sociedade, servindo à restauração da democracia e à redução das formas de dominação, de exploração e de privação dos bens materiais, sociais e culturais.

A Educação Social é uma prática socioeducativa, que visa à conquista da autonomia dos indivíduos e à transformação do relacionamento que eles estabelecem com a sociedade e também à transformação da sociedade na qual o indivíduo está inserido. Ela é orientada teoricamente pela Pedagogia Social. Nessa perspectiva, o sujeito deve ser compreendido como protagonista de sua vida e de

sua relação com a sociedade, capaz de responder eticamente pelas suas escolhas e de construir sua práxis.

Numa sociedade atualmente marcada por inúmeras mazelas sociais - reflexo do modo capitalista de produção, da mercantilização e alienação das pessoas e das relações que se estabelecem entre os indivíduos; entre os indivíduos e a sociedade; entre os indivíduos e o mercado de consumo (sociedade reificada) - o conceito de educação social que se propaga no país pauta-se nos direitos humanos. Eles asseguram o resgate da essência dos indivíduos, enquanto seres sociais, incentivando sua inserção nos diferentes espaços de convivência social, sua participação na restauração da democracia, na redução das formas de dominação e exploração dos sujeitos, promovendo ações que estimulam o desenvolvimento da autonomia e o fortalecimento dos vínculos sociais e pessoais.

Na presente pesquisa, a Educação Social é entendida como educação integral do indivíduo, abrangendo as educações informal e não formal. Espera-se que este novo paradigma educacional seja incorporado e os projetos educativos e socioeducativos reestruturados de forma a atender às demandas sociais emergentes.

A Pedagogia Social pode ser definida como uma ciência que oferece as bases metodológicas e teóricas para a Educação Social e que se constitui numa dimensão prática, "onde são aplicadas as técnicas, metodologias, dinâmicas geradas no diálogo com a Pedagogia Social" (CALIMAN, 2010, p.351).

Ao pensar numa formação específica para atuação em educação social, que prepararia os educadores sociais para a prática nas mais diversas áreas de abrangência da mesma, temos a Pedagogia Social e em seu arcabouço historicamente construído práticas em Educação Social, atendendo as demandas reais da sociedade brasileira, nos âmbitos de ações socioeducativas, de animação sociocultural e de educação especializada. Percebe-se que a prática e a teoria não podem caminhar separadas uma da outra, como afirma Caliman (2010): "sem prática, não há teorias; sem teoria, a prática arrisca-se a tornar-se um ritual sem sentido" (CALIMAN, 2010, p.352).

Caliman (2010) representa simbolicamente a Pedagogia Social como uma ponte que conecta o social e a educação, entendida aqui como uma ação intencional, que objetiva proporcionar ao indivíduo a aquisição de atitudes, valores e conhecimentos que os preparem para a vida.

Na metáfora da ponte, o social está numa margem, enquanto a educação encontra-se na outra:

A primeira margem trabalha com a sociabilidade, ou a capacidade que o homem tem para desenvolver as próprias habilidades sociais, a dimensão social da personalidade, a capacidade de conviver e de relacionar-se com os outros, de adaptar-se e construir relações entre seus pares. A segunda margem trabalha com a educabilidade, ou capacidade do ser humano de ser educado. (CALIMAN, 2010, p.351).

Compreendendo a metáfora da ponte, Caliman (2010) explica que as ciências sociais interpretam e compreendem a realidade das vulnerabilidades humanas, e que a Sociologia da Educação compartilha com a Pedagogia Social os recursos que permitem a construção de soluções pedagógicas que auxiliem os indivíduos na superação das vulnerabilidades vivenciadas, "por meio do estímulo ao conhecimento, da sua capacidade de compreensão, ampliando sua visão de mundo, do estímulo ao seu desenvolvimento integral" (CALIMAN, 2010, p. 352). De acordo com o autor, o profissional da Pedagogia Social deve "ter uma razoável compreensão das dinâmicas e dos processos que incidem sobre os sujeitos que pertencem ou se relacionam com os grupos sociais e a sociedade em geral" (CALIMAN, 2011, p. 44).

Na tentativa de construir uma definição para a Pedagogia Social, Caliman escreve um verbete para o Dicionário de Ciências da Educação (2009):

A Pedagogia Social é uma ciência, normativa, descritiva, que orienta a prática sociopedagógica voltada para indivíduos ou grupos, que precisam de apoio e ajuda em suas necessidades, ajudando-os a administrarem seus riscos através da produção de tecnologias e metodologias socioeducativas e do suporte de estruturas institucionais". (CALIMAN, 2010, p. 352 apud CALIMAN, 2009, p. 889)<sup>11</sup>.

Machado (2011a, 2011b), Caliman (2010), Gadotti (2012) e Souza Neto (2011), entre outros, destacam Paulo Freire como um dos maiores representantes da Pedagogia Social brasileira. A obra literária de Paulo Freire é reconhecida mundialmente por essa perspectiva. Porém, em nenhum de seus livros o autor utiliza o termo Pedagogia Social.

Em sua obra Educação e Mudança (FREIRE, 1979), Paulo Freire aborda o papel do educador social – em evidência nesta pesquisa – discutindo que a

---

<sup>11</sup> Esse verbete foi adicionado ao dicionário em espanhol e não foi localizado em nenhum exemplar do volume original, foi incluído na pesquisa por considerar relevante a sua descrição.



formação desse profissional se constrói socialmente. Segundo o autor, o campo de atuação do profissional está na estrutura social e o processo educativo orientado numa proposta de conscientização dos indivíduos. Sua intervenção encontra-se nas escolhas que o educador faz acerca do método e das técnicas de ação na relação de ensino-aprendizagem. Sendo assim, tem-se que a efetiva realização de uma educação libertadora inicia-se na concepção de educação do professor, refletida em suas escolhas metodológicas.

Gadotti (2012, p. 22) destaca, dentre as contribuições de Paulo Freire, as que mais se aproximam dos debates atuais, sendo:

A escola não é o único espaço educativo; aprendemos na luta; qualquer espaço pode ser educativo; toda educação pressupõe um projeto de sociedade; recusa ao pensamento fatalista neoliberal; a pedagogia comprometida com a cidadania ativa, estimulando a participação política, cidadã, das classes populares para a superação de condições sociais opressivas; educar para transformar. (GADOTTI, 2012, P. 22)

Caliman (2010, p. 363) destaca que a contribuição mais significativa na pedagogia de Paulo Freire refere-se à "capacitação dos indivíduos à administração dos riscos vividos por eles". O processo de conscientização leva à compreensão do mundo e até mesmo à transformação da realidade social vivenciada. Dessa perspectiva pode-se vislumbrar a aproximação entre a Pedagogia Social e a pedagogia de Paulo Freire, quando um método de educação objetiva a transformação da sociedade. Souza Neto (2011, p. 59) complementa, pressupondo que "cada educador é um militante comprometido com a emancipação".

A Pedagogia Social pode ser considerada como ciência, uma ciência aplicada, prática, da qual o educador social se apropria e se instrumentaliza, objetivando encontrar soluções para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, empregando técnicas e metodologias que visam à superação das situações de vulnerabilidade vivenciadas. Por meio da sistematização dos conhecimentos obtidos na práxis socioeducativa, a Pedagogia Social, utiliza-se de métodos de pesquisa adequados e consolidados para explicar, compreender e interpretar a realidade. O pesquisador Souza Neto alerta a importância da vinculação do conhecimento à prática:

Qualquer conhecimento desvinculado das necessidades da existência humana está condenado ao engessamento, ao envelhecimento, com o que

pode levar educadores, gestores de políticas públicas e intelectuais a ações equivocadas. No campo da Pedagogia Social, o conhecimento é prático, porque tende a emergir de uma experiência prática, por meio da qual se pode entrar em contato com uma realidade mais ampla. (SOUZA NETO, 2011, p. 71).

Sendo a Pedagogia Social uma ciência, voltada para a prática da Educação Social e a principal fonte de embasamento teórico no trabalho do educador social, pois tem como objetivo promover auxílio à socialização, auxílio a indivíduos em situação de vulnerabilidade, resgate da autonomia e da dignidade, considera-se necessário aprofundar o conhecimento em Educação Social, conhecer seus conceitos, princípios e abrangência de atuação, propiciando sua interlocução com a prática, de forma a não esvaziar o conhecimento teórico da real necessidade social.

Faz-se necessário estabelecer relações entre os fundamentos da Pedagogia Social e a prática de educação social que se desempenha na sociedade. A seguir, trata-se dessa relação, com foco nos aspectos da formação e do trabalho do educador social.

### **2.3 RELAÇÕES ENTRE A PEDAGOGIA SOCIAL, FORMAÇÃO E TRABALHO DO EDUCADOR SOCIAL**

Há diferentes formas de nomear o profissional que atua em Educação Social, sendo a mais comum a de educador social. Porém, essa nomenclatura não é comum a todos os países, bem como sua área de atuação. Machado (2011) apresenta um panorama da nomenclatura do profissional de Educação Social em diferentes países: na Alemanha, Portugal, Espanha e Dinamarca, a denominação de educador social associa-se à de pedagogo social. Nesses países, o profissional é responsável pela articulação da prevenção primária e secundária, além da recuperação dos indivíduos com dificuldades e atenção sociocultural. Na Holanda, Suíça, Bélgica e França, o profissional é conhecido como educador especializado, com formação específica para atendimento a uma clientela com dificuldades em serviços de prevenção e recuperação; na Inglaterra e Irlanda do Norte, o profissional de Pedagogia Social é o trabalhador da juventude e comunidade: sua atuação aproxima-se do educador especializado, porém distingue-se por não atuar em instituições fechadas.

O Brasil também possui uma variação de nomenclaturas quando se refere ao trabalho do educador social, a CBO apresenta uma grande parte da nomenclatura utilizada como: educador social, arte educador, educador de rua, educador social de rua, instrutor educacional, orientador sócio educativo, agente de ação social, agente de proteção social, agente de proteção social de rua, agente social, monitor de dependente químico, conselheiro de dependente químico, consultor em dependência química, conselheiro tutelar, socioeducador, agente de apoio socioeducativo, agente de segurança socioeducativa, agente educacional e atendente de reintegração social.

Porém, mesmo sendo o educador social ou ainda o Pedagogo Social, a nomenclatura que referencia o profissional de atuação em Educação Social, esse trabalho não é exclusivo dele. Quintana (1988) destaca a importância da atuação de uma equipe multidisciplinar nas ações de intervenção educativa com o indivíduo, grupo ou família, sendo que o educador social é um dos profissionais que compõem tal equipe. No Brasil, há inserção de profissionais de nível médio compondo equipes nas políticas de assistência social e de saúde, sendo nomeados educadores sociais.

Vários autores apresentam classificações de atuação em educação social. Nuñez (1997) ressalta que a formação em nível superior para educador social na Espanha é realizada em três campos: animação sociocultural, educação de adultos e educação especializada. Mas, pelas diretrizes gerais para os estudos de nível superior em educação social, constam cinco campos: educação não formal, educação de adultos, inserção de pessoas desadaptadas, inserção de pessoas com deficiência e ação socioeducativa.

Em Caride (2004, p. 111), encontramos a descrição de seis grandes áreas de atuação para a educação social: educação permanente, com ênfase na educação de adultos; formação para o trabalho, educação para o tempo livre, animação sociocultural e desenvolvimento comunitário; educação especializada e educação cívico-social.

Quintana (1988) classifica o campo de trabalho social em 13 (treze) diferentes áreas:

Atenção à infância com problemas: criança que vivenciam situações de abandono, negligência, fragilização de vínculos familiares, outros; [...] Atenção à adolescência: trabalho de orientação pessoal e vocacional, ocupação do tempo livre; [...] Atenção à juventude: política para a juventude, associacionismo, voluntariado, estágios; [...] Atenção à família em suas

necessidades existenciais: famílias com vínculos fragilizados ou rompidos, separações, adoção, entre outros; [...] Atenção á terceira idade; [...] Atenção aos deficientes físicos, sensoriais e psíquicos; [...] Pedagogia hospitalar; [...] Prevenção e tratamento das toxicomanias e do alcoolismo; [...] Prevenção da delinquência juvenil: desenvolvimento de atividades de reeducação social; [...] Atenção à grupos marginalizados: imigrantes, minorias étnicas, presos e ex-presidiários; [...] Promoção da condição social da mulher; [...] Educação de adultos; [...] Animação sociocultural (QUINTANA, 1988).

A classificação do campo de trabalho, feita por Quintana, contribui na ampliação da visão que se tem dos limites na área, porém não concentra as ações em grupos como os outros autores. Mas é importante ressaltar que as ações da Pedagogia Social decorrem das necessidades sociais e são influenciadas pelas questões socioeconômicas, políticas e históricas de cada comunidade e de cada país em que se executem.

Pelas classificações apresentadas, percebem-se as áreas que demandam intervenções no contexto espanhol: as ações de animação sociocultural, relacionadas a trabalho, a educação especializada e a educação de adultos.

No contexto brasileiro, há diferenças entre o trabalhador social e o educador social: embora ambos possam trabalhar em conjunto, a natureza da sua intervenção é diferente. Segundo Machado (2002, p. 5), o educador social distingue-se do trabalhador social pelo caráter de sua intervenção: enquanto o educador social atua na intervenção socioeducativa, ao trabalhador social - no Brasil conhecido assistente social - compete o atendimento social, oportunizando acesso aos direitos previstos em lei. Nesse contexto insere-se o debate que referencia a Pedagogia Social como formação para os profissionais que atuam em educação social no Brasil (MACHADO, 2002, p. 1).

Segundo Caride (2004), o trabalho da assistência social e o da educação social se aproximam e seguem um objetivo comum "*promover el desarrollo integral de las personas, mejorando su calidad de vida, creando o potenciando condiciones a un bienestar social generalizado para el conjunto de la sociedad*" (CARIDE, 2004, p. 83). O trabalho realizado pela assistência social e pela educação social devem caminhar na mesma direção, favorecendo os cidadãos e os processos de transformação social.

O campo de atuação do educador social concentra-se nos conflitos humanos, sociais e políticos. Seu trabalho é voltado para a inclusão dos indivíduos que não se encaixam nos moldes sociais e encontram-se privados de seus direitos e de sua

autonomia. Sua prática é voltada pela intervenção, buscando fortalecer a democracia. "O educador se encontra perante o desafio de ajudar a elaborar projetos pessoais e sociais que recuperem toda uma cadeia de perdas e danos pessoais e sociais" (SOUZA NETO, 2011, p. 84).

Para tanto, faz-se necessária uma preparação técnica desse profissional, e o processo de formação do educador social, deve se dar por meio do estudo da Pedagogia Social.

Sabe-se que, no Brasil, os cursos voltados à formação de educadores ou pedagogos sociais ainda são muito incipientes. Quando ocorrem, estão vinculados a poucos programas de pós-graduação, cursos de especialização ou de pesquisas. Recorre-se a experiências com formação realizadas em outros países como fundamentação de apoio para o necessário debate da Pedagogia Social frente à prática na busca da formação.

Na Europa, os cursos de formação de educadores sociais, trabalhadores sociais e pedagogos sociais foram implementados em diferentes universidades e com uma experiência de formação de mais de vinte anos na formação em Educação Social. Os cursos já passaram por diferentes reformas e atualizações curriculares, buscando a formação de um profissional cada vez mais preparado para a atuação na educação social.

Gimeno (1995) analisou as diretrizes dos planos de estudos dos cursos que oferecem a graduação para educador social das seguintes universidades: Universidad Complutense de Madrid, Universidad de Vigo, Universidad Ramón Llull, Universidad de Santiago de Compostela, Universidad de Murcia e Universidad de las Islas Baleares. Ele obteve um rol de áreas de conhecimento que dividiu em "áreas de *vinculación* de matérias *troncales*" e "áreas de *vinculación* para matérias *obligatorias y optativas*" (BUJ GIMENO, 1995, p. 106), conforme apresenta-se no quadro 03.

Ressalta-se que a composição dos planos de curso realizados na Europa - embora tenham diretrizes diferentes dos planos de curso no Brasil, pois seguem a regulamentação do Tratado de Bologna - podem contribuir na discussão sobre a formação do educador social, por possibilitar a identificação das áreas de conhecimento exigidas para a graduação em Educação Social, por meio da análise das ementas.

No quadro 3, Buj Gimeno (1995) apresenta nove áreas de conhecimento nas matérias tronco, e 23 (vinte e três) áreas de conhecimento nas matérias obrigatórias e optativas.

Matérias tronco	Matérias obrigatórias e optativas
<p>Teoria e História da educação Didática e Organização Escolar Métodos de Investigação e diagnóstico educativo Psicologia evolutiva e da Educação Psicologia Social Antropologia Social Sociologia Comunicação Audiovisual e Publicidade Trabalho Social e Serviços Sociais</p>	<p>Psicologia básica Personalidade, avaliação e psicologia clínica Metodologia das Ciências do Comportamento Psicobiologia Filosofia Antropologia Filosofia do Direito, Moral e Política Medicina Psiquiatria Enfermagem Direito Civil Direito Penal (sobre delito e responsabilidade penal) História da Arte Geografia humana Geografia Física Análise Geográfica Regional Ciências da compilação e inteligência artificial Linguagens e sistemas informáticos Estatística e investigação operativa Didática da língua e literatura Didática das Ciências Sociais Didática da expressão plástica Didática da expressão corporal Didática da expressão musical</p>

QUADRO 3 - MULTIPLICIDADE DE ÁREAS DO CONHECIMENTO VINCULADAS AOS CURSOS DE FORMAÇÃO PARA EDUCADORES SOCIAIS NA EUROPA  
FONTE: Buj Gimeno (1995, p. 106) - Tradução da autora

Encontra-se na Espanha uma experiência relatada por Llena e Núñez (2002) que pode contribuir na reflexão a respeito do contexto brasileiro atual da ausência de ofertas de formação. Destaca-se que o primeiro curso de formação em Educação Social da Universidade de Barcelona aconteceu em 1992, e houve um período em que os profissionais em exercício ou não tinham formação nenhuma, ou eram graduados em Educação Social. Essa realidade foi superada após 10 (dez) anos de oferta de formação (LLENA E NÚÑEZ, 2002, p. 73).

Llena e Núñez (2002) descrevem a proposta de reformulação do curso de graduação em Educação Social da Universidade de Barcelona, visando superar o formato dividido em: educação de adultos, educação especializada e animação sociocultural. A proposta daquele modelo de curso é de formar um profissional

polivalente, pois segundo a autora a visão tripartida da formação nunca se ajustou à necessidade em sua plenitude e encontra-se obsoleta.

O novo modelo de curso passa a agrupar os conteúdos em quatro grandes blocos, dividindo as áreas em marco teórico geral, marco teórico pedagógico, marco teórico da ação pedagógica geral e marco teórico da ação pedagógica específica como representamos no quadro 04:

<b>Marco Teórico Geral</b>
Sociologia e antropologia social Legislação e administração em educação social Política e economia social Psicologia social Psicologia do desenvolvimento
<b>Marco Teórico Pedagógico</b>
Sociologia da educação Pedagogia Social Análise dos processos de exclusão social Educação Permanente
<b>Marco Teórico de Ação Pedagógica Geral</b>
Didática geral Métodos de investigação socioeducativa Teoria e instituições contemporâneas de educação Intervenção socioeducativa na inadaptação social Prática (aplicações técnico-instrumentais) Disciplinas Optativas Disciplinas de Livre Escolha
<b>Marco Teórico de Ação Pedagógica Específica</b>
Programas de animação sociocultural Educação para a saúde Novas Tecnologias aplicadas a educação social Prática (aplicações técnico-instrumentais) Disciplinas Optativas Disciplinas de Livre Escolha

QUADRO 4 - PROPOSTA DE REORGANIZAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE DE BARCELONA (2002)

FONTE: LLENA E NÚÑEZ (2002, p. 75-76) - Tradução da autora

Verifica-se em Muñoz (2009, p.168) outra experiência referente a mesma universidade, anos mais tarde, na qual foram adotadas duas modalidades de curso superior em Educação Social: o "Diplomado em *Educación Social*" - curso com duração de três anos, voltado à formação de um educador que atue em âmbitos não escolares, na prevenção e recuperação de jovens em conflito com a lei, e também para ações socioeducativas, preparando os jovens para a inserção na vida adulta; também o "Licenciado *en Pedagogia Social*" - curso com cinco anos de duração, destinado à formação de um especialista em educação permanente, em formação para o trabalho e em marginalização social.

A autora destaca ainda que embora a graduação em educação social seja um grande avanço na formação dos educadores sociais, faz-se necessário um planejamento de formação continuada, propondo trocas de experiências entre as equipes de educadores.

Segundo Muñoz (2009, p.172), os pilares curriculares da formação do educador social encontram-se no psicopedagógico e sociopedagógico, que contribuem para o conteúdo pedagógico social; o jurídico, que orienta os marcos legais para a intervenção; o técnico, no qual encontram-se os conhecimentos específicos das áreas de deficiência, inadaptação, animação juvenil e tempo livre, animação sociocultural; a prática, na qual se faz a conexão entre a teoria e a prática.

A autora descreve as disciplinas obrigatórias e as optativas para a graduação em Pedagogia Social na *Universidad Central de Barcelona*, conforme consta no:

<b>Disciplinas Obrigatórias</b>
Pedagogia Social Planejamento dos serviços e programas sociais Organização das Instituições e Serviços socioeducativos Assessoramento de instituições e programas sociais Avaliação de programas e condutas sociais Economia da educação Pedagogia Gerontológica Animação Sociocultural e Pedagogia do tempo livre Formação e inserção ocupacional Pedagogia da inadaptação social Educação de Adultos Violência e conflito social Prática Trabalho de conclusão de curso
<b>Disciplinas Optativas</b>
A cidade educadora Educação Ambiental Gestão Cultural Pedagogia da Comunicação Educação para a Convivência

QUADRO 5 - EMENTA DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA SOCIAL DA UNIVERSIDAD CENTRAL DE BARCELONA

FONTE: Muñoz (2009, p. 177) - Tradução da autora

Constata-se que o processo de formação em educação social nas universidades europeias, com o decorrer dos anos, aproximou cada vez mais o conteúdo teórico estudado da prática em educação social.

Os conteúdos vinculados à formação em educação social provêm principalmente das áreas de Pedagogia Social, Educação, Psicologia, Sociologia e Direito.



No Brasil, discute-se a formação de educadores sociais, enquanto necessária para embasamento teórico e aprimoramento do trabalho socioeducativo. Para Souza Neto (2011), o processo de formação do educador social e conseqüentemente a prática de atuação "pressupõe a interação de aspectos biológicos, culturais e emocionais, com suas variáveis sociais, espirituais, econômicas e afetivas" (SOUZA NETO, 2011, p. 59). O educador social, no seu campo de atuação, não se despreza dos valores que possui, provenientes das experiências vivenciadas e das interações sociais realizadas durante sua vida. "Sua formação é contínua, uma vez que cada encontro com o outro ou com as questões cotidianas produz alterações nas formas de pensar, de agir e de ser " (SOUZA NETO, 2011, p. 78).

A formação do educador não pode se distanciar das necessidades técnicas que enfrenta no seu cotidiano. Gadotti (2012) destaca, entre outras competências do educador social, o exercício de reflexão crítica e comprometida, a capacidade para resolver problemas e o protagonismo no campo social e educativo. Numa perspectiva crítica o educador social, além de possuir domínio técnico-pedagógico específico, pode ser considerado como um profissional da transformação social e da emancipação humana.

Para Souza Neto (2011), o educador atua não somente na transmissão de um conjunto de normas, valores e regras, como também na preparação dos indivíduos para lidar com seus sofrimentos, conflitos e tensões, visando à promoção de sua emancipação. Com tantas especificidades, reforça-se a necessidade de um atendimento multiprofissional, tendo em vista que um curso de formação em Pedagogia Social não dá conta de todas as interfaces exigidas nesta área.

Ao discutir a importância e os limites da formação do educador social, Caliman (2010) destaca a necessidade da formação dos educadores sociais por meio de reuniões periódicas para revisão e avaliação da prática sociopedagógica cotidiana.

A formação do educador social deve ser pensada de forma a preparar o profissional para atuar com pessoas em situações de vulnerabilidade pessoal e social, atuando com grupos, utilizando diferentes técnicas e encaminhamentos metodológicos. O ato de cursar uma formação específica não assegura a transformação da sociedade, porém oportuniza um atendimento de qualidade a esta população que já vivencia situações de marginalização e violência.

Considerando a ausência de exigência da habilitação em um curso específico de formação para atuação como educador social, questiona-se: que educador social é solicitado para atuar no serviço público municipal, de acordo com os editais de concursos? Qual a formação exigida pelos concursos para o acesso ao cargo de educador social? Quais as condições de trabalho do educador social explicitadas nos editais? Quais atribuições para o cargo de educador social foram definidas pelos municípios da Região Metropolitana de Curitiba?

O próximo capítulo se propõe a discutir por meio da análise dos editais de concurso público dos municípios da RMC, que foram realizados no período de 2007 a 2013, quais aspectos podem ser revelados com relação à formação e às condições de trabalho para educador social.

### **3 O EDUCADOR SOCIAL NOS EDITAIS DE CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAIS**

Este capítulo apresenta os dados encontrados no estudo dos 13 editais de concurso público municipais para educador social, realizados no período de 2007 a 2013, na RMC, atendendo ao objetivo específico analisar a formação e o trabalho do educador social solicitado nos editais de concurso municipais da RMC, no período 2007 a 2013.

Inicia-se apresentando um panorama do contexto em que se insere a profissão de educador social no estado do Paraná, considerando a concretização de concursos públicos pelas prefeituras municipais para o cargo de educador social. Em seguida, faz-se a apresentação dos elementos que compõem os editais que foram utilizados nesta pesquisa. A metodologia de análise e apresentação dos dados coletados foi dividida em três partes: edital, formação e condições de trabalho do educador social.

O edital refere-se à descrição e análise sobre os editais numa visão geral, conforme se apresentam as informações em editais, seguido por uma discussão sobre as instituições que realizaram a execução técnico-administrativa dos concursos selecionados.

No quesito formação, discute-se a formação mínima exigida para o acesso ao cargo de educador social, destacando os conteúdos exigidos para a realização das provas, tanto no aspecto geral (Língua Portuguesa, Matemática, entre outros.) quanto dos conhecimentos específicos, fazendo uma análise sobre a sua

aproximação ou distanciamento da Pedagogia Social. Destacam-se também as exigências de algumas habilidades específicas dos candidatos como: conhecimentos em informática e culinária, dentre outras.

Quanto às condições de trabalho do educador social, analisam-se como se estruturam, no Estado, as condições de trabalho para esse profissional como: a carga horária, o vínculo empregatício, o salário inicial e as atribuições do cargo.

### 3.1 O EDUCADOR SOCIAL NOS CONCURSOS PÚBLICOS MUNICIPAIS NO PARANÁ

O concurso público é reconhecido por ser uma forma de seleção democrática de profissionais, mas também pode-se dizer que é meritocrática, tendo em vista a seleção dos candidatos que estejam mais preparados para a vaga. A realização de um concurso público é composta por duas etapas. A primeira etapa corresponde ao planejamento do concurso: há a realização do levantamento da demanda de profissionais a serem contratados, elabora-se a previsão orçamentária e é definida a forma de realização do concurso - se realizado diretamente pelo órgão público ou por outra entidade (universidades, por exemplo). A segunda etapa refere-se à divulgação do concurso por meio de edital, à realização das inscrições, à aplicação das provas, sejam elas teórica, prática e/ou de títulos. Por fim, ocorre a classificação dos candidatos e convocação para nomeação ao cargo (MAIA; QUEIROZ, 2007).

Segundo Weber (2002), a seleção dos profissionais para o serviço público por meio de exames seletivos, tem lugar de destaque na sociedade moderna. No Brasil, essa forma de seleção teve seu início após a Revolução de 1930, e progressivamente o concurso público foi ganhando espaço nas administrações municipal, estadual e federal, como instrumento para promover o ingresso à todos os campos do funcionalismo público (MASCULO, 2002; COSTA, 1999). Porém, essa não é a única forma acesso aos cargos do serviço público: coexistem ao processo seletivo por concurso público o contrato temporário de profissionais comissionados, indicações, profissionais terceirizados, entre outros.

Quanto à composição do processo seletivo e às exigências dos concursos, os órgãos públicos possuem liberdade para determinar as áreas avaliadas da maneira

que julgarem mais adequada, contanto que sigam o princípio da discricionariedade<sup>12</sup>, de modo que a seleção não torne-se arbitrária. Segundo Maia e Queiroz (2007, p. 38), a Administração Pública tem autonomia para estabelecer o conteúdo que será exigido, valorar e escolher os critérios de avaliação dos candidatos, decidir qual será a metodologia para aplicação das provas e o peso das matérias com vista à respectiva pontuação, além da quantificação das questões e outras normas que regerão o certame.

A variedade de provas e de conteúdos exigidos nos editais torna esse *locus* privilegiado para a investigação sobre o trabalho e a formação do educador social. Nos editais para concurso, comumente selecionam-se vários profissionais em um mesmo processo, para atuação em diferentes áreas como, por exemplo: obras e urbanismo, educação, saúde e serviço social. As provas para ditas seleções não se diferem completamente, pode haver uma base comum (a um mesmo nível de formação, seja ele fundamental, médio, superior, técnico ou outros), complementado por algumas perguntas que visam avaliar as habilidades específicas inerentes ao cargo. Esses conhecimentos costumam ser discriminados no item do edital nominado conhecimentos específicos, frequentemente acompanhado por uma relação de conteúdos e em alguns casos por indicações de bibliografia.

Para a delimitação do universo desta pesquisa, realizou-se um levantamento dos editais de concurso realizados em todo o estado do Paraná. O resultado surpreendeu pela ampla distribuição dos profissionais pelo território do Estado e também pelo elevado número de concursos identificados para o cargo de educador social. Foram investigados os editais de concursos<sup>13</sup> dos municípios que compõe o estado do Paraná, no período de 2007 a 2013.

O Estado do Paraná, localizado no sul do Brasil, possui extensão territorial de 199.880 km<sup>2</sup> e é constituído por 399 municípios. Optou-se por utilizar a divisão geográfica do Estado elaborada pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES)<sup>14</sup>, que divide o estado em 10 (dez) regiões, por

---

<sup>12</sup> **Discricionariedade** é a opção, a escolha entre duas ou mais alternativas válidas perante o direito (e não somente perante a lei), entre várias hipóteses legais e constitucionalmente possíveis ao caso concreto. Essa escolha se faz segundo critérios próprios como oportunidade, conveniência, justiça, equidade, razoabilidade, interesse público, sintetizados no chamado mérito do ato administrativo.

<sup>13</sup> Que se encontravam disponíveis nos meios eletrônicos: sites das prefeituras municipais e na base de dados PCI Concursos.

<sup>14</sup> O IPARDES é uma instituição de pesquisa, vinculada à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, cuja função é estudar a realidade econômica e social do Estado, subsidiando a formulação, execução, acompanhamento e avaliação de políticas públicas.

abranger o maior número de municípios por região, conforme representa a figura 1:

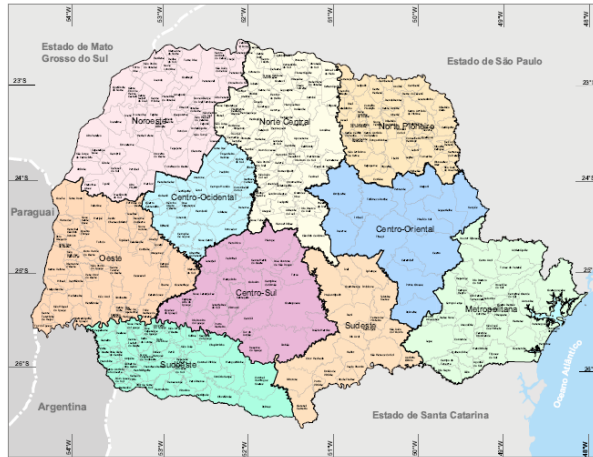


FIGURA 1: MAPA REGIÕES GEOGRÁFICAS DO PARANÁ -  
LEI ESTADUAL Nº 15.825/2008  
FONTE: IPARDES – PR (2008)

Para a realização deste levantamento, foram consultados os editais de concurso municipais, que se encontram disponíveis nas bases de dados PCI Concursos e nas *homepages* das prefeituras municipais. Verificou-se neste levantamento a existência de concursos para diferentes tipos de contratação, e optou-se por considerar os regimes de contrato CLT, estatutário e temporário<sup>15</sup>, excluindo desta pesquisa a contratação de estagiários. Foram utilizados os editais mais recentes<sup>16</sup> que selecionaram profissionais direcionados para o trabalho em educação social com atuação na atenção, defesa e proteção a pessoas em situação de vulnerabilidade<sup>17</sup>. Considerou-se também a atuação em programas da Assistência Social, em serviços de Proteção Básica ou de Proteção Especial, como ações socioeducativas desenvolvidas com crianças, adolescentes, idosos e famílias em situação de vulnerabilidade e acolhimento institucional (aqui se incluem os processos seletivos para atuação com adolescentes e jovens em conflito com a lei). Foram considerados também os profissionais direcionados aos serviços da Saúde para atuação em Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS) e ainda na Educação, considerando especificidades de atuação dos educadores do Programa

<sup>15</sup> Não foram considerados para esta pesquisa os processos seletivos para estagiários.

<sup>16</sup> A expressão “editais mais recentes” refere-se ao último processo seletivo realizado para o cargo no município. Há casos em que a seleção é anual e não foram contemplados todos os editais publicados no período, somente o último.

<sup>17</sup> Como descrito na família nº 5153 do Cadastro Brasileiro de Ocupações, excluindo o grupo 5153-20, que se refere aos Conselheiros Tutelares, pois estes profissionais são eleitos pelas comunidades em que irão atuar.

Projovem Urbano, que desenvolvem no percurso curricular ações de educação social.

Não foram considerados neste levantamento os editais que não possibilitaram a identificação da área de atuação do profissional<sup>18</sup>.

Foram localizados 81(oitenta e um) editais de concursos municipais que efetuaram a seleção de profissionais para atuação na área de educação social, no período entre os anos 2006 e 2013. Por meio do mapeamento inicial, identificou-se uma ampla variação de nomenclaturas utilizadas pelas prefeituras municipais ao referenciar o profissional que atua em educação social, perpassando termos como: educador, monitor social, cuidador, agente social, instrutor, dentre outros.

Essas nomenclaturas foram organizadas na tabela 3:

TABELA 3 - RELAÇÃO DE NOMENCLATURAS ENCONTRADAS NOS EDITAIS PARA OS PROFISSIONAIS QUE ATUAM EM EDUCAÇÃO SOCIAL NO ESTADO DO PARANÁ

Região do Estado	Total de Concursos Identificados	Títulos dos Profissionais de Educação Social Identificados
Noroeste	9	Educador social, orientador social, monitor social, monitor, agente social, instrutor, educador de base
Norte Central	19	Educador social, educador de base, pedagogo, atendente social, agente social, cuidador social, auxiliar de cuidador social, orientador social, instrutor, coordenador, educador de participação cidadã, monitor de artesanato, monitor de projetos sociais
Norte Pioneiro	6	Monitor PETI, atendente social, educador social, agente social, pedagogo social, pedagogo
Oeste	9	Educador social, monitor, monitor social, agente social, pedagoga, orientador social
Centro Ocidental	3	Monitor social, orientador social e agente social
Centro Oriental	7	Educador social, pedagogo, orientador social
Centro Sul	3	Orientador social, educador social, atendente social, pedagogo
Metropolitana de Curitiba	13	Educador social, pedagogo em assistência social, educador de participação cidadã, cuidador social, atendente social
Sudeste	2	Pedagogo, agente social
Sudoeste	6	Educador social, assistente administrativo da assistência social, agente social
<b>10 Regiões</b>	<b>81 editais de concurso</b>	<b>20 títulos de profissionais ligados à educação social identificados</b>

FONTE: A autora – com base nos editais de concursos do Estado do Paraná (2006 - 2013)

<sup>18</sup> Exemplo: no edital, há profissão "educador", ou "instrutor", mas não consta a descrição das atividades pertinentes ao cargo, nem a área de lotação do profissional e nos conhecimentos específicos descritos como requisitos para a realização da prova objetiva, identificam-se somente conhecimentos referentes a educação escolar (educador) ou formação profissional (instrutor).

Foram identificados 20 (vinte) títulos diferentes que referenciam o profissional à educação social, sendo que os títulos mais utilizados são: educador social, orientador social e agente social.

Tal variação de nomenclaturas justifica-se pela não regulamentação da profissão e pela ampla abrangência de atividades que a educação social compreende, o que remete a uma necessidade emergente e urgente de organização e regulamentação da citada categoria profissional. Quintana (1988) elenca 13 (treze) diferentes áreas de ação para o profissional desta área, que variam desde o atendimento a pessoas em situação de vulnerabilidade social, a pessoas em cumprimento de medida interna e muitas outras que não envolvem a animação sociocultural, a educação para o tempo livre e a educação para a terceira idade. Em países onde a Educação Social encontra-se regulamentada ainda existe uma variação de nomenclaturas que identificam estes profissionais, porém são mais comumente conhecidos por educadores sociais e pedagogos sociais (MACHADO, 2011a; LLENA e NÚÑEZ, 2002; CARIDE, 2004; QUINTANA, 1988; CALIMAN, 2010).

Considerando o elevado número de editais identificados e a ampla variedade de nomenclaturas identificadas para o profissional que atua em educação social no serviço público do estado do Paraná, optou-se por efetuar um recorte de pesquisa o qual restringe esta investigação àqueles editais que se referem à seleção para educadores sociais.

Dito recorte possibilitou a identificação de editais seletivos em 37 (trinta e sete) municípios<sup>19</sup>, realizados entre 2007 e 2013, sendo que apenas uma das regiões do Estado, a região Centro Ocidental, não apresentou nenhuma publicação de seleção para o cargo de educador social nas bases de dados consultadas.

A tabela 4 apresenta, num mapa geral, a localização dos editais de concurso para educador social no estado do Paraná, identificados nesta pesquisa, os quais somam 38 (trinta e oito) editais.

---

<sup>19</sup> Pato Branco, Francisco Beltrão, São Miguel do Iguçu, Cascavel, Assis Chateaubriant, Assaí, Nova Esperança, Miraselva, Ibiporã, Astorga, Paranavaí, Cidade Gaúcha, São José dos Pinhais, Piraquara, Pinhais, Piên, Paranaguá, Matinhos, Fazenda Rio Grande, Curitiba, Cerro Azul, Campo Largo, Araucária, Agudos do Sul, Tijucas do Sul, Guarapuava, Telêmaco Borba, Reserva, Ponta Grossa, Carambeí, Nova Esperança do Sudoeste, Barracão, Palmeira, Arapuã, Candido de Abreu, Pitangueiras, Rolândia.

TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO DOS CONCURSOS NAS REGIÕES DO ESTADO DO PARANÁ

Região do Estado	Total de Concursos para Educador social
Sudoeste	2
Oeste	3
Norte Pioneiro	1
Norte Central	9
Noroeste	2
<b>Metropolitana de Curitiba</b>	<b>13</b>
Centro Sul	1
Centro Oriental	5
Sudoeste	4
<b>TOTAL</b>	<b>38</b>

FONTE: Elaborado pela autora – com base nos editais de concursos do Estado do Paraná (2006 - 2013)

Houve uma expansão no número de concursos realizados a cada ano, como pode ser observado na figura 2:

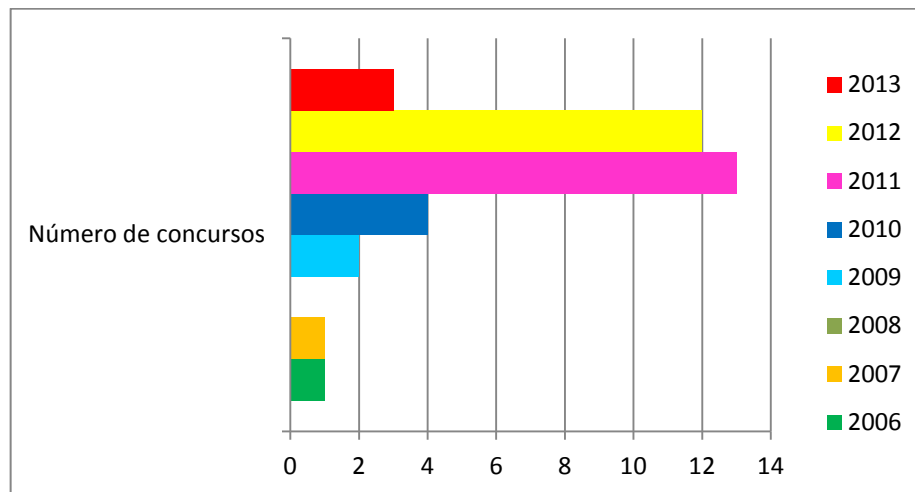


FIGURA 2: Número de Concursos Identificados por Ano de Realização  
 FONTE: Editais de concurso público municipais da Região Metropolitana de Curitiba - 2006 a 2013

Foram realizados poucos concursos em 2006 e 2007: somente um edital em cada ano, em diferentes regiões do estado, havendo uma expansão gradativa que atingiu seu cume em 2011. Em 2009, foram identificados dois editais de concurso. Em 2010, localizaram-se quatro editais. Em 2011, foram localizados 13 (treze) editais de concurso. Em 2012, localizaram-se 12 (doze) editais. Em 2013, até o mês



de junho, foram localizados três editais de concurso para educador social no estado do Paraná.

Há profissionais atuando como educador social, no funcionalismo público, em todo o estado do Paraná, havendo editais de concursos públicos municipais para a seleção desse profissional em quase todo o território, mesmo que numa pequena representatividade em relação ao número de municípios do estado: somente 9,5% do total de municípios. A análise dos 38 (trinta e oito) editais permitiu identificar a abertura de 275 (duzentas e setenta e cinco) vagas para educador social em todo o estado do Paraná. Desses, somente um edital não apresentou o número de vagas e seis somente para cadastro reserva.

A RMC apresentou a maior concentração de editais de concursos para educador social, entre os anos de 2007 e 2013, das 10 (dez) regiões do estado do Paraná. Ela compreende 13 (treze) dos 38 (trinta e oito) editais de concurso que foram localizados no levantamento inicial, os quais ofertaram 187 (cento e oitenta e sete) vagas. Dessa forma, optou-se por essa região para realizar o aprofundamento dos dados nesta pesquisa.

A RMC concentra 37 (trinta e sete) municípios, incluindo a capital do estado e possui 3.429.888 (três milhões, quatrocentos e vinte e nove mil, oitocentos e oitenta e oito) habitantes, segundo dados do censo realizado em 2013.

A seguir apresentam-se elementos que contribuem para a identificação do questionamento investigativo “Que educador social é solicitado para atuar no serviço público municipal, segundo os editais de concurso?”, tendo como fonte de pesquisa o conteúdo expresso pelos editais, dos quais foram destacados aspectos relacionados à elaboração dos editais, à formação mínima exigida ao cargo e às condições de trabalho.

### **3.2 O EDUCADOR SOCIAL NOS EDITAIS DE CONCURSOS PÚBLICOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA (2007 - 2013)**

O estudo aqui proposto foi realizado com base nos dados de 13 (treze) editais de concurso para educador social, pertencentes à RMC, identificados no levantamento realizado em todo o estado do Paraná. A apresentação dos dados

extraídos dos editais organizou-se em três etapas, visando nortear a análise dos dados.

A primeira etapa refere-se ao **mapeamento do edital**, na qual apresentaram-se as informações contidas nos editais: quais foram as instituições organizadoras dos editais e discute-se sua aproximação com a área de conhecimento da educação social.

A segunda trabalha com os dados sobre a **formação**. Refere-se à descrição e análise das informações sobre o nível de conhecimento mínimo exigido para o acesso ao cargo de educador social, como: o nível mínimo de formação e quais os conhecimentos específicos solicitados; qual o número de questões avaliativas destinadas à avaliação desses conhecimentos específicos em relação ao total de questões constantes na prova de conhecimentos.

A terceira trata do **trabalho**. Nela foi efetuada a análise de informações referentes às condições de trabalho oferecidas pelos municípios ao cargo de educador social e também as atribuições do cargo. Ao discutirem-se as condições de trabalho, está-se referindo à carga horária trabalhada, ao salário inicial e ao vínculo empregatício. Quanto às atribuições do cargo tratou-se de aspectos inerentes à profissão como aqueles ligados à rotina de trabalho.

### 3.2.1 Estrutura em análise: mapeamento dos editais

A elaboração de um edital rege-se pelas Constituições Federal e Estadual, pelas Leis Estatutárias e pela Lei Orgânica de cada município.

Cada edital é composto por vários itens que apresentam as seguintes informações: disposições preliminares, na qual se apresenta o edital; a entidade realizadora e a descrição dos cargos para o qual se destina o concurso. Outra parte, que relata os prazos e valores das inscrições; procedimentos especiais para a solicitação de isenção de taxa de inscrição e para a inscrição de pessoas com deficiência ou lactante; informações acerca do deferimento das inscrições; prazos para retirada do comprovante de inscrição e da publicação do ensalamento para realização das provas. Numa terceira parte, explicita as fases do concurso, quais serão as modalidades de provas a serem realizadas e se haverá avaliação

psicológica; apresenta as regras de pontuação das avaliações e os pesos das questões por área de conhecimento, regras de desempate, nota mínima para aprovação, além da pontuação para avaliação de títulos (quando houver). São indicadas também as regras para a solicitação de recursos administrativos, critérios de eliminação do candidato; informa-se sobre as datas de divulgação do gabarito preliminar e homologação do resultado final e classificação dos candidatos, além de indicar orientações sobre as condições para investidura no cargo, sobre a convocação e a nomeação dos aprovados; por fim, descreve o prazo de validade do concurso, as atribuições dos cargos e as disciplinas com os programas de conteúdos exigidos para as avaliações.

Considerando as especificidades de elaboração de cada edital de concurso, relatou-se um breve resumo de cada um dos editais que compõe esta pesquisa, que consta no apêndice 5.

Os editais não apresentaram um padrão de organização, sendo que em alguns constavam todos os elementos descritos acima e em outros faltavam elementos - o que não prejudicou a análise dos dados.

Os editais pesquisados foram elaborados e conduzidos por nove diferentes instituições como pode ser observado no quadro 6:

<b>Município</b>	<b>Editais</b>	<b>Data do Edital</b>	<b>Execução Técnico Administrativa do Concurso</b>
Tijucas do Sul	1	2007	Não Consta
Araucária	2	2010	Fundação da Universidade Federal do Paraná – UFPR
Piên	3	2010	RCV - Comércio e Materiais para Concursos Ltda
Matinhos	4	2011	Núcleo de Concursos da UFPR
Piraquara	5	2011	Instituto Superior de Educação, Tecnologia e Pesquisa Saber Ltda – Cascavel
Agudos do Sul	6	2011	RCV - Comércio e Materiais para Concursos Ltda
Cerro Azul	7	2011	RCV - Comércio e Materiais para Concursos Ltda
Campo Largo	8	2011	Unidade Cenequista de Campo Largo (Faculdade Cenequista de Campo Largo - FACECLA)
Paranaguá	9	2012	Fundação de Apoio e Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina - FAUEL
Fazenda Rio Grande	10	2012	Fundação de Apoio e Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina - FAUEL
Pinhais	11	2012	AOCP - Concursos Públicos - Maringá
Curitiba	12	2012	Associação Paranaense de Cultura - APC, entidade mantenedora da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR
São José dos Pinhais	13	2013	Fundação de Apoio à FAFIPA - Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí

QUADRO 6 - RELAÇÃO ENTRE EDITAL MUNICIPAL / ANO DE REALIZAÇÃO E INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO TÉCNICO ADMINISTRATIVA DO CONCURSO  
 FONTE: A autora – com base nos editais de concursos da RMC (2006 - 2013)

Os editais de concurso são documentos de domínio público, acessíveis a todos os cidadãos. Por esse motivo, a presente pesquisa não considera necessário omitir os nomes dos municípios e das instituições organizadoras dos concursos. Porém, os editais foram identificados por edital 1, edital 2, edital 3... para facilitar o trabalho com os dados. Sua ordenação foi realizada por ordem cronológica (data de publicação do documento).

Observou-se que algumas instituições elaboraram mais de um concurso no período pesquisado: os editais três (Município de Piên), seis (Município de Agudos do Sul) e sete (Município de Cerro Azul) foram elaborados pela RCV - Comércio e Materiais para Concursos Ltda, e os editais nove (Município de Paranaguá) e dez (Município de Fazenda Rio Grande), pela Fundação de Apoio e Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina - FAUEL. O edital um (Município de Tijucas do Sul) não explicitou em seu conteúdo a instituição que elaborou o concurso.

Referente à natureza política e administrativa das instituições, quatro são instituições privadas, não vinculadas a uma instituição de Ensino Superior; duas instituições são vinculadas a universidades públicas estaduais; uma está vinculada a uma instituição de Ensino Superior pública federal e uma está vinculada a uma instituição de Ensino Superior privada.

Cinco dos editais pesquisados tiveram sua elaboração realizada por instituições privadas: a RCV - Comércio e Materiais para Concursos, localizada em Curitiba, e que é especializada na elaboração e aplicação de concursos e vestibulares; a AOCP - Concursos Públicos, localizada em Maringá, fundada por professores aposentados da Universidade Estadual de Maringá, possui quinze anos de experiência na organização de concursos públicos, testes seletivos, avaliações educacionais e certificações, e também realiza treinamentos, supletivos e oferece consultoria na elaboração de planos de carreira e salários; e o Instituto Superior de Educação, Tecnologia e Pesquisas Saber Ltda, localizado em Cascavel, que é uma Instituição de Ensino Superior de Graduação e Pós-Graduação, especializada também em Recursos Humanos, organizadora e executora de Concursos Públicos, testes seletivos, palestras, treinamentos, congressos e eventos congêneres.

Os outros concursos foram elaborados por instituições vinculadas a Universidades Federais, Estaduais e privadas, com experiência na formação de profissionais da educação e do serviço social.

Uma questão se põe em evidência, ao analisar as instituições que estão elaborando os concursos para a seleção de educadores sociais para estes municípios: estariam os editais contemplando a real necessidade que o município apresenta para a seleção deste educador social? O município tem claro que profissional será selecionado por meio deste processo seletivo? Essas questões não podem ser respondidas por meio desta pesquisa e abrem espaço para serem exploradas por outros pesquisadores.

Verificou-se nos editais se as instituições que elaboraram mais de um edital consideraram as especificidades de atuação do educador social, exigidas pelo município. Nos editais dois e quatro, que foram elaborados pela Universidade Federal do Paraná, a variação entre os conteúdos exigidos representou essa consideração durante a elaboração do processo seletivo das necessidades específicas de atendimento de cada um dos municípios e evidenciou a clareza dos municípios quanto à área de atuação do educador social, pois ambos contemplam conteúdos que vinculam a atuação do profissional à Educação Social, que estão embasados na Pedagogia Social.

O mesmo foi observado em relação aos editais três, seis e sete que foram elaborados pela RCV: os dois primeiros enfatizaram conteúdos relativos ao serviço social e ao atendimento à população que vive em situação de vulnerabilidade. O edital sete tende a indicar que o profissional irá atender a crianças e jovens, pois seus conteúdos contemplam leis como o ECA, a Declaração Universal dos Direitos das Crianças e normas básicas de segurança em unidades socioeducativas.

Já os editais nove e dez, que foram elaborados pela FAUEL, apresentaram o mesmo rol de conteúdos, sendo o foco desses voltado ao atendimento em educação e principalmente à educação infantil. Poucos conteúdos puderam ser vinculados à Pedagogia Social, o que demonstra falta de clareza do município quanto ao trabalho do educador social. Essa confusão, ou desconhecimento é justificável pela não regulamentação da profissão, e espera-se que seja superada, pelo menos em parte, com a aprovação da Lei nº 5346/2009.

### 3.2.2 A FORMAÇÃO PARA ATUAÇÃO COMO EDUCADOR SOCIAL

Todo cargo de concorrência pública exige do candidato um nível de formação mínima para o acesso à carreira, à qual se destina o processo seletivo. Os concursos para educador social, realizados na RMC, contemplados na pesquisa, não apresentam unanimidade quanto à formação mínima exigida.

Verificou-se nos editais de concursos públicos que se exigiu em sua maior parte como formação mínima para o acesso ao cargo, o Ensino Médio completo. A tabela 5 permite uma melhor visualização dessa condição:

TABELA 5 - FORMAÇÃO EXIGIDA POR MUNICÍPIO PARA O CONCURSO DE EDUCADOR SOCIAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

<b>Município</b>	<b>Formação Mínima Exigida</b>
Edital 1	Ensino Médio completo
Edital 2	Ensino Médio completo
Edital 3	Ensino Médio completo
Edital 4	Ensino Médio completo*
Edital 5	Ensino Médio completo
Edital 6	Curso de magistério em Nível Médio ou Superior em Pedagogia
Edital 7	Ensino Médio completo
Edital 8	Ensino Médio completo
Edital 9	Ensino Médio completo
Edital 10	Ensino Médio completo
Edital 11	Ensino Médio completo
Edital 12	Ensino Médio completo
Edital 13	Curso de magistério em Nível Médio ou Superior em Pedagogia

FONTE: Elaborado pela autora – com base nos editais de concursos da RMC (2006 - 2013)

Observou-se que dois editais (edital um e edital seis) exigiram como formação mínima o curso de magistério em nível médio ou o curso superior em Pedagogia.

O edital quatro apresentou a exigência de formação específica complementar, entretanto não foi identificado no edital o curso cujo certificado seria aceito no quesito "formação específica" para atuação como educador social. Também não consta na descrição das atribuições do cargo de educador social desse município a exigência de formação para o cargo.

Analisando os dados encontrados, pode-se destacar que referente às exigências de formação para o acesso ao cargo, há uma variação, entre médio, médio técnico e superior. Essa variação se justifica por ser a Classificação Brasileira

de Ocupações - CBO<sup>20</sup>, instituída pela Portaria Ministerial nº 397, de 9 de outubro de 2002, o único documento que descreve as características dos profissionais da educação social.

Na CBO as ocupações estão organizadas por famílias, as quais agrupam as diferentes nomenclaturas vinculadas à área de atuação das profissões. A educação social encontra-se na família nº 5153 - sob o título "Trabalhadores de atenção, defesa e proteção a pessoas em situação de risco e adolescentes em conflito com a lei". Nessa família, encontramos cinco áreas de atuação: 5153-05 - educador social: arte educador, educador de rua, educador social de rua, instrutor educacional, orientador sócio educativo; 5153-10 - Agente de ação social: agente de proteção social, agente de proteção social de rua, agente social; 5153-15 - Monitor de dependente químico: conselheiro de dependente químico, consultor em dependência química; 5153-20 - Conselheiro Tutelar; 5153-25 - Socioeducador: agente de apoio socioeducativo, agente de segurança socioeducativa, agente educacional, atendente de reintegração social (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2002, p. 1).

De acordo com a CBO, para o ingresso no mercado de trabalho, não é exigida uma formação específica aos candidatos aos cargos constantes nesta família. "O acesso às ocupações da família é livre, sem requisitos de escolaridade" (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2002), sendo essa uma família ocupacional que dedica a atenção a indivíduos fragilizados e em uma situação vulnerável, que exige conhecimentos específicos do profissional, tornando a tarefa de socioeducação e de reinserção social possível. Partindo dessa perspectiva, evidencia-se a necessidade e a urgência da regulamentação da profissão e do fortalecimento da Pedagogia Social como referencial teórico às práticas de educação social e à necessidade de uma formação específica para os profissionais da educação social.

Além da formação mínima para o ingresso ao cargo descrito pelos editais de concurso, a relação dos conteúdos exigidos para a realização das provas retratam um perfil oculto de formação exigida para o cargo de educador nos concursos. Quando se exige a formação mínima em nível médio, deve-se esperar que este profissional domine os conteúdos e as habilidades desenvolvidas por aquela formação. Porém, foram observadas exigências de conhecimentos de ultrapassam o

---

<sup>20</sup>A Classificação Brasileira de Ocupações - CBO tem por finalidade a identificação das ocupações no mercado de trabalho, reconhecendo, nomeando e codificando os títulos e descrevendo as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro, esteja o profissional atuando na esfera pública, privada ou no terceiro setor.

limite da formação de nível médio como: o conhecimento do Sistema Educacional Brasileiro, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, da Política de Assistência Social Nacional. Tais conhecimentos estão vinculados a uma formação específica, seja na habilitação ao magistério nível médio, ou no curso de Pedagogia, ou ainda no curso de Serviço Social. Entretanto, espera-se selecionar um profissional com conhecimentos de nível superior para atuar num cargo que exige formação de nível médio, e oferece um salário compatível ao nível de instrução exigido.

Analisou-se em seguida a prova de conhecimentos, que tem caráter eliminatório e é dividida em duas partes: conhecimentos gerais e conhecimentos específicos.

Dentre os conhecimentos gerais, são exigidos conteúdos das áreas de Língua Portuguesa, Matemática, Informática, noções de legislação, conhecimentos sobre História e Geografia municipal e nacional. Algumas avaliações exigem conhecimentos de atualidades: que se referem a informações sobre economia, política, educação, saúde, que estejam em debate nos diferentes espaços da mídia na época da elaboração da prova. As provas destinam em média 75% das questões para a avaliação de conhecimentos gerais. A análise dos dados referente aos conteúdos gerais será abordada mais à frente.

Considera-se relevante iniciar a discussão da quantidade de questões destinadas a avaliação dos conhecimentos específicos dos concursos para educador social, tendo em vista que aqui se concentram os **conteúdos essenciais** para o desenvolvimento do trabalho em educação social. A tabela 6 aponta o total de questões exigidas na prova objetiva, em comparação ao número de questões voltadas a avaliação dos conhecimentos específicos.

Verificou-se que 15% (editais treze e onze) dos editais de concurso analisados destinaram aproximadamente cinquenta por cento (50%) da prova para a avaliação dos conhecimentos específicos dos candidatos ao cargo de educador social. Os outros oitenta e cinco por cento (85%) dos editais destinaram de dez (10) a quatorze (14) questões; ou seja, aproximadamente vinte e cinco por cento (25%) da prova.



TABELA 6 - QUESTÕES DA PROVA OBJETIVA, DESTINADAS À AVALIAÇÃO DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

<b>Edital</b>	<b>Total de questões objetivas</b>	<b>Total de questões avaliativas quanto aos conhecimentos específicos</b>
Edital 1	40	10
Edital 2	40	10
Edital 3	40	15
Edital 4	40	10
Edital 5	40	10
Edital 6	40	Não especificado
Edital 7	40	Não especificado
Edital 8	40	10
Edital 9	30	14
Edital 10	40	10
Edital 11	50	20
Edital 12	40	Não especificado
Edital 13	40	20

FONTE: Elaborado pela autora – com base nos editais de concurso da RMC (2006 – 2013)

Considerando que os conhecimentos específicos são aqueles que avaliam se o candidato domina ou não os conteúdos e as habilidades necessárias para sua área de atuação, o índice demonstra que os municípios não têm clareza de quais são as prioridades de conhecimentos num processo seletivo para educador social.

Existem elementos muito importantes vinculados às habilidades do educador social que não podem ser mensurados por perguntas objetivas, pois, como afirmam Caride (2004) e Caliman (2010), entre as habilidades do educador social está o auxílio a pessoas em vulnerabilidade social no seu desenvolvimento pessoal e comunitário, a busca por ajudar esses indivíduos a se compreenderem e a encontrarem alternativas para superar a condição de vulnerabilidade em que se encontram. Porém, existem outros conhecimentos como os citados por Souza Neto (2011): direitos políticos, sociais e econômicos que são ferramentas fundamentais para a transformação da sociedade e da promoção do resgate da dignidade e liberdade dos indivíduos. O domínio dos direitos e das políticas para o enfrentamento das mazelas sociais dos indivíduos pode ser avaliado, em instrumentos de seleção como os dos concursos em questão, mas é questionável se apenas 25% (vinte e cinco por cento) da prova seria suficiente para avaliar a capacidade de um profissional frente às situações que irá enfrentar na sua rotina prática.

Os conhecimentos específicos exigidos dos candidatos, na realização das provas dos concursos pesquisados, referem-se à lista de conteúdos que geralmente se publica para que o candidato possa se preparar para a realização da prova.

Essa tarefa exigiu a separação e ordenação entre os temas, pois havia uma grande gama de conhecimentos abordando questões administrativas e legais sobre o funcionalismo público; questões específicas da área de educação, como os conhecimentos de legislação educacional, gestão educacional, processos educativos e conteúdos específicos da educação infantil, os quais foram classificados como "Conhecimentos Diversos"; e, ainda temas presentes na política de assistência social como: emancipação do cidadão, Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso, serviços da assistência social, entre outros. Esses conteúdos foram classificados e nominados como "Conhecimentos de Pedagogia Social".

Para efetuar dita classificação, recorreu-se aos grupos de conhecimento organizados por Quintana Cabañas (1988, p.31), que reuniu numa abordagem ampla, cinco grupos de conhecimentos de Pedagogia Social inerentes ao trabalho do educador social, que são: **possibilidade de educação social** - refere-se às questões da natureza social do ser humano, o aprendizado da socialização com seus pares e estabelece a fundamentação da educação social sustentada pela Psicologia, Filosofia, Antropologia e Sociologia; **formação dos comportamentos sociais** - descreve as manifestações dos comportamentos sociais, numa perspectiva da Psicologia Evolutiva, abordando os desvios e fracassos no processo de socialização e inserção social tratando de casos de inadaptação e delinquência infantil e juvenil; **educação social do indivíduo** - trata dos objetivos da educação social, abordando questões que abrangem as relações humanas, educação cívica e política, educação militar, educação para humanização e educação para o exercício da sexualidade, os ideais da educação social e seus princípios norteadores, os paradigmas da educação social, a educação para o trabalho e a educação social promovida nos espaços escolares, como cooperativismo escolar, educação cívica, educação para a paz e educação ambiental; **métodos educativos socializadores** - destaca uma série de métodos pedagógicos que promovem a interação social, a relação entre o aluno e o professor e ainda aborda questões cotidianas do trabalho com grupos; **sistemas pedagógicos inspirados no social** - concepções pedagógicas como: a pedagogia dos socialistas utópicos, a utopia pedagógica de

Skinner, a pedagogia dos socialistas clássicos, a pedagogia marxista, a pedagogia totalitarista, a pedagogia idealista e a pedagogia nacionalista (QUINTANA CABAÑAS, 1988, p. 31).

Tendo por base os cinco grupos de conhecimento descritos por Quintana Cabañas (1988), separaram-se os conteúdos específicos descritos nos editais dos 13 (treze) municípios em tabelas individuais, os quais foram organizados em duas colunas: a primeira refere-se aos Conhecimentos Diversos e a segunda a conhecimentos referentes orientação teórica da Pedagogia Social. Dessa forma, permitiu-se a identificação das prioridades de conhecimento para atuação no cargo de educador social que foram estimuladas pelos municípios e expressos nos editais.

Seguem-se apresentação dos quadros elaborados com base nos editais de concurso, contendo com a classificação dos conhecimentos específicos por município:

<b>Município de Tijucas do Sul</b>
<b>Pedagogia Social</b>
Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente. ECA; Noções sobre o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil; Noções sobre o Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo - SINASE; Declaração Universal dos Direitos Humanos; Declaração Universal dos Direitos das Crianças (UNICEF); Noções sobre a Política Nacional de Assistência Social; Noções Básicas sobre a Pedagogia do Oprimido (Pedagogia de Paulo Freire); Noções Básicas sobre Relações Humanas;

QUADRO 7 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS RETIRADOS DO EDITAL 1  
 FONTE: Edital de concurso da RMC (2007)

O quadro 7 demonstra as informações constantes no Edital 1. Esse edital, em seus conteúdos específicos, enfatizou as políticas de defesa dos direitos humanos e das crianças, exigiu conhecimento das políticas de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil, noções sobre o Sistema Nacional de Atendimento Sócio-educativo e da Política Nacional de Assistência Social, além de conhecimentos sobre a Pedagogia do Oprimido e noções básicas sobre relações humanas.

O quadro 8 refere-se ao Edital 2, este possui o maior número de conteúdos vinculados à Pedagogia Social, em comparação aos outros editais de concurso analisados nesta pesquisa. Sua exigência mínima de conhecimento perpassa a política de assistência social do Brasil, as leis de defesa e proteção de direitos humanos e das minorias como crianças e adolescentes, idosos, vítimas de violência e pessoas com deficiência.

<b>Município de Araucária</b>
<b>Pedagogia Social</b>
Lei 8.742/1993 - LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social; PNAS - Política Nacional de Assistência Social; NOB/SUAS - Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social; Lei nº 8.069/1990 - ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente; Declaração Universal dos Direitos Humanos; SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo; Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária; Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes; Plano Nacional de Prevenção e Erradicação ao Trabalho Infantil; Política Nacional para a Inclusão Social da População em Situação de Rua; Lei nº 11.240/2006 (Maria da Penha); Lei nº 10.741/2003 - Estatuto do Idoso; Decreto nº 3.298/1999 - Estatuto da Pessoa com Deficiência

QUADRO 8 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS RETIRADOS DO EDITAL 2  
 FONTE: Edital de concurso da RMC (2010)

Estabeleceu-se o conhecimento dos diferentes programas de enfrentamento à violência e ao trabalho infantil, instituídos pelo Ministério de Desenvolvimento Social. Também foi cobrado no edital o conhecimento da política de atendimento à população em situação de rua e do Sistema Nacional de atendimento Socioeducativo.

<b>Município de Piên</b>
<b>Conhecimentos Diversos</b>
Sistema educacional brasileiro Noções básicas de informática Noções básicas de atendimento ao público
<b>Pedagogia Social</b>
A educação nos dias atuais Ética profissional História Social da criança e da família História dos movimentos sociais e mobilização social Exclusão social Sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente Proteção integral: políticas integradas Conselho de direitos: o que é, o que faz Conselho Tutelar: o que é, o que faz Crianças e adolescentes e famílias em situação de rua Ato infracional e suas vicissitudes Álcool, tabagismo, outras drogas e redução de danos Direitos da Criança e do Adolescente, Pessoa com Deficiência e Idoso Conhecimentos básicos sobre ECA, LOAS, e da Política Nacional dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência

QUADRO 9 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS RETIRADOS DO EDITAL 3  
 FONTE: Edital de concurso da RMC (2010)

No quadro 9, são especificados o rol de conteúdos referentes ao Edital 3 que enfatiza os conteúdos voltados ao atendimento a pessoas com dependência química

e pessoas em situação de rua. Também exige conhecimentos voltados à política de proteção integral à criança, aos direitos da pessoa com deficiência, conhecimentos da política de assistência social, sobre o papel e atribuições do Conselho de direitos e do Conselho Tutelar e também conhecimentos da história social da criança e da família e dos movimentos sociais. Exigiram-se ainda noções básicas de informática, noções de atendimento ao público, além de conhecimentos do sistema educacional brasileiro, classificado como "outros conhecimentos".

No quadro 10, são apresentados os conhecimentos específicos referentes ao edital 4 que, embora apresente o mesmo rol de conhecimentos que o edital 3, exclui o conhecimento de informática básica e as noções de atendimento ao público.

<b>Município de Matinhos</b>
<b>Conhecimentos Diversos</b>
Sistema educacional brasileiro
<b>Pedagogia Social</b>
A educação nos dias atuais Ética profissional História Social da criança e da família História dos movimentos sociais e mobilização social Exclusão social Sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente Proteção integral: políticas integradas Conselho de direitos: o que é, o que faz Conselho Tutelar: o que é, o que faz Crianças e adolescentes e famílias em situação de rua Ato infracional e suas vicissitudes Álcool, tabagismo, outras drogas e redução de danos Direitos da Criança e do Adolescente, Pessoa com Deficiência e Idoso Conhecimentos básicos sobre ECA, LOAS, e da Política Nacional dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência

QUADRO 10 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS RETIRADOS DO EDITAL 4  
FONTE: Edital de concurso da RMC (2011)

Os editais 3 e 4 foram elaborados por instituições diferentes: o edital 3 (Piên) foi elaborado pela RCV - Comércio e Materiais para Concursos Ltda, e o edital 4 (Matinhos) foi elaborado pelo Núcleo de Concursos da UFPR, embora a exigência entre os conteúdos específicos seja bastante semelhante. O enfoque de conhecimentos destes editais priorizou conhecimentos vinculados aos Serviços de Proteção Especial da Assistência Social, como atendimento à população em situação de rua, unidades de acolhimento institucional e outros.

<b>Município de Piraquara</b>
<b>Conhecimentos Diversos</b>
Políticas Educacionais Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/96) Projetos de trabalho na prática educativa - Construção do Projeto Político Pedagógico
<b>Pedagogia Social</b>
Teorias de Aprendizagem / Desenvolvimento Humano Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/90) Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS - Lei n.º 8.742/93 Política Nacional da Assistência Social. Sistema Único da Assistência Social - SUAS Noções sobre o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto Juvenil Noções sobre o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária Noções sobre o SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Sócio Educativo Estatuto do Idoso Lei n.º 0741 de 01/10/2003 Lei Maria da Penha - Lei n.º 11.340 de 07/08/2006 Declaração Universal dos Direitos Humanos Declaração Universal dos Direitos das Crianças (UNICEF) Noções básicas sobre a Pedagogia do Oprimido A concepção de Protagonismo Juvenil Política da Pessoa Portadora de Deficiência Lei nº 11.340 de 07/08/2006 (Lei Maria da Penha) Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 e suas alterações. (artigos 205 a 217 e artigos 226 a 230)

QUADRO 11 - CONTEÚDOS ESPECÍFICOS EXIGIDOS PELO EDITAL 5  
FONTE: Edital de concurso da RMC (2011)

No quadro 11, pode ser observado que o Edital 5 priorizou conteúdos voltados à Pedagogia Social, considerando as principais legislações sobre garantia de direitos, sobre a política de assistência social do Brasil e os programas em desenvolvimento e também sobre a regulamentação do atendimento socioeducativo para crianças e adolescentes em conflito com a lei. Embora a maior parte dos conhecimentos consista em conteúdos vinculados à Pedagogia Social, o edital exigiu também: o conhecimento da legislação que rege a estrutura educacional no país, o conhecimento do trabalho com projetos e das teorias da aprendizagem e desenvolvimento humano.

<b>Município de Agudos do Sul</b>
<b>Conhecimentos Diversos</b>
Atuação no âmbito das comunidades: atendimento social individual ou em grupos, contato com entidades comunitárias, Elaboração de relatórios e avaliações;
<b>Pedagogia Social</b>
levantamento de dados para pesquisa social; Lei Nº 8742/93 - Lei da Assistência Social; Lei Nº 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei Nº 10741/03 - Estatuto dos Idosos

QUADRO 12 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS RETIRADOS DO EDITAL 6  
FONTE: Edital de concurso da RMC (2011)

O quadro 12 apresenta o rol dos conteúdos exigidos pelo Edital 6, dentre os quais se destacam o conhecimento da política de assistência social e do trabalho desenvolvido pelo serviço social no Brasil e do conhecimento do estatuto da criança e do idoso. Valorizou também conhecimentos acerca do atendimento social a indivíduos ou grupos e voltados a funções administrativas, tais como: conhecimento na elaboração de relatórios e avaliações e levantamento de dados para pesquisa social.

<b>Município de Cerro Azul</b>
<b>Pedagogia Social</b>
Noções básicas sobre as relações humanas; Princípios éticos e fundamentos para a educação de jovens; Normas básicas de segurança em unidades sócio-educativas; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA; Normativas internacionais para a proteção de jovens privados de liberdade e para a administração da justiça da infância e da juventude (ONU - UNICEF); Declaração universal de direitos humanos; Declaração universal dos direitos das crianças (UNICEF) Noções básicas sobre a Pedagogia do Oprimido

QUADRO 13 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS RETIRADOS DO EDITAL 7  
 FONTE: Edital de concurso da RMC (2011)

O quadro 13 destaca que, no Edital 7, também houve ênfase quanto aos documentos nacionais e internacionais de defesa aos direitos das crianças, exigindo conhecimentos do Estatuto da Criança e do Adolescente, das Normativas Internacionais para a proteção de jovens privados de liberdade e para a administração da justiça da infância e da juventude (ONU - UNICEF), a Declaração Universal de Direitos Humanos e a Declaração Universal dos Direitos das Crianças (UNICEF). Traz ainda, na sua exigência de conhecimentos específicos, noções básicas sobre relações humanas, conhecimento dos princípios éticos e dos fundamentos para a educação de jovens e as normas básicas de segurança em unidades socioeducativas.

O Edital 8, referente ao município de Campo Largo, não apresentou a descrição dos conteúdos no edital.

O quadro 14 retrata que, no Edital 9, a exigência de conhecimentos específicos está focada na educação escolar, tendo a maior parte de sua lista conteúdos voltados a esse atendimento. Sua lista de conteúdos direcionados para a Pedagogia Social traz como foco o conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, conhecimentos de desenvolvimento infantil, a utilização do brincar no processo de ensino-aprendizagem e visão de trabalho em equipe.

<b>Município de Paranaguá</b>
<b>Conhecimentos Diversos</b>
Processos de construção da escrita, do número e do desenho; Desenvolvimento da fala e da leitura; Visão inclusiva no processo ensino/aprendizagem no âmbito das necessidades educativas especiais; Concepção do processo de ensino e aprendizagem; Fundamentação teórica, orientações metodológicas e enfoques didáticos das diferentes áreas do ensino numa visão interdisciplinar; Currículo: conceito, fundamentos e componentes; Avaliação do processo educativo;
<b>Pedagogia Social</b>
Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8069/90 Processos do desenvolvimento infantil: aspectos físicos, afetivo, cognitivo e social; Importância do brincar no processo ensino/aprendizagem; Resoluções de situações de problemas vinculados ao processo de ensino/aprendizagem; Visão de trabalho em equipe;

QUADRO 14 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS RETIRADOS DO EDITAL 9  
 FONTE: Edital de concurso da RMC (2012)

O Edital 9 não descreve a área de lotação do educador social, mas ao cruzar as informações dos conhecimentos específicos desse edital com as atribuições dos cargos que estão descritos, infere-se que o profissional irá atuar em instituições de acolhimento que atendem a crianças de 0 (zero) a jovens de 18 (dezoito) anos. Sendo assim, os conhecimentos na área da educação são necessários e, dentro das possibilidades do município em categorizar os profissionais nas carreiras existentes, esse cargo estaria mais próximo da atuação de educador social do que de professor.

Deve-se questionar se os conhecimentos de um profissional da área da educação são suficientes para atuação num espaço em que serão atendidas crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social, muitas vezes em condições de dependência química, que sofreram violência e abandono, dentre outros tantos sofrimentos. Mais ainda devemos nos questionar se um profissional de Nível Médio está apto a trabalhar em um ambiente com tais situações.

Nesse sentido, considera-se que os direitos humanos não são um conjunto de ações burocráticas e que a vulnerabilidade econômica não se supera apenas com auxílios financeiros. Encontramos na Pedagogia Social uma alternativa que "se propõe a fazer a ponte entre os processos de ensino-aprendizagem e a dimensão sociopedagógica" (CALIMAN, 2010, p. 341) e é nesse contexto que o educador social passa a promover, por meio de técnicas de trabalho social, a inserção ou reinserção do indivíduo à sociedade, restituindo-lhe a autonomia e a compreensão de mundo.



<b>Município de Fazenda Rio Grande</b>
<b>Conhecimentos Diversos</b>
Sistema educacional brasileiro Noções básicas de informática Noções básicas de atendimento ao público
<b>Pedagogia Social</b>
Ética profissional A educação nos dias atuais História Social da criança e da família História dos movimentos sociais e mobilização social Exclusão social Sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente Proteção integral: políticas integradas Conselho de direitos: o que é, o que faz Conselho Tutelar: o que é, o que faz Crianças e adolescentes e famílias em situação de rua Ato infracional e suas vicissitudes Álcool, tabagismo, outras drogas e redução de danos Direitos da Criança e do Adolescente, Pessoa com Deficiência e Idoso Conhecimentos básicos sobre ECA, LOAS, e da Política Nacional dos Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência

QUADRO 15 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS RETIRADOS DO EDITAL 10  
 FONTE: Edital de concurso da RMC (2012)

Ao analisar o quadro 15, percebe-se que o edital 10 traz os mesmos conteúdos do Edital 3. Considerando que a instituição que elaborou ambos os concursos foi a mesma, questionamo-nos se as atribuições dos cargos para os quais os editais foram elaborados também seriam os mesmos.

Analisando as atribuições dos cargos descritas nesses editais, identificamos que o Edital 3 faz uma descrição breve das atribuições do cargo, afirmando que a seleção é para educadores sociais que atuem em atividades sociais de apoio aos programas sociais desenvolvidos no município. O Edital 10 faz uma descrição mais aprofundada, descrevendo como área de atuação do educador social, serviços de Proteção Social Básica, Serviços de Proteção Social de Média Complexidade e de Alta Complexidade, além da realização de abordagem de rua. A questão é se os conteúdos específicos descritos dão conta de atender a todas as especificidades do atendimento nos serviços de Proteção Social Básica e no serviço de Proteção Especial. Lembrando que a exigência de formação para o acesso às carreiras, é de Nível Médio concluído e que nenhum dos conhecimentos descritos como essenciais refere-se a conhecimentos pertencentes ao currículo de formação do nível médio.

<b>Município de Pinhais</b>
<b>Pedagogia Social</b>
Noções Básicas sobre Relações Humanas; Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente; Noções Básicas da Lei Maria da Penha - Lei nº 11340 de 07/08/2006; Noções Básicas sobre o Estatuto do Idoso - Lei nº 10741 de 01/10/2003; Noções sobre o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto Juvenil; SINASE - Noções sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo Declaração Universal dos Direitos Humanos; Declaração Universal dos Direitos das Crianças (UNICEF); Noções sobre a Política Nacional de Assistência Social; Noções Básicas sobre a Pedagogia do Oprimido; Concepção de Protagonismo Juvenil;

QUADRO 16 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS RETIRADOS DO EDITAL 11  
 FONTE: Edital de concurso da RMC (2012)

O quadro 16 refere-se aos conteúdos discriminados no Edital 11, que trouxe em sua lista de conhecimentos específicos a vinculação à Pedagogia Social. O enfoque deu-se principalmente nas leis voltadas à proteção dos direitos humanos e dos cidadãos, sobre a política de assistência social do Brasil e sobre a regulamentação do atendimento socioeducativo para crianças e adolescentes em conflito com a lei, inseriram-se noções sobre a Pedagogia do Oprimido e sobre protagonismo juvenil.

<b>Município de Curitiba</b>
<b>Pedagogia Social</b>
Política Nacional da Assistência Social – PNAS / 2004 Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais – Resolução nº 109/2009 Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei nº 8069/1990 Estatuto do Idoso – Lei nº 10741/2003 Lei Maria da Penha – Lei nº 11340/2006 Política Nacional para a População em Situação de Rua – Decreto nº 7053/2009

QUADRO 17 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS RETIRADOS DO EDITAL 12  
 FONTE: Edital de concurso da RMC (2012)

O quadro 17 evidencia que, no Edital 12, foram exigidos no tópico conhecimentos específicos conhecimentos vinculados à Pedagogia Social, dando ênfase aos conteúdos vinculados à área do Serviço Social como: a Política Nacional de Assistência Social, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto do Idoso, a Lei Maria da Penha e a Política Nacional para a População em Situação de Rua. Todos esses documentos são voltados à proteção dos direitos de minorias sociais.

<b>Município de São José dos Pinhais</b>
<b>Outros conhecimentos</b>
<p>Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Lei 525 de 25 de março de 2004 e alterações): Do estágio probatório. Da estabilidade. Da lotação. Dos deveres. Das proibições. Da responsabilidade;</p> <p>Competência e compromisso do educador;</p> <p>Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96: histórico, princípios, educação básica;</p> <p>Parecer 20/2009 CNE/MEC - Práticas Pedagógicas e Avaliação na Educação Infantil;</p> <p>Resolução CNE/CEB nº 4/2009 Diretrizes operacionais para o AEE na educação básica, modalidade educação especial;</p> <p>Resolução nº 05/2009 CNE/MEC – fixa as diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil;</p> <p>Parecer nº 17/2012 CNE/MEC – orientações sobre a organização e o funcionamento da educação infantil;</p> <p>Referencial curricular nacional para a educação infantil MEC/1998;</p> <p>Indicadores da qualidade na educação infantil MEC/2009;</p> <p>Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças MEC/2009.</p>
<b>Pedagogia Social</b>
<p>Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/90): Das disposições preliminares; Do direito à liberdade, ao respeito e à dignidade; Do direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer;</p>

QUADRO 18 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS RETIRADOS DO EDITAL 13  
 FONTE: Edital de concurso da RMC (2013)

Por fim, o quadro 18 apresenta os conteúdos exigidos pelo Edital 13, que enfatizou conteúdos voltados à educação infantil, extremamente afastado do que a teoria da Pedagogia Social elenca, não caracterizando o trabalho de educador social. Elenca as principais normas legais que regem e amparam o trabalho de atendimento nas creches e pré-escolas além do conhecimento sobre o estatuto dos servidores municipais. Dentre os conhecimentos de Pedagogia Social, exigiu-se somente o conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Percebe-se, ao se efetuar um comparativo entre as atribuições dos cargos descritos pelo edital, uma generalização na descrição da função: o profissional pode tanto ser direcionado para atividades da Educação Infantil como para a Assistência Social, dependendo da necessidade do município. Destacamos que os conhecimentos específicos exigidos estão adequados à formação mínima exigida: Nível Médio com Habilitação ao Magistério e/ou superior em Pedagogia. A contradição aqui reside na equivalência entre profissionais de níveis escolares diferenciados: o educador social que será selecionado poderá ter uma formação em nível médio ou uma formação em nível superior e os salários iniciais serão os mesmos.

Segundo a CF 88, artigo 39, a fixação dos pisos salariais deve considerar: "I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira. II - os requisitos para investidura. III - as peculiaridades dos cargos." (BRASIL, 1988). Pelo viés da CF, a contratação do educador social com níveis de formação diferentes é permitida, pois está conforme os requisitos para investidura ao cargo. Sendo que, pela LDBEN 9394/96, os professores habilitados com nível médio para o magistério podem atender somente à Educação Infantil e os profissionais de nível superior encarregam-se de lecionar para os anos iniciais de Ensino Fundamental, reforça-se a necessidade de regulamentação da profissão de educador social.

Fazendo uma avaliação geral entre os conteúdos específicos exigidos pelos 13 (treze) editais analisados, pode-se perceber que há uma divergência entre o nível de formação mínimo exigido e os conhecimentos necessários para investidura como educador social. O nível médio habilita os jovens para dar continuidade aos estudos, mas o trabalho em educação social exige conhecimentos especializados, os quais não são ofertados no decorrer do curso de nível médio.

Organizou-se uma tabela (Apêndice 4), que concentra todos os conhecimentos específicos elencados que podem ser vinculados à Pedagogia Social. A tabela é composta por 43 (quarenta e três) conteúdos e permitiu a visualização do conteúdo mais frequentemente exigido pelos editais de concurso.

Os conteúdos que compõe esta tabela analisam em cada um dos municípios os conteúdos descritos como conhecimentos específicos que se vinculavam a conhecimentos da Pedagogia Social. Muitos conteúdos desta seção referiam-se a temas escolares, como a Lei de Diretrizes e Bases, conhecimentos sobre desenvolvimento infantil, avaliação na educação, entre outros. Consideraram-se conteúdos relacionados à Pedagogia Social todos os temas que se referem à formação do profissional para domínio da legislação referente aos direitos do indivíduo, à promoção da autonomia, fortalecimento de vínculos sociais e familiares, legislações de proteção às minorias, políticas de atendimento às minorias, legislações e políticas voltadas a proteção e prevenção a violências, legislações e políticas socioeducativas e protetivas, conteúdos voltados ao trabalho com pessoas em situação de rua e também conteúdos voltados ao trabalho com drogas.

Dos 43 (quarenta e três) conteúdos vinculados à Pedagogia Social, destacam-se como mais exigidos o Estatuto da Criança e do Adolescente, solicitado

em 11 (onze) editais, o Estatuto do Idoso, solicitado em oito editais, a LOAS solicitada em seis editais e a PNAS, a Declaração dos Direitos Humanos e a Política para Pessoas em Situação de Rua todas solicitadas em cinco editais.

Verifica-se que, entre os editais que exigiram o conhecimento de mais conteúdos relacionados à Pedagogia Social, encontra-se o Edital 4 com 16 (dezesseis) conteúdos, seguido pelos Editais 5 e 10 que exigiram 15 (quinze) dos temas referenciados como pré-requisito de conhecimentos para a atuação como educador social.

Dos editais, o que exigiu menos conhecimentos dos temas elencados foi o Edital 13, que exigiu somente um dos conteúdos: o conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, focando sua exigência principalmente em conhecimentos da área da educação infantil (creche e pré-escola).

O Edital 8 recebeu um destaque em negrito, pois no período de coleta de dados não encontrava-se mais disponibilizado para consulta o programa de conteúdos referentes a essa prova, nos sites indicados no edital.

Os dados referentes aos conhecimentos gerais também exigiram a sistematização e organização para serem analisados. Constatou-se que os 13 (treze) municípios cobraram em suas avaliações conhecimentos em Língua Portuguesa e em Matemática / raciocínio lógico. Porém, outros conteúdos também compunham o rol de conhecimentos, identificados nos editais como conhecimentos gerais que são: estudo das Ciências, História, Geografia e informática.

Verificou-se que alguns conteúdos descritos no item conhecimentos gerais do edital pertencem à área da Pedagogia Social. Esses conhecimentos poderiam constar como componentes dos conhecimentos específicos e são: política nacional de educação especial na perspectiva inclusiva, política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista, conhecimentos da Constituição da República Federativa do Brasil, conhecimentos referentes à cultura e a sociedade brasileira, atualidades no Brasil e no mundo (política, economia, ciência e tecnologia) e ética profissional. A tabela 7 apresenta todos os conteúdos gerais em forma de lista, o que permitiu mensurar quais foram os temas exigidos mais recorrentemente.

TABELA 7 - DISTRIBUIÇÃO DOS CONTEÚDOS GERAIS EXIGIDOS PELOS CONCURSOS POR EDITAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA (2006-2013)

<b>Editais</b>	<b>Edital 1</b>	<b>Edital 2</b>	<b>Edital 3</b>	<b>Edital 4</b>	<b>Edital 5</b>	<b>Edital 6</b>	<b>Edital 7</b>	<b>Edital 8</b>	<b>Edital 9</b>	<b>Edital 10</b>	<b>Edital 11</b>	<b>Edital 12</b>	<b>Edital 13</b>	<b>Total</b>
Língua Portuguesa	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13
Matemática	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	13
Estatuto do servidor público municipal LDBEN 9394/96	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	3
Resolução CEB/CNE nº4/2010 - Diretrizes Gerais para a educação Básica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Resolução CEB/CNE nº4/2009 - Diretrizes Operacionais para o Atendimento em Educação Especial na Educação Básica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Lei nº 12.764 / 12 - Institui a Política Nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Constituição da República Federativa do Brasil / 1988	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Fundamentos Históricos do Brasil	0	0	1	0	1	1	1	0	1	1	0	0	0	6
Fundamentos Geográficos do Brasil	0	0	1	0	1	1	1	0	1	1	0	0	0	6
História do Estado do Paraná	0	0	0	0	1	1	1	0	1	1	1	0	0	6
Aspectos históricos do Município	1	0	1	0	1	1	1	0	1	1	1	0	0	8
Aspectos geográficos do município	1	0	1	0	1	0	1	0	1	1	1	0	0	7
Informática	0	0	0	1	0	1	1	0	0	1	1	0	0	5
Desenvolvimento urbano brasileiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Cultura e sociedade brasileira	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	0	3
Estudo dos seres vivos	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Estudo dos ambientes	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Corpo humano	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Fenômenos físico e químicos	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Atualidades no Brasil e no mundo (políticas, econômicas, ciência e tecnologia)	0	1	0	0	1	1	1	0	0	0	1	0	0	5
Ética Profissional	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2

FONTE: Editais de concursos da RMC (2006 - 2013)

O quadro permite identificar também a exigência de conhecimentos em informática em cinco dos 13 (treze) editais selecionados para este estudo.

Quanto ao estudo de ciências, foi identificado um edital (Edital 3), que exigiu conhecimentos referentes ao estudo dos seres vivos, dos ambientes, estudos do corpo humano e dos fenômenos químicos e físicos.

Por fim, pode-se perceber que seis editais exigiram conhecimentos referentes à história e à geografia geral do Brasil, enquanto três editais exigiram estudos sobre a cultura e a sociedade brasileira. Tratando-se ainda do conhecimento dos aspectos históricos e geográficos do estado e do município, apresenta-se a seguinte realidade: seis editais exigiram conhecimentos referentes ao estado do Paraná e oito editais referentes ao município.

As habilidades foram elencadas e organizadas na tabela 8, na qual é possível observar quantitativamente a exigência destas pelos municípios pesquisados:

TABELA 8 - EXIGÊNCIA DE HABILIDADES ESPECÍFICAS

<b>Editais</b>	<b>Edital 1</b>	<b>Edital 2</b>	<b>Edital 3</b>	<b>Edital 4</b>	<b>Edital 5</b>	<b>Edital 6</b>	<b>Edital 7</b>	<b>Edital 8</b>	<b>Edital 9</b>	<b>Edital 10</b>	<b>Edital 11</b>	<b>Edital 12</b>	<b>Edital 13</b>	<b>Total</b>
<b>Habilidades específicas exigidas pelo edital</b>														
Artes Manuais (crochê, pintura, tricô, bordado, outros)	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	1	0	1	4
Atividades socioeducativas / Oficinas com crianças e adolescentes	0	1	0	1	0	0	1	1	1	0	1	1	1	8
Conhecimentos de Informática	0	1	0	1	0	1	0	0	0	1	0	1	0	5
Cozinhar	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Jogos e brincadeiras	0	0	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	3
Reforço escolar	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Atividades socioeducativas com pessoas atendidas pelos serviços socioassistenciais do município	1	1	0	0	0	1	0	1	0	1	0	1	0	6
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>-----</b>

FONTE: Editais de concursos da RMC (2006 - 2013)

Percebe-se, na tabela 8, que foram exigidos conhecimentos adicionais que são: conhecimentos em artes manuais, jogos e brincadeiras, informática, reforço escolar, desenvolvimento de ações socioeducativas e oficinas com crianças e adolescentes, oficinas socioeducativas com pessoas atendidas pelo serviço socioassistencial do município e até mesmo habilidade para cozinhar. Essas habilidades não constam

em item específico, mas estão compondo os tópicos: conhecimentos específicos ou nas atribuições do cargo. Alguns editais se destacam pela quantidade de exigências como o Edital 4, com cinco itens e o Edital 9, com quatro itens.

O desenvolvimento de oficinas e atividades socioeducativas está implícito na ação do educador social, principalmente no trabalho com crianças, conforme observa-se no quadro 4, que apresenta os conteúdos de formação do educador social na Universidade de Barcelona, com módulos que abrangem a intervenção socioeducativa e programas de animação sociocultural.

Todavia, no Brasil ainda não há cursos para preparação desses profissionais. As especificidades da formação necessária para a atuação como educador social ainda não estão claras. Tem-se delineado uma função genérica, um profissional de nível médio - de grande demanda na sociedade e que supre diferentes necessidades que se apresentarem no município - com baixo custo para o município, comparando-se o salário dos educadores sociais aos propostos aos técnicos de nível superior, pedagogos, psicólogos e assistentes sociais.

Souza Neto (2011) afirma que a erradicação da pobreza e os direitos humanos, em todo o mundo, são desafios para o desenvolvimento econômico sustentável. O aumento constante das mazelas sociais e as privações de direitos podem ser decorrências da desigualdade social, da falta de informações e da inacessibilidade aos serviços públicos voltados às famílias em situação de vulnerabilidade e risco social. É nesse contexto que se insere o trabalho do educador social, com uma perspectiva de mudança para as famílias que vivenciam situações de vulnerabilidade social, seja na promoção da autonomia, na inclusão social, no resgate da autoestima e no vínculo familiar e social. Essas ações devem ser orientadas e embasadas pela Pedagogia Social, pois ela tem por objetivo construir um projeto de conhecimento voltado para "o esclarecimento, a clarificação e a ilustração das relações humanas e sociais" (SOUZA NETO, 2011, p. 70).

Para Graciani (2011), o domínio da Pedagogia Social, ultrapassa as técnicas, métodos ou estratégias de trabalho e se estrutura num processo de construção de conhecimentos que se estabelece "num movimento reflexivo, crítico e sistematizador - ação/reflexão/ação" (GRACIANI, 2011, p. 190). Nesse processo, a construção de conhecimentos se apropria criticamente da realidade para depois transformá-la.

Este processo de formação teórico-prático deve levar seus protagonistas a adquirir a capacidade de pensar por si mesmos, assumindo convicções



próprias, analisando os acontecimentos com categorias teóricas para interpretação e a transformação da realidade em que vivem. (GRACIANI, 2011, p. 192)

Graciani (2011) compreende a Pedagogia Social, sendo a Teoria Geral da Educação Social, que deve exigir o processo de teorização da prática, ou seja, a constante:

[...] criação e recriação dos fundamentos metodológicos favorece a formação sólida e consistente da postura do educador social, [...] transformando-o num agente multiplicador junto aos setores populares. [...] O objetivo estratégico de todo processo político-educativo é o desenvolvimento das capacidades e dos potenciais de cada educando-educador para sentir, pensar e agir de forma autônoma no contexto dos grupos sociais em que vive. (GRACIANI, 2011, p. 192).

Evidencia-se com base nos dados que o educador que se encontra imerso na realidade dos sujeitos tem maior facilidade em assumir seu papel de mediador nas ações socioeducativas, efetivamente auxiliando o sujeito no processo de se perceber, de estabelecer relações, de ampliar os conhecimentos. Graciani (2011) destaca que no caso específico da Pedagogia Social de rua, conhecer suas prioridades na vida e os meios de abordagem repercute no resultado do trabalho.

A Pedagogia Social exige não só uma competência técnica especial do educador, mas também a solidariedade humana e o compromisso político com o educando, na medida em que remete a sua prática social educativa ao resgate da cidadania pela, através de mecanismos e meios mediatizadores do ato político pedagógico, numa práxis efetiva, contrapondo-se às condições reparadoras, compulsórias, compensatórias ou repressivas herdadas do passado. (GRACIANI, 2011, p. 200).

Nesse aspecto, o estudo da teoria da Pedagogia Social pode auxiliar os educadores sociais na apropriação da essência cultural dos sujeitos, visando à escolha dos recursos metodológicos que se aproximem nessa realidade, para promover junto ao sujeito uma transformação da realidade instaurada. "As práticas pedagógicas do educador social de rua precisam estar orientadas de modo que propiciem o resgate da cidadania dos sujeitos sociais com os quais desenvolve seu trabalho" (RIBEIRO, 2011, p. 151).

Mas não somente as práticas dos educadores sociais de rua, e sim de todos os educadores sociais, estejam eles atuando em unidades de acolhimento institucional, em atividades de socioeducação com crianças, adolescentes, idosos e famílias, ou com adolescentes e jovens cumprindo medida de reclusão, esses

profissionais que ingressaram na sua carreira possuindo somente a formação de ensino médio e muita força de vontade, merecem o reconhecimento de suas práticas e uma formação qualificada, para aprimorar seu trabalho.

Petrus (1996) aborda que parte dos insucessos do trabalho em educação social deve-se à falta de preparação dos profissionais para enfrentar os problemas sociais,

un número importante de los fracasos que se dan en el campo de la educación social son debidos a una inadecuada capacitación personal para ubicar-se frente a los problemas sociales, entendemos que su teoría y su práctica son dos aspectos de una misma realidad (PETRUS, 1996, p. 167)

Souza Neto (2011) complementa e afirma que a formação do educador social é importante, porém não deve ser tomada como uma solução para os problemas existentes nas instituições e nas relações humanas. Um curso de formação em Pedagogia Social não dará conta de responder a todos os desafios que se colocam frente ao educador social no trabalho com a população que se encontra em vulnerabilidade social. "A formação do educador, por si só, não suplanta o processo de exclusão e de desigualdade social no Brasil [...]" (SOUZA NETO, 2011, p. 79). Mas a regulamentação da profissão e a organização de um curso de formação específico para a formação de educadores sociais pode ser considerada um grande avanço para a Educação Social Brasileira.

### 3.2.3 O TRABALHO DO EDUCADOR SOCIAL

Foram analisados diferentes aspectos que envolvem as condições de trabalho ofertadas ao educador social pelos municípios da RMC, dentre eles o vínculo empregatício, a carga horária de trabalho e o salário oferecido.

Iniciou-se a investigação pelo vínculo empregatício. Um dos atrativos que o serviço público oferece é a estabilidade funcional: isso significa que o funcionário somente poderá ser demitido caso cometa algum crime contra a administração pública. O conjunto de princípio e regras, referentes aos direitos e deveres e demais normas que regem o serviço público é denominado por estatuto, e por isso esta forma de contratação é denominada estatutária. Dentre os 13 (treze) editais analisados, seis (6) não apresentavam a indicação da forma de contratação (edital

13, edital 5, edital 12, edital 2, edital 6 e edital 1). Um deles, o edital 7, indicou que a contratação seria realizada por tempo determinado sob o regime de contrato. Os outros seis editais restantes, informaram que o regime de contratação seria estatutário, ou seja, regido pelo estatuto do município.

Em todos os editais, a carga horária de trabalho indicada foi de 40 (quarenta) horas semanais, sendo que dois deles, o edital 10 e o edital 8, exigem que o profissional apresente disponibilidade para atuação no período diurno e noturno, em regimes de escala e plantão.

Percebe-se que boa parte dos profissionais estão vinculados ao regime estatutário, o que é condição para permanência na carreira até sua aposentadoria, salvo se este profissional solicitar sua exoneração do cargo.

Outro aspecto analisado foi o salário inicial do educador social. A tabela abaixo representa a faixa salarial do educador, ano a ano, em comparação ao salário mínimo nacional em vigência nos respectivos anos:

TABELA 9 - APRESENTAÇÃO DO SALÁRIO INICIAL DO EDUCADOR SOCIAL POR MUNICÍPIO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

Ano	Salário Mínimo Nacional	Salário Inicial	Média de salário em relação ao mínimo	Editais
2007	R\$ 380,00	R\$ 750,40	1,9	Edital 1
2010	R\$ 510,00	R\$ 1.106,52**	2,1	Edital 2
2010	R\$ 510,00	R\$ 890,00	1,7	Edital 3
2011	R\$ 545,00	R\$ 800,00	1,4	Edital 4
2011	R\$ 545,00	R\$ 757,80	1,3	Edital 5
2011	R\$ 545,00	R\$ 571,89	1	Edital 6
2011	R\$ 622,00	R\$ 764,90	1,2	Edital 7
2011	R\$ 510,00	R\$ 1.063,00	2	Edital 8
2012	R\$ 622,00	R\$ 659,45	1	Edital 9
2012	R\$ 622,00	R\$ 906,61	1,4	Edital 10
2012	R\$ 622,00	R\$ 1.217,17	1,9	Edital 11
2012	R\$ 622,00	R\$ 1.347,69*	2,1	Edital 12
2013	R\$ 678,00	R\$ 1.663,59	2,4	Edital 13

Fonte: Editais de concurso da RMC (2007 a 2013).

\*complementado por benefícios: Programa Para Qualidade no Trabalho R\$ 461,95 + Gratificação por atuação em Local de Proteção Social R\$ 579,89 (alguns locais de trabalho)

\*\*complementado por benefícios: R\$ 250,00 - Auxílio Alimentação

O estudo dos editais possibilitou a visibilidade da real condição da profissão e do seu poder aquisitivo. Analisando a tabela 9, percebeu-se que, em 2007, o poder aquisitivo do educador social era maior do que em 2011, considerando a média dos salários em relação ao mínimo nacional em vigência no ano analisado.

Observa-se que, em 2007, a média do salário do educador estava em 1,9 salário mínimo (edital 1), já no ano de 2010 o salário mínimo do educador social variou entre 1,7 e 2,1 salários mínimos nacionais (respectivamente edital 2 e 3). Em 2011, percebe-se uma redução significativa no poder aquisitivo do educador social, dentre os editais realizados neste ano, a média dos salários representados foram de: um salário mínimo (edital 6), 1,3 salário mínimo (edital 5) e de 1,4 salário mínimo (edital 4). Essa variação pode ser melhor visualizada na figura 3:

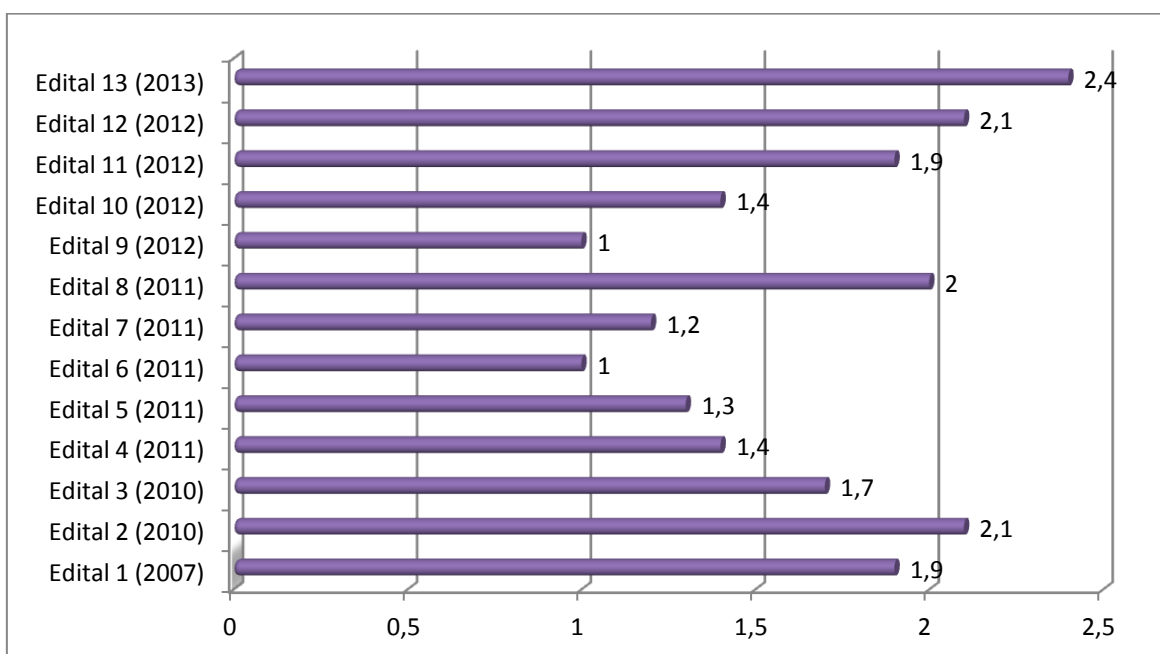


FIGURA 3: MÉDIA SALARIAL DO EDUCADOR SOCIAL: RELAÇÃO PISO MÍNIMO NACIONAL / ANO DO CONCURSO  
 FONTE: editais de concurso RMC (2007-2013).

Apresenta-se uma grande variação de salários dentro da mesma faixa anual em que foi realizado o concurso. Em 2012, o edital 12 estava com uma média de 2,1 salários mínimos nacionais e o edital 9 somente com um salário mínimo nacional.

Mesmo havendo uma redução significativa em relação ao poder aquisitivo, em comparação aos anos anteriores, em 2011 o salário não teve uma grande variação entre as diferentes cidades nesta região do estado. O ano de 2012 apresenta um panorama completamente diferenciado, dos quatro editais realizados naquele ano, a variação da média salarial foi grande: edital 9, com um salário mínimo; edital 10, com 1,4 salário mínimo; edital 11, com 1,9 salário mínimo; edital 12, com 2,1 salários mínimos.

Ao comparar o poder aquisitivo à formação mínima exigida para o acesso à carreira, obteve-se outra perspectiva da desproporção do salário inicial do educador social no estado do Paraná. A tabela 10 apresenta a média de salário do educador social, identificada nos editais de concurso, comparando à formação mínima exigida pelo edital.

TABELA 10 - COMPARATIVO FORMAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA E A MÉDIA DE SALÁRIO EM RELAÇÃO AO MÍNIMO VIGENTE DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

<b>Ano do concurso</b>	<b>Número de salários mínimos</b>	<b>Formação mínima exigida</b>
2007	1,9	Nível Médio
2010	1,7	Nível Médio
2010	2 a 2,1	Médio Magistério ou Nível Superior
2010	2	Nível Superior
2011	1 a 1,4	Nível Médio
2012	1 a 2,1	Nível Médio
2013	2,6	Médio Magistério ou Nível Superior

FONTE: Editais de concursos municipais realizados no Estado do Paraná (2007 – 2013)

Observa-se que para os concursos de nível médio o salário mínimo do educador social variou entre 1,9 e dois mínimos nacionais, entre 2007 e 2012. Nos concursos cuja exigência era de nível médio com habilitação ao magistério ou nível superior o salário mais baixo ficou em dois salários mínimos e o mais alto em 2,4 salários.

Todos os concursos exigiram como mínimo de formação o ensino médio completo. Porém, os editais oito e 13 (treze) solicitaram, além da formação geral em Nível Médio, a habilitação em Magistério ou a formação em Nível Superior, não fazendo nenhuma diferenciação de salário entre o salário para nível médio técnico e superior.

A preocupação com a não diferenciação de salário entre o profissional de nível médio e de nível superior exigiu a busca de mais dados para avaliar a questão. Investigaram-se então editais de concurso para professor que foram realizados nos mesmos municípios e nos mesmos anos que os editais para educador social.

Compararam-se os salários iniciais e carga horária, conforme apresentado na tabela 11.

TABELA 11 - SALÁRIO DE EDUCADOR SOCIAL E DE PROFESSOR: EXIGÊNCIA DE FORMAÇÃO / ANO

ANO	EDITAL	CARGO	SALÁRIO	CARGA HORÁRIA
2011	Campo Largo Nº 001/2010	Educador social	1.063,00	40 h
2011	Campo Largo Nº 002/2011	Professor	757,32	20h
2013	São José dos Pinhais Nº155/ 2013	Educador social	1.663,59	40h
2013	São José dos Pinhais Nº 155/ 2013	Professor	1.663,59	20h

Fonte: Editais de Concurso dos anos de 2011 e 2013 dos municípios de Campo Largo e de São José dos Pinhais. Elaborado pela autora.

Evidenciou-se o retrato da desvalorização do educador social enquanto profissional da educação. O salário inicial para educador social no município de Campo Largo (edital 8) é de um mil e sessenta e três reais (R\$ 1.063,00) para atuação em quarenta (40) horas semanais. Para o professor, o mínimo inicial é de setecentos e cinquenta e sete reais e trinta e dois centavos (R\$ 757,32) para atuação em vinte (20) horas. Havendo a possibilidade de dobrar o padrão e o salário para quarenta (40) horas desse profissional, resultaria em um mil quinhentos e quatorze reais e sessenta e quatro centavos (R\$ 1.514,64).

Quanto ao município de São José dos Pinhais (edital 13), o salário proposto como inicial para educador social é o mesmo que o do professor, com a diferença de que o professor pode dobrar o padrão e então seu salário chega a três mil trezentos e vinte e sete reais e dezoito centavos (R\$ 3.327,18).

A última análise realizada foi quanto à apresentação da descrição dos cargos constantes nos editais para educador social, na qual consta uma relação das atribuições do cargo. Alguns editais apresentaram um texto sintetizado, possibilitando ao candidato ter uma "noção" do tipo de trabalho destinado ao cargo; em outros casos, apresenta uma extensa lista dos afazeres relacionados. Dentre os editais pesquisados, somente um não apresentou a descrição dos afazeres e das atribuições do cargo de educador social: o edital 7, referente ao município de Cerro Azul.

Visando a melhor organização dos dados agruparam-se as atribuições dos educadores em seis grupos de atividades: atividades sociais de apoio; atividades administrativas, planejamento e avaliação; atividades de intervenção direta ao usuário; atividades de acompanhamento dos usuários; competências pessoais e tarefas correlatas aos equipamentos. Foi possível realizar esse agrupamento tendo em vista que as atribuições descritas eram comuns a todos os editais.

O grupo atividades sociais e de apoio reúne ações de rotina como: o acompanhamento dos usuários em atendimentos médicos e odontológicos, a visitas de familiares, chegada e saída de contra turno escolar, orientação e acompanhamento dos usuários em refeições, cuidados com a higiene pessoal, repouso e passeios. Atribui-se ao educador social a tarefa de observar e comunicar ao técnico de nível superior quaisquer informações relevantes sobre o usuário: participação nas ações socioeducativas, mudanças de comportamento, avanços e retrocessos no desenvolvimento, entre outras. Constam como atividades sociais e de apoio: confecção de materiais educativos, participação em estudos de caso, participação em capacitações, auxílio na realização de tarefas escolares, operacionalização em conjunto com a equipe técnica para implantação de serviços, projetos e programas nos equipamentos, divulgação e realização de inscrições para cursos e oficinas, realização do percurso no perímetro do território de abrangência identificando e encaminhando as demandas para os serviços socioassistenciais.

No grupo atividades administrativas, de planejamento e avaliação constam atividades como: buscar e entregar materiais; solicitar, receber, conferir, controlar e otimizar a utilização dos materiais, sejam permanentes ou de consumo; participação na organização de eventos; produção de relatórios; levantamento de dados estatísticos referentes aos usuários; organizar e manter atualizada a documentação dos usuários; operacionalizar sistemas de informação para efetuar cadastros, registro de acompanhamentos e encaminhamentos; preencher documentos e encaminhar documentação oficial.

Em atividades de intervenção direta ao usuário, foram incluídas ações que exigem o planejamento e a intervenção direta com crianças, idosos e famílias, como: o desenvolvimento de oficinas, cursos de artes manuais, atividades recreativas e socioeducativas, acompanhamento e desenvolvimento de atividades em entidades parceiras, planejamento e realização de palestras e reuniões com grupos de convivência social e familiares. Nesse grupo, constam: a abordagem de rua com

indivíduos em situação de risco e vulnerabilidade social; o acompanhamento ao técnico de referência em visitas domiciliares, e a realização de triagem inicial das situações nos equipamentos socioassistenciais.

As atividades de acompanhamento dos usuários compreendem: ações efetivas de acompanhamento permanente dos casos atendidos na rede de serviços; acompanhamento escolar das crianças e adolescentes usuários do serviço de convivência e acompanhamento dos adolescentes inseridos em programas voltados a inserção no mercado de trabalho.

No grupo de competências pessoais, estão inclusas ações que dependem das habilidades individuais do candidato e que estão descritas como competências inerentes ao cargo de educador social, tais como: trabalho em equipe, servir de exemplo, inspirar confiança, buscar identificação e empatia, agir sob pressão, capacidade de compreensão, coragem, persistência, tomar decisões, autocontrole, permanecer em estado de alerta, respeitar o sigilo profissional.

Em tarefas correlatas aos equipamentos, constam ações como: manter o ambiente limpo e organizado, cozinhar na ausência da cozinheira, respeito às medidas de prevenção a doenças infectocontagiosas e utilizar adequadamente os EPI's.

A tabela 12 apresenta a tabulação dos dados presentes nos editais, nos grupos de atividades.

TABELA 12 - ATRIBUIÇÕES PARA O CARGO DE EDUCADOR SOCIAL DIVIDIDOS EM GRUPOS DE TAREFAS

Edital	Edital 1	Edital 2	Edital 3	Edital 4	Edital 5	Edital 6	Edital 7	Edital 8	Edital 9	Edital 10	Edital 11	Edital 12	Edital 13
Grupo													
Atividades sociais de apoio		X	X	X	X	X			X	X	X	X	X
Atividades Administrativas, de planejamento e avaliação		X		X		X				X	X	X	X
Atividades de intervenção direta ao usuário	X	X		X		X		X	X	X	X	X	X
Atividades de acompanhamento dos usuários				X						X			
Competências Pessoais		X				X							
Tarefas Correlatas aos Equipamentos									X	X			X

FONTE: Editais de concursos municipais realizados no Estado do Paraná (2007 – 2013)



Observou-se referente às atribuições do cargo de educador social que os grupos que mais apareceram nos editais foram atividades sociais de apoio e atividades com intervenção direta ao usuário que apareceram em dez editais. Os grupos com menor índice de descrição foram atividades de acompanhamento dos usuários e competências pessoais, ambos com descrição em dois editais.

Verifica-se que o educador social está sendo apresentado pelos editais como um profissional multifuncional, apto a atender diferentes demandas. Entre suas atribuições, constam atividades relativas a organização dos espaços, o atendimento a grupos socioeducativos, o acompanhamento de visitas domiciliares, planejamento e acompanhamento ao técnico em reuniões e palestras, produção de material educativo, atendimento ao público em geral e realização de encaminhamentos adequados às situações. Desse profissional, demanda o conhecimento de todos os serviços disponíveis na rede municipal, os direitos e os deveres enquanto cidadãos, além do conhecimento da comunidade que atende. O efetivo acompanhamento de uma família em atendimento depende do registro adequado dos procedimentos e encaminhamentos adotados e também do comprometimento do educador social com a área de abrangência em que está lotado. Portanto, uma rotatividade de profissionais nesta função prejudicaria o estabelecimento do vínculo com a comunidade e, conseqüentemente, o acompanhamento efetivo dos casos atendidos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar a formação e o trabalho do educador social a partir de editais de concursos públicos, tendo como referência teórica a Pedagogia Social.

Verificou-se, durante a realização do mapeamento inicial, que, diferentemente do que se concebia como abrangência de atuação para educador social no Paraná, a carreira está em crescimento, tendo em vista o grande número de editais publicados no período entre 2007 e 2013 e a necessidade de suprir uma demanda significativa de vagas para educador social, em municípios de várias regiões do estado do Paraná.

A questão norteadora que se procurou responder foi: que educador social é solicitado para atuar no serviço público municipal, segundo os editais de concurso? Foram traçados três objetivos específicos, visando responder a esse questionamento.

O primeiro objetivo consistiu em analisar o espaço do educador social nas políticas socioeducativas do Brasil após a promulgação da CF 88. Investigou-se qual é a área de atuação desse profissional, explorando inicialmente o contexto político brasileiro em que se insere.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 enfatizou a questão da proteção dos direitos humanos dos cidadãos brasileiros. Nesse contexto, o educador social, que já era um profissional atuante em instituições sociais, igrejas e em outros espaços, encontrou nas ONGs a condição favorável para a ampliação da profissão. Nesses espaços, ele tornou-se um profissional indispensável, atuando junto aos cidadãos, estabelecendo os vínculos necessários e fortalecendo a ponte entre o ideal e o objetivo da instituição e a promoção da autonomia desses indivíduos.

Com a reformulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que resultou na LDBEN 9394/1996, também foi necessária uma adequação dos Parâmetros Curriculares para os cursos de formação de professores, que passaram a incluir a formação de pedagogos para atuação em espaços de educação não escolar.

Até então, o único documento que discorria sobre a profissão de educador social era a CBO, sendo que a mesma não tem nenhum efeito regulamentador. A

CBO descreve algumas áreas de atuação em educação social, não exigindo requisitos de escolaridade para o acesso ao cargo.

Em 1999, com a apresentação do Projeto de Lei nº 5346/1999 que dispõe sobre a criação do cargo de educador, aporta-se uma mobilização política na área da educação social, ao qual integraram-se associações de profissionais e grupos de pesquisa, visando à ampliação da visão proposta, que foi considerada insuficiente para atender a ampla gama de atuação da profissão no país.

No ano de 2000, as políticas passaram a abrir mais campos de atuação para o educador social, principalmente na Assistência Social, na Saúde e na Educação, quando exigiram a inserção de profissionais com formação mínima em nível Médio, atribuindo-lhes diferentes funções junto a grupos de indivíduos que vivenciavam situações de vulnerabilidade social.

Tanto na Assistência Social, quanto na Saúde, profissionais com tais características têm sido nomeados nos concursos públicos do Paraná como educadores sociais. Na educação, encontra-se o educador social atuando em programas específicos como o PROJovem, que desenvolve atividades socioeducativas com os alunos que estão completando seus estudos a nível médio.

O PL que já recebeu uma versão substitutiva após a iniciativa da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, ainda não atende às expectativas da comunidade acadêmica, mas já representa um avanço para a área.

A pesquisa passou para a discussão do conteúdo do segundo objetivo específico, que propôs examinar as bases teóricas que fundamentam a formação e o trabalho do educador social.

Efetou-se um esforço na contextualização do processo de fortalecimento e da agregação de espaços de atuação tanto nos espaços não escolares quanto escolares, para esse profissional da educação social que aos poucos recebe a nomeação de educador social. Compreende-se educação como um espaço de formação integral do indivíduo que não pode ser dividido em campos de atuação formal, não formal e informal. A educação social deve caminhar em conjunto com a formação escolar, propiciando uma formação integral para o sujeito. Nesse contexto, o educador social desempenha um papel fundamental, estabelecendo e trabalhando no fortalecimento do indivíduo, consigo mesmo, com o outro e com a sociedade.

Contextualizou-se a Pedagogia Social como área de fundamentação para a educação social, baseada em teóricos de diferentes países, principalmente da

Espanha, considerando seus anos de experiência. Também foram explorados o conceito de educação social e sua área de abrangência. A educação social foi compreendida nesta pesquisa como o campo de atuação do educador social. Nesse capítulo, discutiu-se sobre os termos educação formal, não formal e informal, na perspectiva da superação de sua subdivisão, compreendendo a educação social como um espaço que não pode ser vinculado a um único campo de intervenção.

Realizou-se um levantamento sobre quais os conteúdos que compõem a base teórica dos cursos de formação para educadores sociais a nível superior na Espanha, os quais possuem mais de vinte anos de experiência na formação de educadores e pedagogos sociais. O levantamento foi importante para avaliar se os conhecimentos que estão sendo exigidos pelos editais analisados de concursos para educadores sociais, estão partindo da matriz teórica da Pedagogia Social.

Compreende-se a Pedagogia Social como a ciência que oferece as bases teóricas para orientar a prática do educador social e que deve alimentar essas práticas de forma a não se desviar do seu objetivo final que é a transformação social.

O terceiro objetivo específico desta pesquisa visou analisar a formação e o trabalho do educador social solicitado nos editais de concurso municipais da Região Metropolitana de Curitiba, no período 2007 a 2013. Para tanto, foram estudados 13 (treze) editais publicados no período que selecionaram educadores sociais sob duas categorias de pesquisa: formação e trabalho.

Inicialmente, explorou-se o edital no intuito de compreender seus componentes e seu processo de elaboração. Verificou-se que os editais públicos municipais para educador social são elaborados tanto por instituições vinculadas a universidades quanto a instituições com fins meramente comerciais.

Foi possível perceber que as instituições procuraram exigir conhecimentos vinculados às atribuições profissionais descritas no edital, mesmo sem a clareza de remetê-los à fundamentação da Pedagogia Social. Uma das instituições exigiu dos candidatos ao cargo conhecimentos vinculados à educação infantil. A falta de clareza das instituições no processo de definição das atribuições do cargo e dos conhecimentos necessários para sua realização, e mesmo do município demandante, pode ser explicada pela ausência de regulamentação da profissão.

Nessa etapa de análise dos dados, pôde ser respondida uma das três perguntas vinculadas ao problema de pesquisa e ao objetivo geral, que foram

propostos na introdução: qual a formação exigida pelos concursos para o acesso ao cargo de educador social?

De acordo com os editais, o nível de formação mínimo exigido é o Nível Médio concluído. Partindo desse resultado, questiona-se acerca da habilitação do profissional, que será contratado para o cargo de educador social, para atuar numa carreira que dedica a atenção a indivíduos fragilizados e em uma situação vulnerável, as quais exigem do profissional conhecimentos específicos, a fim de tornar a tarefa de socioeducação e reinserção social possível.

Ressalta-se que o ensino médio, não tem como objetivo a formação profissional. Os conhecimentos que compõe o currículo deste nível de ensino preparam o indivíduo para a continuidade dos seus estudos. Nessa perspectiva, evidencia-se a necessidade e a urgência da regulamentação da profissão e o fortalecimento da Pedagogia Social como referencial teórico às práticas de educação social e à necessidade de uma formação específica para os profissionais da educação social.

Além disso, identificou-se, na análise da relação dos conteúdos exigidos para a realização das provas, um perfil oculto de formação que está sendo exigida para o cargo de educador pelos editais de seleção. Tendo como referência mínima de formação a conclusão do nível médio, não se pode esperar que esse candidato domine conhecimentos como: a estrutura do Sistema Educacional Brasileiro, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Política de Assistência Social Nacional, conhecimentos vinculados a uma formação específica, seja na habilitação ao magistério, nível médio, ou no curso de Pedagogia, ou ainda no curso de Serviço Social. Porém, espera-se selecionar um profissional com conhecimentos estudados em cursos de formação em nível superior para atuar num cargo que exige por formação mínima o nível médio completo.

Analisando o número de questões destinadas a avaliação do conhecimento específico do candidato que se relaciona diretamente a execução das atividades relacionadas, verificou-se que a maior parte dos editais destina somente 25% da prova para essa tarefa. Portanto, considera-se que os municípios não têm clareza de quais são as prioridades de conhecimentos a serem exigidos, num processo seletivo para educador social.

Há uma infinidade de conhecimentos vinculados ao trabalho do educador social que não podem ser mensurados e classificados por uma prova objetiva, como

sua habilidade de comunicação e de estabelecimento de vínculos. Porém, dentre os outros conhecimentos que são necessários e muito importantes no desenvolvimento de suas atividades, como o conhecimento dos direitos políticos, sociais e econômicos, analisa-se que 25% de uma prova é insuficiente para avaliar se este candidato está apto ao cargo.

Identificou-se na análise dos conteúdos uma confusão entre o que era essencial ao desempenho das tarefas cotidianas do educador social, pelo fato de o município não apresentar, com clareza, atribuições inerentes ao profissional. Percebe-se, pelo rol de conteúdos, que estão sendo valorizados conhecimentos voltados à educação e assistência social e, em alguns casos, tendendo para a educação infantil. Alguns editais chegam a explicitar a exigência de habilidades específicas que nada têm a ver com o trabalho do educador social, como cozinhar.

Neste panorama, percebeu-se que, a ausência de clareza, quanto à especificidade da formação necessária para a atuação como educador social, torna-a uma função genérica, de um profissional de nível médio, muito demandado na sociedade, mas com baixo custo para o município quando se compara o salário dos educadores sociais aos propostos aos técnicos de nível superior: pedagogos, psicólogos e assistentes sociais, que possa suprir diferentes necessidades que se apresentarem no município. Por isso mesmo, ressalta-se a emergência da organização de um curso de formação que atenda as especificidades da atuação do educador social visando à qualidade no atendimento à população.

Destaca-se que somente a regulamentação da profissão não será suficiente para a organização da profissão. Embora a discussão desta regulamentação possa ser considerada um avanço na consolidação da carreira de educador social, a ausência de clareza quanto à suas atribuições, o distanciamento da academia na discussão da Pedagogia Social e a omissão do estado no que se refere à elaboração e implementação de políticas públicas voltadas ao educador social, apresentam-se e mantêm-se como condições que fragilizam a profissão de educador social.

Remetendo-nos às duas últimas questões vinculadas ao problema de pesquisa, que são: quais as condições de trabalho do educador social explicitadas nos editais? Quais atribuições para o cargo de educador social foram definidas pelos municípios da RMC?

Verificou-se que, para 46% dos editais de concurso analisados, as vagas disponibilizadas eram para contratação na forma de regime estatutário. Em 61% dos editais, a carga horária de trabalho é de 40 (quarenta) horas semanais. Esses dados despertam para novos campos de pesquisa, os quais não puderam ser explorados neste momento como a questão: esses servidores públicos estariam inseridos em um plano de formação continuada e a um plano de cargos e salários? Essa e muitas outras questões surgem a partir dos dados levantados, as quais consideram-se importante campo de investigação para aprofundamento na discussão referente ao trabalho e à formação do educador social.

Ao analisar o salário do educador social, observa-se uma redução no valor real entre os anos de 2007 a 2011, tendo uma melhora a partir de 2012. Porém, a grande questão que emerge aqui é a exigência de formação mínima para o ingresso no cargo. Houve a realização de dois concursos em que a exigência de formação mínima era de nível médio, com habilitação em Magistério ou Pedagogia, sem nenhuma diferenciação de salário. Quando se compara o salário inicial oferecido para o educador social com o salário de profissionais do magistério, dos quais se exige a mesma formação, evidencia-se a desvalorização da profissão, com a diferença de valores proposta encontrada.

Verifica-se que o educador social está sendo apresentado pelos editais como um profissional multifuncional, apto a atender diferentes demandas. Em suas atribuições constam: atividades relativas à organização dos espaços, atendimento a grupos socioeducativos, acompanhamento de visitas domiciliares, planejamento e acompanhamento ao técnico em reuniões e palestras, produção de material educativo, atendimento ao público em geral, realização de encaminhamentos adequados às situações. Desse profissional, exigem-se: os conhecimentos de todos os serviços disponíveis na rede municipal, os direitos e os deveres enquanto cidadãos, o conhecimento da comunidade que atende, o atendimento às demandas da Assistência Social, tanto na Proteção Social Básica, quanto na Proteção Especial de média e alta complexidade, sem diferenciação no processo seletivo quanto aos conhecimentos específicos inerentes às diferentes realidades de atuação.

O perfil que se apresenta na análise dos editais de concurso é de um profissional do qual não se exige uma formação especializada, o qual é destinado a realizar uma infinidade de tarefas sejam elas administrativas, socioeducativas, formativas, recreativas, dentre outras. Este profissional que não possui uma base

epistemológica que fundamente suas ações, e que vivencia uma indefinição de papel e de objeto de atuação, permanece sem identidade. Em busca desta identidade fortalece-se a discussão acerca da regulamentação da profissão e da instituição de um curso de formação específico para não somente para os educadores sociais, o qual mostra-se urgente, mas também aos demais profissionais atuantes na área da educação social.

Percebeu-se, no decorrer da pesquisa, que os municípios estão implementando nos seus quadros funcionais a carreira de educador social, sem ter clareza da função a ser executada, exigindo, por meio de concursos, a seleção de um profissional que seja capaz de executar múltiplas funções, sem especialização e com baixos salários.

Destaca-se, mais uma vez, a importância da regulamentação da profissão, para sua consolidação, compreendendo que esta por si só não trará a solução para a ausência de identidade profissional do educador social. Mas organização da carreira enquanto plano de cargos e salários, e a regulamentação de uma proposta de formação inicial e continuada depende desse ponto de partida. Acredita-se que regulamentar como formação inicial para o acesso à carreira de educador social apenas a conclusão do nível médio representa a desvalorização da profissão, reduzindo o potencial de atendimento que pode ser oferecido com a especialização desse profissional.

O estado necessita responsabilizar-se por este profissional, que é necessário no contexto social e econômico e que o país se insere, promovendo a organização, o fortalecimento da carreira e a formação para que os serviços de educação social sejam realizados com qualidade.

Acredita-se que esta dissertação pode vir a contribuir para a discussão acerca da regulamentação da profissão de educador social no Brasil, apontando-se as fragilidades, como a falta de diretrizes nacionais, que causam repercussão nos municípios enquanto gestores de políticas sociais e que realizam a seleção destes profissionais.

Espera-se que a análise da estruturação e dos conteúdos explícitos e implícitos dos editais possa contribuir com os municípios nos próximos processos seletivos para os cargos de educador social, e até mesmo com a comunidade acadêmica abrindo novas portas para continuidade da discussão sobre o tema.



## REFERÊNCIAS

ABRAPSocial. **Proposta de Substitutivo ao Projeto de Lei Nº 5346/2009**, de autoria do Deputado Federal Chico Lopes (PCdoB/CE). São Paulo, ABRAPSocial, 2012.

ASSOCIAÇÃO DOS EDUCADORES E EDUCADORAS SOCIAIS DO CEARÁ. Disponível em: <<http://aesc.blogspot.com>>. Acesso em: 15 abr. 2012.

ASSOCIAÇÃO DOS EDUCADORES SOCIAIS DE SÃO PAULO. Disponível em: <[www.aeessp.org.br](http://www.aeessp.org.br)>. Acesso em: 15 abr. 2012.

ASSOCIAÇÃO DOS EDUCADORES POPULARES DE PORTO ALEGRE. Disponível em: <<http://aeppa-poa.blogspot.com.br>>. Acesso em: 15 abr. 2012.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia**: um guia para a iniciação científica. 2. ed., ampl. São Paulo: Makron Books, 2000.

BATISTA MACHADO, Aline Maria. O percurso histórico das ONGs no Brasil: perspectivas e desafios no campo da educação popular. **ANAIS: IX Seminário de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil**. Universidade da Paraíba, 2012.

BRASIL. Edital de Concurso nº 155, de 05 de julho de 2013. **Edital de Concurso Público Nº 155/ 2013**. Disponível em: <<http://www.pciconcursos.com.br/concurso/prefeitura-de-sao-jose-dos-pinhais-pr-150-vagas-26572>>. Acesso em: 27 fev. 2014

BRASIL. Edital de Concurso nº 130, de 25 de agosto de 2011. **Concurso Público Nº001/2011**: Edital nº130/2011. Piraquara, PR, 25 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.pciconcursos.com.br/concurso/prefeitura-de-piraquara-pr-142-vagas>>. Acesso em: 27 fev. 2014

BRASIL. Edital de Concurso nº 003, de 13 de março de 2012. **Edital de Concurso Público Nº 003/ 2012**. Pinhais, PR. Disponível em: <<http://www.pciconcursos.com.br/concurso/prefeitura-de-pinhais-pr-25-vagas>>. Acesso em: 27 fev. 2014.

BRASIL. Edital de Concurso nº 001, de 11 de novembro de 2010. **Concurso Público Nº001/2010**: Edital nº001/2010. Piên, PR. Disponível em: <<http://www.pciconcursos.com.br/concurso/prefeitura-de-pien-pr-vagas-ate-7000>>. Acesso em: 27 fev. 2014.

BRASIL. Edital de Concurso nº 01, de 21 de janeiro de 2012. **Edital Nº01/2012**. Paranaguá, PR. Disponível em: <<http://www.pciconcursos.com.br/concurso/prefeitura-de-paranagua-pr-235-vagas>>. Acesso em: 27 fev. 2014.

BRASIL. Edital de Concurso nº 040, de 08 de agosto de 2011. **Edital N°040/2011**. Matinhos, PR. Disponível em: <<http://www.pciconcursos.com.br/concurso/prefeitura-de-matinhos-pr-155-vagas>>. Acesso em: 27 fev. 2014.

BRASIL. Edital de Concurso nº 01, de 01 de janeiro de 2012. **Edital de Abertura de Concurso Público**: Edital nº01/2012 de 01 de fevereiro de 2012. Fazenda Rio Grande, PR. Disponível em: <<http://www.pciconcursos.com.br/concurso/prefeitura-de-fazenda-rio-grande-pr-135-vagas>>. Acesso em: 27 fev. 2014.

BRASIL. Edital de Concurso nº 04, de 03 de maio de 2012. **Edital N°04/2012**. Curitiba, PR. Disponível em: <<http://www.pciconcursos.com.br/concurso/prefeitura-de-curitiba-pr-20-vagas>>. Acesso em: 27 fev. 2014.

BRASIL. Edital de Concurso nº 001, de 13 de dezembro de 2011. **Teste Seletivo N°001/2011**: Edital nº001/2011. Cerro Azul, PR. Disponível em: <<http://www.pciconcursos.com.br/concurso/prefeitura-de-cerro-azul-pr-200-vagas>>. Acesso em: 27 fev. 2014.

BRASIL. Edital de Concurso nº 001, de 15 de dezembro de 2011. **Edital de Concurso Público N°001/2010**. Campo Largo, PR. Disponível em: <<http://www.pciconcursos.com.br/concurso/prefeitura-de-campo-largo-pr-60-vagas>>. Acesso em: 27 fev. 2014

BRASIL. Edital de Concurso nº 017, de 17 de maio de 2010. **Edital N°17/2010 - Smrh**. Araucária, PR. Disponível em: <<http://www.pciconcursos.com.br/concurso/prefeitura-de-araucaria-pr-83-vagas>>. Acesso em: 27 fev. 2014.

BRASIL. Edital de Concurso nº 001, de 30 de outubro de 2011. **Concurso Público N°001/2011**: Edital nº001/2011. Agudos do Sul, PR. Disponível em: <<http://www.pciconcursos.com.br/concurso/prefeitura-de-agudos-do-sul-pr-72-vagas>>. Acesso em: 27 fev. 2014.

BRASIL. Edital de Concurso nº 2, de 22 de novembro de 2007. **Edital de Concurso Público N°1/2007**: Concurso Público nº2/2007. Tijucas do Sul, PR. Disponível em: <<http://www.pciconcursos.com.br/concurso/prefeitura-de-tijucas-do-sul-pr-134-vagas>>. Acesso em: 27 fev. 2014

BRASIL. **Banco Nacional Teses e Dissertações**. Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/>> Acesso em: 12 de fev. 2014

BRASIL. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**. Disponível em: < <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>> Acesso em: 12 de fev. 2014

BRASIL. **Lei nº 9394/1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)> Acessado em 13 de fev. de 2014.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Cadastro Brasileiro de Ocupações**, 2007. Disponível em:<  
<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>  
>. Acesso em: 14 de jun. 2013

BRASIL. Comissão de trabalho, de administração e serviço público. **Substitutivo ao projeto de lei nº 5.346, de 2009**. Regulamenta educação social como profissão. Disponível em:<  
<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=437196>  
>. Acesso em: 14 fev. 2014.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em 14 de fev. 2014.

BRASIL. **Conselho Nacional De Educação Conselho Pleno Resolução(CNE/CP) nº 1**, de 15 de maio de 2006. Disponível em:  
<[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf)>. Acesso em: 14 de fev. de 2014.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Enciclopédia de Pedagogia Universitária**. Glossário. v.2. 2006.

BRASIL. Decreto nº 6629, de 04 de novembro de 2008. **Projovem**. Disponível em:  
<[http://www.mds.gov.br/acesso-a-informacao/legislacao/assistenciasocial/decretos/2008/Decreto no 6629 de 4 de novembro de 2008.pdf](http://www.mds.gov.br/acesso-a-informacao/legislacao/assistenciasocial/decretos/2008/Decreto%20no%206629%20de%204%20de%20novembro%20de%202008.pdf)>. Acesso em: 25 fev. 2014

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social. **Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, 2005**. Disponível em:<  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8742.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm)>. Acesso em: 14 de fev. 2014.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social. **Política Nacional de Assistência Social, 2005**. Disponível em: < <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/assistencia-social/usuario/pnas-politica-nacional-de-assistencia-social-institucional>>. Acesso em: 14 de fev. 2014.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos - NOB RH**, 2006. Disponível em:<  
<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/publicacoes-para-impressao-em-grafica/norma-operacional-basica-de-recursos-humanos-do-suas-nob-rh-suas>>. Acesso em 14 de fev de 2014.

BUJ GIMENO, Álvaro. El Plan de Estudios de la Diplomatura en Educación Social. In: LÓPES HERRERÍAS, José Ángel (coord.) **El educador social: líneas de formación y de actuación**. Madrid, Guillermo Meirecki Editor, 1995.

CABRERA, Débora; DOMINGUES, Simone Ferreira da Silva. As políticas sociais e a educação brasileira: a formação do pedagogo, p. 41-4948. **Revista Dialogos:**

**pesquisa em extensão universitária.** IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio epistemológico. Brasília, v.18, n.1, dez, 2012

CALIMAN, Geraldo. A Pedagogia Social na Itália. In: SILVA, Roberto; SOUZA NETO, João Clemente de; MOURA, Rogério (org.) **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão e Arte Editora, volume 1, 2º ed., 2011.

CALIMAN, Geraldo. **Pedagogia Social: seu potencial crítico e transformador.** Revista de Ciências da Educação. UNISAL, Americana - São Paulo. Ano XII, nº 23, 2º semestre, 2010.

CARIDE, José Antonio. **Las Fronteras de la Pedagogia Social: Perspectivas científica e histórica.** Barcelona: Gedisa Editorial, 2004.

CARO, Sueli Maria Pessagno. Educação Social: uma questão de relações. In: SILVA, Roberto; SOUZA NETO, João Clemente de; MOURA, Rogério (org.) **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão e Arte Editora, volume 1, 2º ed., 2011.  
CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais.** Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

CONSENSO DE WASHINGTON. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2014. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Consenso\\_de\\_Washington&oldid=38093186](http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Consenso_de_Washington&oldid=38093186). Acesso em: 6 fev. 2014

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. A Pedagogia Social e o Adolescente Autor de Ato Infracional. In: SILVA, Roberto; SOUZA NETO, João Clemente de; MOURA, Rogério (org.) **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão e Arte Editora, volume 1, 2º ed., 2011.

COSTA, José Cícero. **Dos concursos públicos e da política de recrutamento de professores do ensino fundamental I, no município de São Paulo.** Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 1999.

COUTINHO, Joana. **As ONGs: origens e (des)caminhos.** Disponível em: [http://www.pucsp.br/neils/downloads/v13\\_14\\_joana.pdf](http://www.pucsp.br/neils/downloads/v13_14_joana.pdf). Acesso em 10 de fevereiro de 2014.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. UNIC, Rio de Janeiro , 2000. Disponível em [http://unicrio.org.br/img/DeclU\\_D\\_HumanosVersoInternet.pdf](http://unicrio.org.br/img/DeclU_D_HumanosVersoInternet.pdf) acesso em: 15 de fev. de 2014.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS, 1995.

ENS, Romilda Teodora; GISI, Maria Lourdes. Políticas Educacionais no Brasil e a Formação de Professores. In: ENS, Romilda Teodora; BEHRENS, Maria Aparecida (org.) **Políticas de Formação do Professor**. Curitiba, Champagnat, Coleção Formação do Professor, volume 4, 2011.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Novos enfoques da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_, **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.

FERREIRA, Maria Elisa de Mattos Pires. O impacto da legislação educacional na formação de professores. IN: AZEVEDO, Cleomar; SOUZA NETO, João Clemente (org.) **A dinâmica da formação do professor e do educador social**. São Paulo: Expressão e Arte editora, 2011.

FREITAS, Luis Carlos. **Projeto Histórico, ciência pedagógica e didática**. Campinas: Educação e Sociedade (27). Cedes, set., p. 122-140, 1987.

GADOTTI, Moacir. **Educação Popular, Educação Social, Educação Comunitária**: Conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. In: ANAIS IV Congresso Internacional de Pedagogia Social, 2012. Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_issuetoc&pid=00000000920120002&lng=en&nrm=iso](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=00000000920120002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 18 jun. 2013.

GARCIA GARRIDO, José Luis. **Los Fundamentos de la educación social**. Madrid, Magistério Español, 1971.

GARRIDO, Noêmia de Carvalho. SILVA, Odair Marques. MATOS, Izalto Junior Conceição Matos. SANTIAGO, Gabriel Lomba (org.) **Desafios e Perspectivas da Educação Social**: um mosaico em construção. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 1º edição, 2010.

GARRIDO, Noêmia de Carvalho, et. al. (Org.) **Pedagogia Social**: Educação e Trabalho na Perspectiva da Pedagogia Social. São Paulo: Expressão e Arte Editora, volume 4, 1º edição, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **Educação Não Formal e Cultura Política**: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. São Paulo: Cortez, 1999.

\_\_\_\_\_. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. **Educação não-formal e o educador social**: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

GRACIANI, Maria Estela Santos. A Pedagogia Social no Trabalho com Crianças e Adolescentes em Situação de Rua. In: SILVA, Roberto; SOUZA NETO, João Clemente de; MOURA, Rogério (Org.) **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão e Arte Editora, volume 1, 2º ed., 2011.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL (IPARDES). Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base\\_fisica/regioes\\_geograficas\\_base\\_2010.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/regioes_geograficas_base_2010.pdf)>. Acesso em: 23 de ago. de 2013.

LANDIM, Leilah. **A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão impossível.** Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Rio de Janeiro, 1993.

LIBÂNEO, João Carlos. **Adeus Professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente.** São Paulo: Cortez, 2007.

LLENA, Asunción; NÚÑEZ, Violeta; TIZIO, Hebe. Aportaciones para reorientar la formación inicial de los educadores sociales según el sistema de EC(T)S en la UB. IN: NÚÑEZ, VIOLETA. **La educación en tiempos de incertidumbre.** Barcelona, Gedisa Editorial, 2002.

LUDKE, Menga; ANDRE, Marli Elisa Dalmaz de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

LUNA, Sergio. O falso conflito entre tendências metodológicas. In: FAZENDA, Ivani. **Metodologia da Pesquisa Educacional.** São Paulo: Cortez, 2001, p. 23-33.

MACHADO, Evelcy Monteiro. A Pedagogia Social: reflexões e diálogos necessários. In: SILVA, Roberto. SOUZA NETO, João Clemente de. MOURA, Rogério (org.) **Pedagogia Social.** São Paulo: Expressão e Arte Editora, vol. 1, 2ª edição, 2011a.

\_\_\_\_\_, Evelcy Monteiro. Pedagogia e a Pedagogia Social: Educação Não Formal. In: **Pedagogia em Debate.** Curitiba: UTP, 2002

\_\_\_\_\_, Evelcy Monteiro. Educação Social e relações com especificidades socioeducativas. **Revista Diálogos.** Brasília, v. 18, n.1, dez, 2012, p.66-73.

\_\_\_\_\_, Evelcy Monteiro; MACHADO, Larissa Monteiro. O campo de trabalho do educador social escolar e não escolar na organização da Pedagogia Social no Brasil. In: **ANAIS ANPAE**, 2011b. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0181.pdf>> Acesso em: 25 de fev. de 2014.

\_\_\_\_\_, Evelcy Monteiro; SOUZA, Luciana Carolina Cleto. O que se pesquisa sobre Pedagogia Social no Brasil? Teses e dissertações de 1990 a 2011. In: **ANAIS XI Educere**, 2013. Disponível em: <[http://educere.bruc.com.br/ANAIS2013/pdf/9115\\_7017.pdf](http://educere.bruc.com.br/ANAIS2013/pdf/9115_7017.pdf)>. Acesso em 25 de fev. de 2014.

MAIA, Marcio Barbosa; QUEIROZ, Ronaldo Pinheiro de. **O regime jurídico do concurso público e o seu controle jurisdicional.** São Paulo: Saraiva, 2007.

MASCULO, José Cassio. **Concurso de professores de história da rede pública frente às práticas e ao conhecimento histórico.** São Paulo 1970-1998. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2002.

MERINO FERNÁNDEZ, José Vicente. Líneas de la formación del educador en algunos países de Europa. In: LÓPES HERRERÍAS, José Ángel (coord.) **EI**

**educador social:** líneas de formación y de actuación. Madrid, Guilherme Meirecki Editor, 1995.

MOLINA, José Garcia (Org.) Educación Social: ¿Profesión educativa o empleo social? In: **De Nuevo, la educación social**. Madrid: Dykinson, 2003, p.15-40.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social:** crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

MOSQUERA, Juan José Mouriño; STOBÄUS, Claus Dieter. Educação social: presente e perspectivas. **Revista da ADPPUCRS**, Porto Alegre, 3, p. 85–92, dez. 2002.

MUÑOZ SEDANO, Antonio. Prácticum de la diplomatura de Educación Social - Facultad de Educación - C.F.P.- De la universidad Complutense - INFORME. In: LÓPEZ HERRERÍAS, José Ángel (coord.) **El educador social: líneas de formación y de actuación**. Madrid, Guilherme Meirecki Editor, 1995.

NAVES, Rubens. Novas possibilidades para o exercício da cidadania. In: PINSKY, Jaime e PINSKY, Carla B. (orgs.). **História da cidadania**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2005.

NOGUEIRA, Marco Antônio. Um Estado para a sociedade civil. In: RICO, de M. e R., R. (Orgs.). **Gestão social:** uma questão em debate. São Paulo: EDUC; IEE, 1999. NÚÑES, Violeta; PLANAS MASSADENA, Teresa. La educación social especializada. História y perspectivas: una propuesta metodológica. In: PETRUS, Antonio. (org.). **Pedagogia Social**. Espanha: Ariel Educación, 1997.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de; MOTA NETO, João Colares da; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. A presença de Paulo Freire nos grupos de pesquisa do CNPq. **Revista e-curriculum**, São Paulo, v.7 n.3 DEZEMBRO 2011.

PCI Concursos. Disponível em: < <http://www.pciconcursos.com.br/concursos/pr/>>. Acesso em: 24 de ago. 2013

PEREIRA, Antonio. A educação não formal e educação social na ordem do dia: entre conflitos e possibilidades educativas. In: **Revista Metáfora Educacional** (ISSN 1809-2705) – versão *on-line*, n. 15 (jul. – dez. 2013), Feira de Santana – Bahia (Brasil), dez./2013. p. 129-148. Disponível em: <<http://www.valdeci.bio.br/revista.html>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2014.

PETRUS, Antonio. (org.). **Pedagogia Social**. Espanha: Ariel Educación, 1997.

QUINTANA CABAÑAS, José Maria. Antecedentes históricos de la educación social. In: PETRUS, Antonio. (org.). **Pedagogia Social**. Espanha: Ariel, 1997. p. 68 – 91.

\_\_\_\_\_. **Educación Social:** antología de textos clásicos. Madrid: Narcea. 1994.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia Social**. Madrid: Dykinson, 1988.

RIBAS MACHADO, Erico. **A constituição da Pedagogia Social na realidade educacional brasileira**. Dissertação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

SÁEZ , Juan Carreras; G. MOLINA, José Garcia. **Pedagogía Social: pensar la Educación Social como profesión**. Madrid, Alianza Editorial, 2006.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 21<sup>o</sup> edição. rev. ampl. São Paulo, Cortez, 2000.

SILVA, Roberto. et. al (org.) **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão e Arte Editora, volume 1, 2<sup>o</sup> edição, 2011(a).

SILVA, Roberto. et. al (org.) **Pedagogia Social: Contribuições para uma Teoria Geral da Educação Social**. São Paulo: Expressão e Arte Editora, volume 2, 1<sup>o</sup> edição, 2011(b).

SILVA, Roberto. et. al. (org.) Pedagogia Social como nova área de concentração. In: SILVA, Rogério. NETO, João Clemente de Souza. MOURA, Rogério (org.) **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão e Arte Editora, volume 1, 2<sup>o</sup> edição, 2011(c)

SOUZA NETO, João Clemente. A mediação da práxis na formação do educador social. In: AZEVEDO, Cleomar; NETO, João Clemente de Souza (org.). **A dinâmica da formação do professor e do educador social**. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2011, p.53-86.

THERBORN, Göran. A crise e o futuro do capitalismo. In: GENTILI, P. e SADER, E. **Pós – neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995. p. 39 – 62.

TRILLA, Jaume. **La educación fuera de la escuela**. Barcelona: Ariel.1996.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo S. **Introdução à pesquisa social: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2002.



**APÊNDICES**

APÊNDICE 1 - MÉDIA DE SALÁRIO INICIAL PARA O CARGO DE EDUCADOR SOCIAL NO ESTADO DO PARANÁ NOS EDITAIS DE CONCURSO .....	122
APÊNDICE 2 - DISTRIBUIÇÃO DOS CONTEÚDOS ESPECÍFICOS VINCULADOS À PEDAGOGIA SOCIAL EXIGIDOS PELOS CONCURSOS POR EDITAL DA RMC (2007-2013).....	124
APÊNDICE 3 - ATRIBUIÇÕES PARA O CARGO DE EDUCADOR SOCIAL NOS EDITAIS DE CONCURSO POR MUNICÍPIO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA.....	126
APÊNDICE 4 - EDITAIS DE CONCURSO PARA EDUCADOR SOCIAL DA RMC (2007-2013): SÍNTESE.....	136

APÊNDICE 1 - MÉDIA DE SALÁRIO INICIAL PARA O CARGO DE EDUCADOR SOCIAL NO ESTADO DO PARANÁ NOS EDITAIS DE CONCURSO

Ano	Região	Salário mínimo nacional	Faixa Salarial dos concursos	Total de Concursos	Média de salário	Formação mínima exigida
2006	Norte Central	R\$ 350,00	R\$ 1.213,51	1	3,4	Superior Artes Cênicas ou Superior em Educação Artística
2007	Metropolitana de Curitiba	R\$ 380,00	R\$ 750,00	1	1,9	Nível Médio
2009	Sudoeste	R\$ 465,00	R\$ 854,75	1	1,8	Nível Médio
2009	Sudoeste	R\$ 465,00	R\$ 934,31	1	2	Nível Médio
					2	Graduação Licenciatura Plena ou Graduação em Ciências Humanas ou outros cursos superiores
2010	Metropolitana de Curitiba	R\$ 510,00	R\$ 890,00	1	1,7	Nível Médio
2010	Metropolitana de Curitiba	R\$ 510,00	R\$ 1.063,00	1	2	Nível Médio Habilitação Magistério
2010	Metropolitana de Curitiba	R\$ 510,00	R\$ 1.106,52	1	2,1	Nível Médio Habilitação Magistério
2010	Metropolitana de Curitiba	R\$ 510,00	R\$ 1.063,00	1	2	Superior Pedagogia ou Normal Superior
2010	Centro Oriental	R\$ 510,00	R\$ 743,70	1	1,4	Nível Médio
2011	Norte Central	R\$ 545,00	R\$ 725,83	1	1,3	Nível Médio Habilitação Magistério
2011	Norte Central	R\$ 545,00	R\$ 791,44	1	1,4	Superior Pedagogia ou Normal Superior
2011	Norte Central	R\$ 545,00	R\$ 833,58	1	1,5	Superior Pedagogia ou Normal Superior
2011	Norte Central	R\$ 545,00	R\$ 891,47	1	1,6	Superior Pedagogia ou Normal Superior
2011	Norte Pioneiro	R\$ 545,00	R\$ 825,00	1	1,5	Nível Médio
2011	Oeste	R\$ 545,00	R\$ 700	1	1,2	Nível Médio
2011	Oeste	R\$ 545,00	R\$ 1.274,62	1	2,3	Nível Médio

**Cont.**

<b>Ano</b>	<b>Região</b>	<b>Salário mínimo nacional</b>	<b>Faixa Salarial dos concursos</b>	<b>Total de Concursos</b>	<b>Média de salário</b>	<b>Formação mínima exigida</b> <b>Cont.</b>
2011	Centro Oriental	R\$ 545,00	R\$ 592,00	1	1	Nível Médio
2011	Centro Oriental	R\$ 545,00	R\$ 765,73	1	1,4	Nível Médio
2011	Metropolitana de Curitiba	R\$ 545,00	R\$ 571,89	1	1	Nível Médio
2011	Metropolitana de Curitiba	R\$ 545,00	R\$ 757,80	1	1,3	Nível Médio
2011	Metropolitana de Curitiba	R\$ 545,00	R\$ 800,00	1	1,4	Nível Médio
2011	Sudoeste	R\$ 545,00	R\$ 1.668,54	1	3	Superior em Pedagogia
2012	Noroeste	R\$ 622,00	R\$ 889,37	1	1,4	Nível Médio
2012	Noroeste	R\$ 622,00	R\$ 1.167,00	1	1,8	Nível Médio
					1,8	Superior em Pedagogia ou Normal Superior
2012	Norte Central	R\$ 622,00	R\$ 787,19	1	1,2	Nível Médio Habilitação Magistério
2012	Oeste	R\$ 622,00	R\$ 1.116,59	1	1,7	Nível Médio
2012	Centro Oriental	R\$ 622,00	R\$ 938,34	1	1,5	Fundamental Completo
2012	Centro Sul	R\$ 622,00	R\$ 1.270,09	1	2	Nível Médio
2012	Metropolitana de Curitiba	R\$ 622,00	R\$ 659,45	1	1	Nível Médio
2012	Metropolitana de Curitiba	R\$ 622,00	R\$ 764,90	1	1,2	Nível Médio
2012	Metropolitana de Curitiba	R\$ 622,00	R\$ 906,61	1	1,4	Nível Médio
2012	Metropolitana de Curitiba	R\$ 622,00	R\$ 1.217,17	1	1,9	Nível Médio
2012	Metropolitana de Curitiba	R\$ 622,00	R\$ 1.347,69	1	2,1	Nível Médio
2012	Sudoeste	R\$ 622,00	R\$ 787,19	1	1,2	Nível Médio
2013	Norte Central	R\$ 678,00	R\$ 780,00	1	1,1	Nível Médio Habilitação Magistério
2013	Metropolitana de Curitiba	R\$ 678,00	R\$ 1.663,59	1	2,4	Nível Médio Habilitação Magistério ou Superior em Pedagogia
2013	Centro Oriental	R\$ 678,00	R\$ 937,50	1	1,3	Nível Médio

APÊNDICE 2 - DISTRIBUIÇÃO DOS CONTEÚDOS ESPECÍFICOS VINCULADOS À PEDAGOGIA SOCIAL EXIGIDOS PELOS CONCURSOS POR EDITAL DA RMC (2007-2013)

Editais	Edital 1	Edital 2	Edital 3	Edital 4	Edital 5	Edital 6	Edital 7	Edital 8	Edital 9	Edital 10	Edital 11	Edital 12	Edital 13	Total
Conteúdos exigidos pelo edital														
Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/90) - ECA	1		1	1	1	1	1	1	1		1	1	1	11
Lei Orgânica da Assistência Social (Lei n.º 8742/93) - LOAS		1		1		1	1				1	1		6
Política Nacional de Assistência Social - PNAS / 2004		1	1					1			1		1	5
Sistema Único de Assistência Social - SUAS		1												1
Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto Juvenil		1	1										1	3
Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária		1									1			2
Sistema Nacional de Atendimento Sócio educativo - SINASE		1	1								1		1	4
Estatuto do Idoso (Lei n.º 10741/03)		1	1	1		1	1	1			1	1		8
Lei Maria da Penha (Lei n.º 11340)		1	1					1			1			4
Declaração Universal dos Direitos Humanos		1	1						1		1		1	5
Declaração Universal dos Direitos das Crianças (UNICEF)		1	1						1				1	4
Pedagogia do Oprimido		1	1						1				1	4
Protagonismo Juvenil		1	1											2
Política Nacional para integração da pessoa portadora de deficiência (Lei n.º 7853/89 - Decreto n.º 3298/99)		1		1		1	1							4
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e suas alterações		1												1
História Social da Criança e da Família				1		1	1							3
História dos movimentos sociais e da mobilização social				1		1	1							3
Exclusão social				1		1	1							3
Doutrina da Proteção Integral à Criança e ao Adolescente (CF/88 artigos 227 e 228)				1		1	1							3
Conselho de direitos				1		1	1							3
Conselho Tutelar				1		1	1							3
Política Nacional para pessoas em situação de rua (Decreto n.º 7053/09)				1		1	1	1			1			5
Ato infracional e suas vicissitudes				1		1	1							3
Álcool, drogas, tabagismo e redução de danos				1		1	1							3
Política Nacional do Idoso (Lei n.º 8842/94 - Decreto n.º 1942/ 96)				1		1	1							3 <b>Cont.</b>

<b>Editais</b>	<b>Edital 1</b>	<b>Edital 2</b>	<b>Edital 3</b>	<b>Edital 4</b>	<b>Edital 5</b>	<b>Edital 6</b>	<b>Edital 7</b>	<b>Edital 8</b>	<b>Edital 9</b>	<b>Edital 10</b>	<b>Edital 11</b>	<b>Edital 12</b>	<b>Edital 13</b>	<b>Total Cont.</b>
Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais - Resolução nº109/2009 - Conselho Nacional Assistência Social								1						1
Normativas internacionais para a proteção de jovens privados de liberdade e para a administração da justiça da infância e da juventude (ONU - UNICEF)									1					1
Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS											1			1
Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes											1			1
Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil											1			1
Estatuto da Pessoa com Deficiência (Decreto nº3298/99)											1			1
Relações Humanas			1										1	1
Processos do desenvolvimento infantil: aspectos físicos, afetivo, cognitivo e social					1									1
Importância do brincar no processo ensino/aprendizagem					1									1
Resoluções de situações de problemas vinculados ao processo de ensino/aprendizagem					1									1
Visão de trabalho em equipe					1									1
ética profissional					1	1	1					1		4
Teorias de Aprendizagem / Desenvolvimento Humano		1												1
A educação nos dias atuais						1	1							2
Noções básicas sobre as relações humanas									1					1
Fundamentos para a educação de jovens									1					1
Normas básicas de segurança em unidades sócio-educativas									1					1
Levantamento de dados para pesquisa social												1		1
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>15</b>	<b>11</b>	<b>14</b>	<b>6</b>	<b>16</b>	<b>15</b>	<b>6</b>	<b>8</b>		<b>13</b>	<b>5</b>	<b>8</b>	<b>-----</b>

Fonte: Editais de concurso da Região Metropolitana de Curitiba - 2006 a 2013

### APÊNDICE 3 - ATRIBUIÇÕES PARA O CARGO DE EDUCADOR SOCIAL NOS EDITAIS DE CONCURSO POR MUNICÍPIO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

#### Edital 1 - Atribuições do educador social município: Tijucas do Sul

Executar, sob supervisão técnica, atividades sócio-educativas e administrativas nos projetos, programas e nas atividades de Proteção Social Básica às pessoas que mantém vínculo com a família e a comunidade, incluindo ações sócio-educativas de convivência, promoção social, atendimento com recursos emergenciais e de geração de trabalho e renda.

FONTE: BRASIL (2007)

#### Edital 2 - Atribuições do educador social município: Araucária

Descrição sumária	Descrição detalhada
<p>Visam garantir a atenção, defesa e proteção a pessoas em situações de vulnerabilidade, risco pessoal e social, que possuem vínculos familiares, de baixa e média complexidade, mas também aquelas pessoas que se encontram com vínculos familiares e sociais comprometidos e/ou rompidos, casos e situações de alta complexidade. Procuram assegurar seus direitos, abordando-as, sensibilizando-as, identificando suas necessidades e demandas, desenvolvendo atividade de resgate, inserção e re-inserção social, sob uma supervisão técnica.</p>	<p>Possibilitar a garantia de acesso dos usuários aos seus direitos: identificar direito violado; orientar assistidos/usuários e familiares; encaminhar assistidos/usuários e/ou familiares a rede de serviços sócio assistenciais; denunciar situação de risco; solicitar resgate de assistidos/usuários; resgatar assistidos/usuários; acompanhar assistidos/usuários a atendimentos; abordar assistidos/usuários: através de visitas domiciliares, verificação de denúncias, receber pedido de ajuda da família; acolher as demandas espontâneas; atender solicitações das demandas; percorrer o perímetro do território de abrangência aonde estiver alocado; identificar demandas ativas e reprimidas; realizar trabalhos de sensibilização dos usuários: criando vínculos, trabalho de conscientização de riscos sociais; estimular nos usuários desejo de mudança de vida; aconselhar resgatar autoestima; despertar aptidões e habilidades; desenvolver as atividades em conjunto e/ou com a supervisão da equipe técnica multidisciplinar; contribuir na organização de reuniões e atividades grupais coletivas e sócio-educativas; convidar usuários para participar de atividade socioeducativa; acompanhar reuniões socioeducativas; desenvolver dinâmica de grupo; construir hábitos; sugerir mudanças de comportamento; desenvolver oficinas; realizar atividades artísticas; realizar atividades de lazer e cultura (externas); realizar atividades voltadas para a espiritualidade; realizar atividades recreativas e esportivas; realizar atividades pedagógicas lúdicas; realizar acompanhamento pedagógico; planejar trabalho em conjunto com a equipe multidisciplinar; definir objetivos, metas, metodologia de trabalho, estratégias de atuação, cronograma, pautando-se pelas ações e planejamentos elaborados para o equipamento em que estiver lotado e da equipe multidisciplinar local; mapear áreas e definir público-alvo, organizar roteiro de visitas, planejar eventos, ações estas decididas em conjunto com a equipe de acordo com o perfil e as demandas dos usuários, pautando-se suas ações segundo as necessidades do público-alvo e das necessidades apresentadas pelas demandas locais, segundo as diretrizes da Política da Assistência Social e implementação do Sistema Único de Assistência Social; avaliar processo de trabalho: analisar resultados, avaliar ações; contribuir na análise de casos, na avaliação e acompanhamento da reinserção dos usuários e núcleo familiar e na troca de experiências junto a equipe multidisciplinar; realizar acolhida qualificada dos usuários nos equipamentos públicos em que estiverem lotados; elaborar relatórios de atendimento e acompanhamento; realizar cadastramento dos usuários; preencher documentos; encaminhar documentação oficial; contribuir no fluxo de informações junto aos usuários e comunidades; contribuir na mobilização destes nas atividades grupais e reuniões junto aos usuários/comunidade e Rede Sócio Assistência Local; agendar visitas; organizar rotinas administrativas; realizar devolutivas referente a solicitações internas e externas; divulgar junto aos usuários as atividades desenvolvidas nos equipamentos em que estiverem atuando e da Rede Sócio Assistencial quando pertinente; demonstrar competências pessoais: trabalhar em equipe; servir de exemplo; inspirar confiança; buscar identificação e empatia; despertar esperança; exercitar atividade de escuta qualificada; agir sob pressão; demonstrar capacidade de compreensão; contornar situações adversas; demonstrar entusiasmo; respeitar diferenças ;</p>

cont.

<b>Edital 2 - Atribuições do educador social município: Araucária</b>	
<b>Descrição sumária</b>	<b>Descrição detalhada</b>
	<p><b>Cont.</b></p> <p>demonstrar criatividade; assumir riscos; demonstrar coragem; demonstrar persistência; tomar decisões; demonstrar facilidade de comunicação; administrar conflitos; demonstrar autocontrole; demonstrar capacidade de negociação; permanecer em estado de alerta; realizar cadastramento e acolhimento de usuários de forma qualificada nos equipamentos públicos e/ou programas em que estiver inserido: identificando-as, realizando a pré-triagem e os caminhos necessários; prestar informações e orientações à comunidade; orientar os usuários quanto a sua cidadania, pontuando os seus direitos e deveres, motivando-as a transformar a sua condição social, informando sobre a rede de atendimento social; proporcionar atividades socioeducativas aos usuários quanto a cuidados pessoais, alimentação das crianças, adolescentes, adultos e idosos incentivando a aquisição de hábitos saudáveis, buscando apoio dos profissionais da rede sócio assistencial, sob supervisão técnica; relatar as atividades desenvolvidas e/ou ocorrências verificadas, efetuando registros relativos aos atendimentos; acompanhar crianças, adolescentes, adultos, idosos e portadores de necessidades especiais, quando necessário nos equipamentos públicos; contribuir no acompanhamento escolar dos usuários inseridos nos serviços e programas da assistência social; realizar acompanhamento sobre o desenvolvimentos de adolescentes inseridos em programas voltados a este público tais como: inserção no mercado de trabalho; cursos de qualificação profissional; estágios; bem como nos cumprimentos de medidas socioeducativas em meio aberto (orientador); efetuar registros de dados inerentes a estes temas; utilizar e articular, sob supervisão técnica, os recursos comunitários propondo, organizando e acompanhando atividades educativas, recreativas e/ou culturais; acompanhar atividades socioeducativas pertinentes à programação do equipamento público e/ou programa em que estiver lotado; operacionalizar, sob orientação técnica, tarefas em projetos e programas sociais; auxiliar os profissionais técnicos na condução de tarefas sociais, promovendo encontros e reuniões de trabalho com a comunidade; assistir a equipe técnica no levantamento de dados e informações para a elaboração de planos e programas de trabalho social; acompanhar a implantação de novos projetos na comunidade, auxiliando na elaboração de material didático e prestando informações, quando necessário, segundo diretrizes da Política de Assistência Social; coletar informações, dados para pesquisas, diagnósticos, para e fundamentação das ações da equipe multidisciplinar, auxiliar na tabulação, conforme orientação do coordenador da pesquisa; participar de interação com a equipe interdisciplinar, por meio de grupos de estudo, cursos de capacitação ou reuniões, quando solicitado; manter atualizada a documentação referente ao programa(s)/equipamento(s) público(s) em que estiver inserido; realimentar os registros sob sua responsabilidade; participar de comissões, grupos de trabalho quando solicitado; cumprir orientações e atividades administrativas, pertinentes a função; acompanhar a programação dos cursos e demais atividades de Capacitação e Geração de Renda, sob supervisão técnica do Coordenador do Programa; divulgar os cursos e oficinas, observando diretrizes e prazos estabelecidos pelos equipamentos públicos/programas e projetos em que estiver atuando este profissional; realizar as inscrições dos cursos de profissionalização e demais procedimentos necessários ao cumprimento das normas institucionais; solicitar, receber, conferir, controlar e otimizar a utilização dos materiais permanentes e de consumo nas unidades, quando necessário; estabelecer contato com lideranças do entorno, conforme orientação técnica, para a divulgação dos serviços e/ou possíveis parcerias; cuidar, controlar o uso adequado dos bens patrimoniais das unidades em que estiver lotado; sugerir parcerias que oportunizem aos usuários a utilização das práticas e dos conhecimentos adquiridos nos cursos, participando dos eventos sempre que necessário; mobilizar e acompanhar os usuários nos eventos de encerramento coletivo; realizar a abordagem da população de/na rua em situação de risco social; acompanhar o técnico em atendimento a vitimizados em domicílios; estabelecer diálogos e triagem inicial das situações, criando vínculos com a população alvo, visando a inserção na rede de atendimento social;</p> <p><b>cont.</b></p>

<b>Edital 2 - Atribuições do educador social município: Araucária</b>	
<b>Descrição sumária</b>	<b>Descrição detalhada</b>
	realizar a pré-triagem, registrando e encaminhando as pessoas para o atendimento básico de cuidados pessoais, higienização, atendimento de saúde (médico e odontológico), albergagem, alimentação e triagem social; acionar os órgãos competentes, em conjunto com o técnico, no caso de contenção das pessoas atendidas e dar os encaminhamentos necessários; observar rigorosamente a população atendida e na suspeita de porte de objetos estranhos à rotina do atendimento social (armas, drogas, etc.), em conjunto com o técnico, acionar os órgãos competentes; acompanhar as pessoas encaminhadas para recâmbio a outros Municípios e Estados quando necessário; realizar o retorno domiciliar/familiar, quando necessário; acompanhar o usuário em visitas à familiares, visando aproximação e resgate de vínculos comprometidos ou rompidos, sob supervisão técnica; desempenhar outras tarefas correlatas aos equipamentos sociais/projetos e programas relacionados tanto na proteção básica, como na proteção especial.

FONTE: BRASIL (2010)

<b>Edital 3 - Atribuições do educador social município: Piên</b>
Exercer atividades sociais de apoio, cuidando de crianças e adolescentes em atendimento às necessidades das unidades sociais do município, atendimento aos idosos, e no apoio aos programas sociais, inclusive nos locais de população carente, bem como servindo lanches, merendas e refeições, limpando e arrumando as dependências da área de trabalho.

FONTE: BRASIL (2010)

<b>Edital 4 - Atribuições do educador social município: Matinhos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Planejar e realizar oficinas de artes manuais e terapêuticas com as crianças e os adolescentes;</li> <li>- planejar e realizar oficinas de artes manuais e terapêuticas com os cuidadores dos usuários;</li> <li>- produzir relatórios semanais sobre as oficinas realizadas, evidenciando o comportamento dos usuários durante as mesmas;</li> <li>- auxiliar na coordenação de grupos com os usuários e as famílias dos mesmos;</li> <li>- planejar e proferir palestras de prevenção da violência contra crianças e adolescentes para os alunos das escolas do município;</li> <li>- produzir relatórios sobre as palestras nas escolas e, sempre que solicitados, fazer intervenções pontuais junto aos alunos que demonstrarem algum indício de estar sofrendo alguma forma de violência;</li> <li>- encaminhar as demandas advindas das palestras para a rede de serviços do sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente;</li> <li>- fazer o acompanhamento permanente dos casos atendidos junto à rede de serviços;</li> <li>- produzir dados estatísticos das atividades realizadas sempre que solicitados;</li> <li>- organizar as feiras de artesanato com os produtos confeccionados pelos usuários do Serviço durante as oficinas de artes manuais;</li> <li>- confeccionar materiais de divulgação para as palestras e campanhas de prevenção realizadas pelo Serviço;</li> <li>- elaborar planos terapêuticos em conjunto com os psicólogos e a assistente social;</li> <li>- realizar estudos de casos junto à equipe técnica do Serviço;</li> <li>- desenvolver projetos e viabilizar ações para o fortalecimento da rede de garantia dos direitos da criança e do adolescente do município;</li> <li>- promover o fortalecimento das famílias, das crianças e dos adolescentes atendidos a fim de que haja um rompimento do ciclo de violências que, geralmente, se perpetua por várias gerações familiares; <ul style="list-style-type: none"> <li>- elaborar junto à equipe técnica ações de prevenção de violências contra as crianças e adolescentes;</li> </ul> </li> </ul>

**Cont.**



**Edital 4 - Atribuições do educador social município: Matinhos****Cont.**

- elaborar formas de capacitar os profissionais da rede de garantia dos direitos das crianças e adolescentes (Saúde, Educação, Cultura, Desenvolvimento Social, Esportes), incentivando a denúncia/revelação dos casos de violência e fortalecendo o acolhimento;
- encaminhar os usuários do Serviço para outros serviços em funcionamento no município;
- manter comunicação ativa com demais Programas e Projetos da Rede de Serviços, informando, divulgando e/ou solicitando informações pertinentes ao Serviço;
- promover ações junto a Rede de Serviços do município que incentivem o protagonismo juvenil;
- participar ativamente de todas as ações internas ou externas realizadas pelo Serviço;
- participar de cursos de capacitação continuada para um atendimento mais especializado;
- participar ativamente dos projetos e ações que envolvem toda a Secretaria de Assistência Social;
- seguir atentamente as Normas e Diretrizes do CREAS, dentro e fora da instituição;
- realizar as demais funções compatíveis com o cargo em conformidade com as Normas e Diretrizes do CREAS;
- tomar conhecimento de eventuais ocorrências do plantão anterior;
- auxiliar nas tarefas escolares;
- fazer reforço escolar conforme necessidade de cada criança com relação às matérias com as quais as crianças têm maior dificuldade;
- monitorar lazer e recreação;
- substituir eventuais ausências;
- estar atento ao compromisso das crianças com relação a outras instituições como APAE, CREAS, SAPS MÉDICO, DENTISTA etc.
- fazer orientação das crianças com relação a assuntos que vem de encontro com seu dia a dia tanto dentro da casa como no convívio comunitário;
- reforçar através de atividades de socialização o bom convívio entre as crianças na Casa, a auto-estima, individualidade etc.
- auxiliar nas compras dos materiais necessários para o funcionamento do Programa, realizando os orçamentos dos materiais;
- encaminhar os usuários do Programa Casa de Passagem para outros serviços em funcionamento no município;
- participar ativamente dos projetos e ações que envolvem toda a Secretaria de Assistência Social;
- atuar nas unidades de atendimento às crianças, adolescentes e famílias carentes dos Programas de Assistência Social;
- enriquecer e ampliar o universo de conhecimentos da criança, do adolescente e das famílias, por meio de atividades sócio educativas, culturais, lúdicas, artísticas, de lazer, orientando sobre habilidades para a vida que favoreçam a sociabilidade;
- apoiar a criança, o adolescente e a família em seu processo de desenvolvimento e promoção social, fortalecendo a sua autoestima e estreitando os laços comunitários e familiares;
- desenvolver atividades de educação para a cidadania e direitos humanos, educação ambiental e educação para a saúde, proporcionando o acesso a informações sobre o risco do trabalho precoce, sexualidade, gravidez na adolescência, malefícios do uso de drogas, DST, AIDS, entre outros temas.
- executar outras tarefas compatíveis com a natureza do cargo.

FONTE: BRASIL (2011)

**Edital 5 - Atribuições do educador social município: Piraquara**

Elaborar cuidados básicos com alimentação, higiene e proteção; Proceder a organização do ambiente ( espaço físico e atividades adequadas ao grau de desenvolvimento de cada criança ou adolescente); Auxiliar à criança e ao adolescente para lidar com sua história de vida, fortalecimento da autoestima e construção da identidade; Proceder a organização de fotografias e registros sobre o desenvolvimento de cada criança e/ou adolescente, de modo a preservar sua história de vida; Proceder o acompanhamento nos serviços de saúde, escola e outros serviços requeridos no cotidiano; Apoiar na preparação da criança e/ou adolescente para o desligamento, sendo para tanto orientado e supervisionado por um profissional de nível superior; Realizar outras ações e atividades a serem definidas de acordo com as prioridades locais.

FONTE: BRASIL (2011)

**Edital 6 - Atribuições do educador social município: Agudos do Sul**

- Realizar acompanhamento familiar, através de visitas domiciliares ou institucionais, sob supervisão da equipe técnica, levantando dados e fornecendo orientação adequada;
- Identificar pessoas em situação de rua e na rua de diversas faixas etárias, observando-as como potenciais usuários a serem atendidos por programas sociais;
- Realizar abordagem de rua e cadastrar a população em situação de rua, observando o cotidiano destes indivíduos e famílias para o conhecimento da realidade, o levantamento de informações e estabelecendo vínculos, para os encaminhamentos necessários;
- Acompanhar albergados nas atividades de rotina e em atividades extras;
- Zelar pela segurança individual e coletiva, no âmbito do CREAS;
- Acompanhar orientar e desenvolver atividades junto aos usuários, nas entidades parceiras;
- Desenvolver atividades de atendimento a adultos na unidade quanto à entrada, adaptação e saída, alimentação, higiene cuidados básicos de limpeza, repouso, atividades lúdicas e pedagógicas;
- Manter a execução das ações com os albergados, em termos de convívio social e condições de espaço físico, orientando-os quanto à conservação da higiene de uso coletivo: quartos, banheiros, cozinha e demais dependências internas e externas do CREAS;
- Participar de reuniões técnicas e/ou administrativas, treinamentos e encontros de capacitação profissional internos e externos, sempre que convocado;
- Integrar-se com a equipe técnica, contribuindo com dados e informações relativas ao trabalho, solicitando subsídios teóricos práticos, quando necessários;
- Manter atualizado o arquivo de documentação, registrando dados e informações, coletados nas entrevistas;
- Elaborar relatórios quantitativos de suas atividades, a partir dos planos e projetos elaborados pela equipe técnica;
- Comunicar aos técnicos responsáveis pelos Programas, qualquer irregularidade, repassando informações que subsidiem ações profissionais qualificadas na garantia do direito à população atendida;
- Seguir orientações do técnico responsável sobre a conduta ética no atendimento da população;
- Elaborar, em conjunto com a equipe técnica, o Plano de Trabalho anual, bem como executá-lo sob supervisão do técnico responsável;
- Acompanhar pessoas até seu local de embarque, em casos específicos;
- Realizar palestras educativas para discussão de temas de interesses dos usuários e outros para a formação humana dos mesmos;
- Respeitar o sigilo profissional a fim de proteger, por meio da confidencialidade, a intimidade das pessoas, grupos ou organizações, a que tenha acesso no exercício profissional; e
- Desempenhar outras atividades compatíveis com a função e determinadas pela Coordenação ou pela Secretaria Municipal de Promoção Social.

FONTE: BRASIL (2011)

**Edital 7 - Atribuições do educador social município: Cerro Azul**

Não apresenta a descrição das atribuições do cargo

FONTE: BRASIL (2011)

**Edital 8 - Atribuições do educador social município: Campo Largo**

Executar, sob supervisão técnica, atividades sócio-educativas e administrativas nos programas e nas atividades de Proteção Social Básica às pessoas que mantêm vínculo com a família e comunidade, incluindo ações sócio-educativas de convivência, promoção social, atendimento com recursos emergenciais e de geração de trabalho e renda e nos programas e nas atividades desenvolvidas pela Proteção Social Especial de Média Complexidade com atendimento às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos e Proteção Social Especial de Alta Complexidade onde as famílias e indivíduos se encontram sem referência e/ou em situação de risco, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário, atendendo o público de crianças, adolescentes, idosos, mulheres, pessoas com deficiência, população de rua e quem mais necessitar dos atendimentos sociais. Para o cargo de educador social, os candidatos aprovados e convocados para exercer suas atividades deverão ter disponibilidade para desenvolver as atividades tanto em período diurno como noturno, em regime de escalas e plantão, conforme as necessidades da Secretaria de Assistência Social.

FONTE: BRASIL (2010)

**Edital 9 - Atribuições do educador social município: Paranaguá**

Trabalhar com crianças, atuar no acompanhamento das crianças em todo seu cotidiano, pesquisar e elaborar atividades de acordo com as necessidades dos educandos e com as faixas etárias e outras atividades referentes ao cargo, atuar na área da educação social com foco em alunos, com o objetivo de adquirir novas experiências profissionais e contribuir de maneira eficaz para a Instituição oportuna, educadora. Cuido das crianças de 0 a 18 anos, acompanho ao médico escolas, terapias ocupacionais, banho, higiene (escovação dental, banhos, etc), deveres de escolas, acompanho em internações hospitalares, mantenho o ambiente onde elas moram limpo e organizado, cozinho na falta da cozinha, faço artesanato, crochê, bordados (meninas), jogos e outros tipos de diversões para meninos e meninas.

FONTE: BRASIL (2012)

**Edital 10 - Atribuições do educador social município: Fazenda Rio Grande**

Descrição Sintética	Descrição Detalhada
<p>Executar sob a supervisão técnica, atividades sócio-educativas e administrativas nos programas e nas atividades de Proteção Social Básica às pessoas que mantém vínculo com a família e a comunidade, incluindo ações sócio-educativas de convivência, promoção social, atendimento com recursos emergenciais e de geração de trabalho e renda e nos programas e nas atividades desenvolvidas pela Proteção Social Especial de Média Complexidade com atendimento às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos e Social Especial de Alta Complexidade onde as famílias e indivíduos se encontram sem referência e/ou em situação de risco, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário; realização de abordagem de rua a pessoas de todas as faixas etárias, com objetivo de contribuir para os encaminhamentos necessários seguindo as diretrizes da política nacional de assistência social.</p>	<p>Recepcionar a população, identificando-a, realizando a pré-triagem e os encaminhamentos necessários; realizar o cadastramento da população, identificando-a, realizando a pré-triagem e os encaminhamentos necessários; prestar informações e orientações à comunidade; orientar as pessoas quanto aos seus direitos e deveres, motivando-as a transformar a sua condição social, informando sobre a rede de atendimento social; relatar as atividades desenvolvidas e/ou ocorrências verificadas, efetuando registros relativos aos atendimentos; acompanhar crianças, adolescentes, adultos e idosos em atendimento de saúde; realizar acompanhamento escolar dos educandos no seu grupo de trabalho e/ou nas escolas locais e demais programas; realizar acompanhamento sobre o desenvolvimento de adolescentes inseridos em programas voltados à inserção no mercado de trabalho, efetuando registros de dados; utilizar e articular, sob supervisão técnica, os recursos comunitários propondo, organizando e acompanhando atividades educativas, recreativas e/ou culturais; operacionalizar, sob orientação técnica, tarefas em projetos e programas sociais; auxiliar os profissionais técnicos na condução de tarefas sociais, promovendo encontros e reuniões de trabalho com a comunidade; assistir a equipe técnica no levantamento de dados e informações para a elaboração de planos e programas de trabalho social; acompanhar a implantação de novos projetos na comunidade, auxiliando na elaboração de material didático e prestando informações, quando necessário, seguindo diretrizes da Política de Assistência Social; coletar informações, dados para a pesquisa, dando subsídios para a tabulação, conforme orientação; participar da equipe interdisciplinar, por meio de grupos de estudo, cursos de capacitação ou reuniões, quando solicitado; manter atualizada a documentação referente ao programa em que está inserido; atualizar registros sob sua responsabilidade; respeitar as medidas básicas de prevenção de doenças infectocontagiosas; utilizar os Equipamentos de Proteção Individual - EPIs específicos e necessários para o serviço; participar de comissões, grupos de trabalho quando solicitado. cumprir orientações administrativas, conforme legislação vigente; desempenhar outras tarefas correlatas. <b>PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA:</b> Acompanhar a programação dos cursos e demais atividades de Capacitação e Geração de Renda; divulgar os cursos e oficinas, observando diretrizes e prazos estabelecidos; realizar as inscrições dos cursos de profissionalização e demais procedimentos necessários ao cumprimento das normas institucionais; acompanhar os cursos de profissionalização de acordo com a programação definida; acompanhar atividades educativas pertinentes à programação da Unidade;</p>

**Cont.**

<b>Edital 10 - Atribuições do educador social município: Fazenda Rio Grande</b>	
<b>Descrição Sintética</b>	<b>Descrição Detalhada</b>
	<p style="text-align: right;"><b>Cont.</b></p> <p>ministrar cursos de atividades manuais, como pintura, crochê, tricô, bordado e outros, junto a grupos sociais do Município; levantar necessidades e solicitar materiais para as atividades; participar na organização e execução de eventos; desenvolver atividades recreativas e educativas junto a grupos sociais de diversas faixas etárias; solicitar, receber, conferir, controlar e otimizar a utilização dos materiais permanentes e de consumo nas unidades, quando necessário; estabelecer contato com lideranças do entorno, conforme orientação técnica, para a divulgação dos serviços e/ou possíveis parcerias; cuidar, controlar o uso adequado dos bens patrimoniais das unidades da Secretaria Municipal de Assistência Social; sugerir parcerias que oportunizem aos educandos a prática dos conhecimentos adquiridos nos cursos, participando dos eventos sempre que necessário; mobilizar e acompanhar os educandos nos eventos de encerramento coletivo; desempenhar outras tarefas correlatas.</p> <p><b>PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL:</b> Executar e orientar atividades referentes à higiene pessoal e alimentação das crianças e adolescentes, incentivando a aquisição de hábitos saudáveis, em unidades específicas sob supervisão técnica; realizar a abordagem da população de/na rua em situação de risco social; realizar, sob supervisão da coordenação de Média Complexidade/Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI, atividades com as crianças e adolescentes, bem com os seus familiares, inseridos no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI a fim de atingir os objetivos da Proposta Pedagógica do referido projeto; realizar, sob supervisão da coordenação de Alta Complexidade-Casa de Passagem e Casa Lar, atividades com as crianças e adolescentes, bem como seus familiares, abrigados a fim de atingir os objetivos propostos no Projeto Político pedagógico das referidas Casas; participar das ações integradas de fiscalização urbana em estabelecimentos comerciais; acompanhar o técnico em atendimento a vitimizados em domicílios; estabelecer diálogos e triagem inicial das situações, criando vínculos com a população alvo, visando a inserção na rede de atendimento social; realizar a pré-triagem social, registrando e encaminhando as pessoas para o atendimento básico de higienização, atendimento de saúde (médico e odontológico), albergagem, alimentação e triagem social; acionar os órgãos competentes, em conjunto com o técnico, no caso de contenção das pessoas atendidas e dar os encaminhamentos necessários; observar rigorosamente a população atendida e na suspeita de porte de objetos estranhos à rotina do atendimento social (armas, drogas, etc.), em conjunto com o técnico, acionar os órgãos competentes; acompanhar as pessoas encaminhadas para recâmbio a outros Municípios e Estados quando necessário; realizar o retorno domiciliar/familiar, quando necessário; acompanhar o educando em suas visitas à família sob supervisão técnica; executar outras tarefas correlatas.</p>

FONTE: BRASIL (2012)

**Edital 11 - Atribuições do educador social município: Pinhais**

Executar, sob supervisão técnica, atividades sócio-educativas e administrativas nos programas e nas atividades de Proteção Social Básica às pessoas que mantêm vínculo com a família e comunidade, incluindo ações sócio-educativas de convivência, promoção social, atendimento com recursos emergenciais e de inclusão produtiva e cidadania. Nos programas e nas atividades desenvolvidas pela Proteção Social Especial de Média

Complexidade com atendimento às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos e Proteção Social Especial de Alta Complexidade onde as famílias e indivíduos se encontram sem referência e/ou em situação de risco, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário;

desenvolver atividades recreativas e educativas junto a grupos sociais; divulgar os cursos e oficinas, observando diretrizes e prazos estabelecidos pela Secretaria responsável; ministrar cursos de atividades manuais, como pintura, crochê, tricô, bordado e outros, junto a grupos sociais do Município; desenvolver atividades com crianças e/ou adolescentes em oficinas; participar na organização e execução de eventos; estabelecer contato com lideranças do entorno, conforme orientação técnica, para a divulgação dos serviços e/ou possíveis parcerias; sugerir parcerias que

oportunizem aos educandos a prática dos conhecimentos adquiridos nos cursos, participando dos eventos sempre que necessário; solicitar, receber, conferir, controlar e otimizar a utilização dos materiais permanentes e de consumo nas unidades, quando necessário; controlar o uso adequado dos bens patrimoniais das unidades da SEMAS; desempenhar outras tarefas correlatas.

FONTE: BRASIL (2012)

<b>Edital 12 - Atribuições do educador social município: Curitiba</b>	
<b>Núcleo Básico</b>	<b>Descrição detalhada</b>
<p>Executar, sob supervisão técnica, atividades sócioeducativas, sócio - assistenciais e administrativas nos programas e nas atividades de Proteção Social Básica às pessoas que mantêm vínculo com a família e comunidade, incluindo ações sócio-educativas de convivência, promoção social, atendimento com recursos emergenciais e de geração de trabalho e renda e nos programas e nas atividades desenvolvidas pela Proteção Social Especial de Média Complexidade com atendimento às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos e Proteção Social Especial de Alta Complexidade onde as famílias e indivíduos se encontram sem referência e/ou em situação de risco, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário.</p>	<p>Acolher e recepcionar pessoas, realizando cadastro, triagem, prestando informações, orientações e realizando encaminhamentos necessários para a rede de serviços.</p> <p>Prestar informações dos serviços sócio - assistenciais.</p> <p>Operacionalizar sistemas de informações para inserção de dados e realizar pesquisas para o desenvolvimento do trabalho conforme padrões estabelecidos.</p> <p>Registrar os atendimentos e ações, nos sistemas de informações e demais instrumentos oficiais, conforme rotina da unidade de trabalho.</p> <p>Realizar sob orientação técnica os trabalhos com grupos em sua área de atuação.</p> <p>Participar sob supervisão técnica do desenvolvimento de ações socioassistenciais para pessoas, famílias e comunidade.</p> <p>Realizar em conjunto com a equipe técnica a elaboração de serviços, projetos e programas a serem desenvolvidos pela sua unidade de trabalho.</p> <p>Operacionalizar em conjunto com a equipe técnica a implantação de serviços, projetos e programas segundo as diretrizes propostas.</p> <p>Realizar busca ativa para promoção do acesso de pessoas e famílias aos serviços sócio - assistenciais.</p> <p>Participar do mapeamento dos recursos comunitários existentes no território de abrangência da sua unidade de trabalho.</p> <p>Acompanhar pessoas em deslocamentos para atendimentos externos à sua unidade de atuação, quando necessário.</p> <p>Executar e/ou acompanhar ações com grupos de pessoas em eventos externos à unidade de trabalho.</p> <p>Apoiar, auxiliar e executar em conjunto com o técnico a organização e atendimento de ações e eventos, extraordinários de sua unidade de trabalho.</p> <p>Utilizar sob orientação técnica os recursos da rede local para fortalecer as ações desenvolvidas.</p> <p>Acompanhar e auxiliar no desenvolvimento de ações sócio - educativas e/ou sócio - assistenciais com pessoas, famílias e grupos.</p> <p>Acompanhar, orientar e auxiliar pessoas nas atividades de rotina da vida diária inerentes à área de atuação.</p> <p>Realizar sob orientação técnica atividades com pessoas dentro da sua área de atuação.</p> <p>Desempenhar atividades inerentes ao cargo, conforme protocolos estabelecidos e/ou reconhecidos pela instituição.</p> <p>Desempenhar outras tarefas correlatas pertinentes ao cargo.</p>

FONTE: BRASIL (2012)

**Edital 13 - Atribuições do educador social município: São José dos Pinhais**

Participar da manutenção da segurança e disciplina de alunos em unidades de ensino; orientar e controlar horários; organizar entrada e saída de alunos; acompanhar atividades em intervalos de aulas; conduzir alunos a postos de saúde e residências em situações especiais; buscar e entregar materiais. Receber e entregar crianças aos seus responsáveis conforme horários e controlar frequência dessas em unidades de contra turno escolar; atender crianças na sua educação, higiene, saúde, alimentação, descanso, passeios, recreação, orientando-as na aquisição de hábitos; desenvolver atividades com crianças em oficinas; identificar problemas de natureza educativa e de saúde nas crianças, solicitando encaminhamento. Desenvolver atividades de atendimento às crianças e adolescentes, em unidades de abrigo, quanto à entrada, adaptação e saída, alimentação, higiene, cuidados básicos de limpeza e saúde, repouso, atividades lúdicas e pedagógicas; detectar e informar eventuais irregularidades com os abrigados; acompanhar abrigado em atendimentos médico, odontológico e psicológico; manter a execução de ações com o abrigado, em termos de convívio social e condições do espaço físico. Receber e entregar crianças aos responsáveis e controlar frequência dessas em centros de desenvolvimento infantil; promover a adaptação de crianças recém-admitidas; atender crianças em atividades externas quanto à educação, higiene, saúde, alimentação e repouso, incluindo dar banho, trocar fraldas, dar mamadeiras e refeições para crianças em idade específica; organizar e manter a ordem e segurança no ambiente de desenvolvimento de atividades com as crianças; identificar problemas de aprendizagem, de saúde e socialização de crianças, adotando orientações específicas; orientar e acompanhar crianças nas refeições e nos cuidados com a higiene pessoal. Ministras cursos de atividades manuais, como pintura, crochê, tricô, bordado e outros, junto a grupos sociais do Município; levantar necessidades e solicitar materiais para as atividades; participar na organização e execução de eventos; desenvolver atividades recreativas e educativas junto a grupos sociais de diversas faixas etárias. Abordar na rua crianças e adolescentes em situação de risco social, estabelecendo vínculo para posterior encaminhamento; estabelecer parcerias de trabalho com entidades afins; observar o cotidiano das ruas para conhecimento da realidade e levantamento de informações; entrevistar, cadastrar e providenciar encaminhamento de usuários; comunicar ao Conselho Tutelar situações de crianças e adolescentes que se encontrem em risco pessoal ou social. Identificar pessoas de diversas faixas etárias que perambulam pelas ruas, observando-as como potencial clientela a ser atendida por programas sociais, fazer abordagem e cadastrar clientela; viabilizar alternativas para retorno de pessoas aos seus locais de origem; acompanhar pessoas até seu embarque, em casos específicos. Executar outras atividades correlatas.

FONTE: BRASIL (2013)

## APÊNDICE 4 - EDITAIS DE CONCURSO PARA EDUCADOR SOCIAL DA RMC: SÍNTESE

### Edital 1 - Tijucas do Sul

Realizado no município de Tijucas do Sul, no ano de 2007 e a execução técnico-administrativa não foi identificada no documento.

O concurso foi preparado para selecionar profissionais para atuação em diferentes áreas ocupacionais com níveis de formação que variavam desde o ensino fundamental incompleto ao nível superior. Para educador social, a exigência de formação mínima foi de Nível Médio completo e foram abertas 40 vagas.

A seleção foi organizada de maneira diferenciada entre os cargos, sendo que para o cargo de educador social houve somente a etapa da realização de prova objetiva. Os cargos relacionados ao magistério realizaram prova de títulos de caráter classificatória.

O edital apresentou, em seus anexos, o conteúdo programático da prova objetiva, composta por: português, matemática, conhecimentos gerais e específicos. Foi o único edital localizado na RMC que apresentou uma listagem de bibliografia para consulta.

FONTE: BRASIL, edital N°1 (2007)

### Edital 2 - Araucária

Realizado no município de Araucária, em 17 de maio de 2010. A execução técnico-administrativa foi realizada por uma instituição de ensino superior federal.

O concurso foi preparado para selecionar profissionais que compõem o quadro permanente do município, sob o regime estatutário. Dentre eles, profissionais de nível médio e/ou superior para cinco cargos em diferentes áreas de atuação. Para educador social, a exigência de formação mínima foi de nível médio e foram abertas 20 (vinte) vagas.

O concurso foi realizado em duas fases: a primeira constituiu-se de uma prova objetiva de conhecimentos de caráter eliminatório e classificatório; a segunda, de avaliação física, psicológica e fonoaudiológica em caráter eliminatório. A prova foi composta por 40 (quarente) questões objetivas, abrangendo os conteúdos de língua



portuguesa, conhecimentos gerais e atualidades, avaliação situacional, conhecimentos específicos e uma questão discursiva de avaliação situacional.

O edital apresenta em seus anexos o conteúdo programático da prova objetiva, porém não consta a listagem de bibliografia. Também compõe o edital a indicação dos pré-requisitos para a inscrição no concurso e as atividades relacionadas ao cargo. No tópico que descreve as atividades relacionadas ao cargo de educador social, consta uma descrição resumida e uma descrição detalhada, além de requisitos físicos e mentais: intelectual, cognitivo, comportamental.

FONTE: BRASIL, edital N°017 (2010)

### Edital 3 - Piên

Realizado no município de Piên, em 11 de novembro de 2010. A execução técnico-administrativa foi realizada por uma instituição privada.

O concurso foi preparado para selecionar profissionais que compõe o quadro permanente do município, sob o regime estatutário, dentre eles profissionais de nível fundamental incompleto (dois cargos), nível fundamental completo (três cargos), nível médio completo (cinco cargos) e nível superior completo (13 cargos). Para educador social, a exigência de formação mínima foi de nível médio com certificado de Habilitação ao Magistério e foram abertas três vagas.

A seleção foi organizada de maneira diferenciada entre os cargos. Para educador social o concurso contou com uma única etapa a realização de prova objetiva. Para alguns cargos exigiu-se prova prática de caráter eliminatório e classificatória e para alguns cargos houve prova de títulos de caráter classificatório.

O programa das provas foi apresentado no item 5 do edital, agrupando os cargos com a mesma exigência de formação mínima. O cargo de educador social foi agrupado com o de professor e de professor de educação infantil. Dentre os conteúdos exigidos, constavam: português, matemática, história, geografia, ciências e conhecimentos específicos. Não consta listagem de bibliografia.

A descrição sumária das atribuições dos cargos encontra-se no anexo do edital.

FONTE: BRASIL, edital N° 001 (2010)

#### Edital 4 - Matinhos

Realizado no município de Matinhos, em 08 de agosto de 2011. Teve como responsável pela execução técnico-administrativa uma instituição de ensino superior federal.

O concurso foi preparado para selecionar profissionais que compõem o quadro permanente do município, sob o regime estatutário, dentre eles profissionais de nível fundamental (nove cargos) e nível médio e técnico (27 cargos). Para educador social, a exigência de formação mínima foi de Nível Médio, foram abertas cinco vagas.

A seleção foi organizada em duas fases: a primeira fase constituída por prova objetiva de conhecimentos de caráter eliminatório e classificatório e a segunda fase consistiu em exame médico e avaliação psicológica de caráter eliminatório.

O anexo do edital apresenta as atividades relacionadas ao cargo e o conteúdo programático da prova objetiva. A prova de conteúdos foi organizada exigindo diferentes áreas de conhecimento para cada cargo. Embora todos os cargos exigissem conhecimentos em língua portuguesa, alguns exigiram matemática e outros informática.

Para o cargo de educador social foram exigidos conhecimentos nas seguintes áreas do conhecimento: língua portuguesa, informática e conhecimentos específicos.

FONTE: BRASIL, edital N° 040 (2011)

#### Edital 5 - Piraquara

Realizado no município de Piraquara, em 25 de agosto de 2011. A execução técnico-administrativa realizada por uma instituição privada.

O concurso foi preparado para selecionar profissionais para compor o quadro permanente do município, sob o regime estatutário. Dentre eles, 14 cargos de nível superior, de diferentes áreas para a carreira de gestor público, quatro cargos da carreira especial e sete cargos de nível médio, dentre eles o educador social. Para educador social foram abertas 12 vagas.

A seleção foi organizada de maneira diferenciada entre os cargos. Para educador social, o concurso contou com uma única etapa a realização de prova objetiva. Para alguns cargos, exigiu-se prova prática, também eliminatória e classificatória. Para todos os cargos do nível superior houve prova de títulos.

O anexo do edital apresentou o conteúdo programático da prova objetiva, composta por língua portuguesa, matemática, conhecimentos gerais de legislação e conhecimentos específicos do cargo. Não consta listagem de bibliografia para educador social, porém para alguns cargos foram indicados livros e sites para localizar os conteúdos. Os conteúdos de língua portuguesa, matemática, conhecimentos gerais e legislação eram comuns a todos os cargos que exigiram como escolaridade mínima o ensino fundamental.

As atribuições do cargo encontram-se elencadas no anexo do edital.

FONTE: BRASIL, edital N° 001 (2011)

#### Edital 6 - Agudos do Sul

Realizado no município de Agudos do Sul, em 30 de agosto de 2011. A execução técnico-administrativa foi realizada por uma instituição privada.

O concurso foi preparado para selecionar profissionais para compor o quadro permanente do município, sob o regime estatutário. Dentre eles, profissionais de nível fundamental incompleto, nível médio ou técnico pós-médio e superior. Para educador social, a exigência de formação mínima foi de nível médio completo e foram abertas 40 vagas.

A seleção foi organizada de maneira diferenciada entre os cargos. Para educador social, o concurso contou com uma única etapa: a realização de prova objetiva. Para os demais cargos, exigiu-se prova prática de caráter eliminatório e classificatório para uns e prova de títulos de caráter classificatório para outros.

O edital apresentou quadros por nível de formação, contendo informações sobre os conteúdos exigidos na prova de conhecimentos e sobre a realização, ou não, de uma prova prática. As áreas de conhecimento exigidas eram diferenciadas de acordo com o cargo. Para educador social, a prova de conhecimentos foi composta por: português, matemática, conhecimentos gerais e informática. No item seis do edital, encontra-se a lista dos conteúdos por área de conhecimento para

cada um dos níveis de ensino. Não consta listagem de bibliografia. Entretanto, constam as atribuições dos cargos.

FONTE: BRASIL, edital N° 001 (2011)

#### Edital 7 - Cerro Azul

Realizado no município de Cerro Azul, em 13 de dezembro de 2011. A execução técnico-administrativa foi realizada por uma instituição privada.

O concurso foi preparado para selecionar profissionais que comporão o quadro permanente do município, sob o regime de contrato. Dentre eles, profissionais de nível fundamental incompleto (11 cargos), ensino médio completo (nove cargos) e ensino médio ou superior (um cargo). Para educador social, a exigência de formação mínima foi de nível médio completo, foram abertas oito vagas.

A seleção foi organizada de maneira diferenciada entre os cargos. Para educador social, o concurso contou com uma única etapa: a realização de prova objetiva. Para alguns cargos exigiu-se prova prática de caráter eliminatório e classificatório, e para outros cargos houve prova de títulos de caráter classificatório.

Além disso, apresentou tabelas que identificavam a quais provas o candidato seria submetido e quais eram as áreas do conhecimento que seriam cobradas na prova. O conteúdo programático da prova objetiva foi apresentado no item seis do edital: foi organizado, separando em grupos de acordo com o nível de ensino exigido. As áreas de conhecimento se diferenciaram de acordo com o grupo. No grupo III, ao qual pertencem os cargos de nível médio, incluindo o cargo de educador social, constam as seguintes áreas do conhecimento: português, matemática, conhecimentos gerais, informática e conhecimentos específicos. Não consta listagem de bibliografia.

FONTE: BRASIL, edital N° 001 (2011)

## Edital 8 - Campo Largo

Realizado no município de Campo Largo, em 15 de dezembro de 2010. A execução técnico-administrativa foi realizada por uma instituição privada de ensino superior.

O concurso foi realizado para a seleção de profissionais para cinco diferentes cargos: merendeira, cuidador social, auxiliar de educação infantil, motorista de veículo leve e educador social. Os profissionais selecionados foram contratados sob o regime estatutário.

Para educador social, a exigência de formação mínima foi de nível médio com habilitação em magistério ou em Pedagogia, não havendo diferenciação de salário caso o candidato apresentasse diploma de nível superior. Foram abertas cinco vagas.

O concurso contou com uma única etapa a realização de prova objetiva. A prova foi elaborada respeitando os níveis de ensino exigidos aos cargos. A prova foi composta de questões relacionadas aos conhecimentos específicos, língua portuguesa, conhecimentos gerais e atualidades e matemática, porém o edital não apresenta uma listagem dos conteúdos para a prova, nem indicação de bibliografia.

FONTE: BRASIL, edital N° 001 (2010)

## Edital 9 - Paranaguá

Realizado no município de Paranaguá, em 21 de janeiro de 2012. A execução técnico-administrativa foi realizada por uma instituição estadual de ensino superior.

O concurso foi preparado para selecionar profissionais que comporiam o quadro permanente do município, sob o regime estatutário. Dentre os 123 cargos disponíveis para inscrição, havia exigência mínima em níveis de formação, desde os primeiros anos do ensino fundamental ao nível superior completo. Para educador social, a exigência de formação mínima foi de nível médio completo. Foram abertas dez vagas.

A seleção foi organizada de maneira diferenciada entre os cargos. Para educador social, o concurso contou com uma única etapa a realização de prova objetiva. Para alguns cargos, exigiu-se prova prática de caráter eliminatório e

classificatório e para alguns cargos houve prova de títulos de carácter classificatório.

O edital apresentou as atividades relacionadas ao cargo e o conteúdo programático da prova objetiva, composta por língua portuguesa, matemática, conhecimentos gerais e conhecimentos específicos. Não consta listagem de bibliografia.

FONTE: BRASIL, edital N° 01 (2012)

#### Edital 10 - Fazenda Rio Grande

Realizado no município de Fazenda Rio Grande, em 01 de fevereiro de 2012, e a execução técnico-administrativa foi realizada por uma instituição de ensino superior estadual.

O concurso foi preparado para selecionar profissionais para compor o quadro permanente do município, sob o regime estatutário, divididos em grupo básico (13 cargos), grupo médio-técnico (cinco cargos) e grupo superior (seis cargos). Para educador social, a exigência de formação mínima foi de nível médio completo e foram abertas nove vagas.

A seleção foi organizada de maneira diferenciada entre os cargos. Para educador social, o concurso contou com uma única etapa a realização de prova objetiva. Porém, para alguns cargos exigiu-se prova prática de carácter eliminatório e classificatório e para alguns cargos houve prova de títulos de carácter classificatório.

O edital apresentou o conteúdo programático da prova objetiva. Os conteúdos para cada área de conhecimento foram separados por grupo ocupacional. O cargo de educador social encontrava-se no grupo médio e técnico. Para esse grupo, a prova foi composta de português, matemática, informática, conhecimentos gerais e conhecimentos específicos. Não consta listagem de bibliografia. Porém, consta ainda no edital uma descrição sintética e uma descrição detalhada das atividades relacionadas ao cargo, além dos requisitos mínimos para a inscrição ao cargo.

FONTE: BRASIL, edital N°01 (2012)

## Edital 11 - Pinhais

Realizado no município de Pinhais, em 13 de março de 2012, e a execução técnico-administrativa realizada por uma instituição privada.

O concurso foi preparado para selecionar profissionais para compor o quadro permanente do município, sob o regime estatutário. Dentre eles, profissionais de nível fundamental (três cargos), nível médio (educador social) e nível técnico (sete cargos). Para educador social, a exigência de formação mínima foi de nível médio e foram abertas 10 vagas.

Foi organizado com somente uma fase de seleção, composta por prova objetiva, para todos os cargos. A prova objetiva contemplou conhecimentos de língua portuguesa, raciocínio lógico, informática, conhecimentos gerais e conhecimentos específicos.

Consta, no anexo do edital, atividades relacionadas ao cargo, o requisito mínimo de formação e o rol de conteúdos para a prova objetiva.

A apresentação dos conteúdos exigidos foi dividida em dois níveis de formação: nível fundamental e nível médio e técnico. Os conteúdos de língua portuguesa, raciocínio lógico, informática e conhecimentos gerais eram comuns a todos os cargos do mesmo nível. Não consta listagem de bibliografia.

FONTE: BRASIL, edital N° 003 (2012)

## Edital 12 - Curitiba

Realizado pelo município de Curitiba, em 03 de maio de 2012. A execução técnico-administrativa realizada por uma instituição de ensino superior privada.

O concurso foi preparado para selecionar especificamente educadores sociais para compor o quadro permanente do município, sob o regime estatutário. A exigência de formação mínima foi de nível médio completo e foram abertas 20 vagas.

A seleção foi organizada em três diferentes etapas: a primeira etapa constituiu-se por prova objetiva de conhecimentos de caráter classificatório e eliminatório; a segunda etapa constituiu-se por avaliação psicológica de caráter eliminatório; a terceira etapa constituiu-se de exame médico admissional de caráter eliminatório.

Apresentou as atividades relacionadas ao cargo, descrevendo detalhadamente o núcleo básico de sua atividade, as atribuições gerais, as competências técnicas de ingresso (escolaridade, formação específica e outros requisitos), as condições de trabalho, os requisitos necessários ao cargo (físicos, psicológicos), os contra indicativos, a responsabilidade e a necessidade de supervisão. O programa da prova objetiva foi composto por: língua portuguesa, matemática e conhecimentos específicos. Não constava listagem de bibliografia.

FONTE: BRASIL, edital N° 04 (2012)

### Edital 13 - São José dos Pinhais

Realizado no município de São José dos Pinhais, em 05 de julho de 2013. A execução técnico-administrativa foi realizada por uma instituição estadual de ensino superior.

O concurso foi preparado para selecionar profissionais para compor o quadro permanente do município, sob o regime estatutário. Dentre eles, profissionais de nível médio (educador social) e superior (pedagogo, professor e psicólogo). Para educador social, a exigência de formação mínima foi de nível médio com habilitação para o magistério ou superior em pedagogia, não havendo diferenciação de salário, caso o candidato apresente diploma de nível superior. Foram abertas 57 vagas.

A seleção foi organizada de maneira diferenciada entre os cargos. Para educador social, o concurso contou com uma única etapa: a realização de uma prova objetiva. Para os outros cargos havia três etapas seletivas: prova objetiva, prova discursiva e prova de títulos.

Constavam, nos documentos anexos do edital, as atividades relacionadas ao cargo e o conteúdo programático da prova objetiva, composto por: língua portuguesa, matemática, noções de legislação e conhecimentos específicos. Não constava listagem de bibliografia.

Os conteúdos exigidos para o cargo de educador social se diferenciavam dos exigidos aos outros cargos em: língua portuguesa, matemática e conhecimentos específicos. A listagem de conteúdos para noções de legislação foi a mesma para todos os cargos.

FONTE: BRASIL, edital N°155 (2013)



**ANEXOS**

ANEXO 1 - PROJETO DE LEI Nº 5346/2009 - CRIAÇÃO DO CARGO DE EDUCADOR SOCIAL.....	146
ANEXO 2 - SUBSTITUTIVO AO PL 5346/2009: COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO.....	150
ANEXO 3 - CARTA DE PEDAGOGIA SOCIAL REDIGIDA NO I CIPS/ 2006.	151

ANEXO 1 - Projeto de Lei nº 5346/2009 - Criação do Cargo de educador social

**PROJETO DE LEI Nº 5346 de 2009**  
**(Do Sr. Chico Lopes)**

*Dispõe sobre a criação da profissão de educador e educadora social e dá outras providências.*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** - Fica criada a profissão de Educador e Educadora Social, nos termos desta Lei.

**Parágrafo único:** A profissão que trata o *caput* deste artigo possui caráter pedagógico e social, devendo estar relacionada à realização de ações afirmativas, mediadoras e formativas.

**Art. 2º** - Ficam estabelecidos como campo de atuação dos educadores e educadoras sociais, os contextos educativos situados fora dos âmbitos escolares e que envolvem:

- I – as pessoas e comunidades em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, violência e exploração física e psicológica;
- II – a preservação cultural e promoção de povos e comunidades remanescentes e tradicionais;
- III – os segmentos sociais prejudicados pela exclusão social: mulheres, crianças, adolescentes, negros, indígenas e homossexuais;
- IV – a realização de atividades sócio educativas, em regime fechado, semiliberdade e meio aberto, para adolescentes e jovens envolvidos em atos infracionais;
- V – a realização de programas e projetos educativos destinados a população carcerária;
- VI - as pessoas portadoras de necessidades especiais;
- VII - o enfrentamento à dependência de drogas;
- VIII – as atividades sócio educativas para terceira idade;
- IX - a promoção da educação ambiental;
- X – a promoção da cidadania;
- XI - a promoção da arte-educação;
- XII – a difusão das manifestações folclóricas e populares da cultura brasileira;
- XIII – os centros e/ou conselhos tutelares, pastorais, comunitários e de direitos;
- XIV – as entidades recreativas, de esporte e lazer.

**Art. 3º** - O Ministério da Educação – MEC fica sendo o órgão responsável pela elaboração e regulamentação da Política Nacional de Formação em Educação Social, dos profissionais que trata esta Lei, em diferentes níveis de escolarização e na manutenção de programas de educação continuada.

**Parágrafo único** - Fica estabelecido o Ensino Médio como o nível de escolarização mínima para o exercício desta profissão.

**Art. 4º** - Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

- I – adequar para a denominação “educador ou educadora social” os cargos ocupados por profissionais com o campo de atuação em contextos educativos que se enquadram no que trata o artigos 2º e 3º desta Lei;
- II – Criar e prover os cargos públicos de educadores e educadoras sociais, podendo estabelecer níveis diferenciados de admissão destes profissionais de acordo com a escolaridade;
- III - elaborar os Planos de Cargos, Carreira e Remuneração desta profissão.

**Art. 5º** - Ficam revogadas as disposições contrárias.

**Art. 6º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A existência dos profissionais denominados de “Educadores e Educadoras Sociais”, que se destacam pela sua atuação em contextos educativos situados fora dos âmbitos escolares, não é uma característica exclusiva do Brasil. Desde o fim do século XIX encontramos registros que falam do potencial de atuação desses profissionais na Europa. Mas foi em meados do século XX, com o fim da 2ª Guerra Mundial, que estes profissionais passaram a acelerar a construção de sua identidade. Em 1951 foi fundada a Associação Internacional de Educadores Sociais – AIEJI, objetivando promover a união dos educadores e educadoras sociais de todos os países, contribuindo na formação e elaboração de suas competências e na consolidação desta profissão.

Ao longo dos anos, a AIEJI foi organizando vários congressos internacionais, no sentido de concretizar estes objetivos. Em 2005, em Montevidéu-Uruguai, por ocasião do 16º Congresso Internacional dos Educadores e Educadoras Sociais, e que contou com a participação de várias representações do Brasil, foi elaborada uma documento que ficou conhecido como Declaração de Montevidéu, onde os Educadores e Educadoras Sociais de dezenas de países declararam:

*“1. Reafirmamos e comprovamos a existência do campo da Educação Social como um trabalho específico orientado a garantir o exercício dos direitos dos sujeitos de nosso trabalho, e que nos exige permanente compromisso em seus níveis éticos, técnicos, científicos e políticos. 2. Para o cumprimento deste compromisso, é indispensável à consolidação da profissão de Educador e Educadora Social (...). 7. Os Educadores e Educadoras Sociais renovam o compromisso com a democracia, com a justiça social, com a defesa do patrimônio cultural e pela defesa dos direitos humanos, baseados na convicção de que outro mundo é possível.”*

França, Holanda, Bélgica, Suíça, Itália, Uruguai, Alemanha, Canadá, Portugal, fazem parte de um movimento internacional que conta com a participação efetiva de mais de quarenta países que vêm lutando pela regulamentação e formação em nível de graduação e pós-graduação dos educadores e educadoras sociais, dos quais muitos obtiveram êxito.

No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN dispõe, pela primeira vez na história, em seu Art. 1º que a educação: *“abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no*

*trabalho, nas Instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.”* Ou seja, reconhece a existência de contextos educativos situados fora dos âmbitos escolares, onde há destacada atuação dos Educadores e Educadoras Sociais que fundamentam sua prática educativa, sobretudo, no legado da Educação Popular, especialmente a desenvolvida a partir da década de 70, tomando por base a influência do educador Paulo Freire.

Várias ações têm sido realizadas no sentido de dar visibilidade e promover a valorização da Educação Social e reconhecer os Educadores e Educadoras Sociais em nosso País, como:

- 1 - Encontros Estaduais de Educação Social em vários Estados;
- 2 - 5(cinco) Encontros Nacionais de Educação Social, o último realizado em 2008 na cidade de Olinda – PE com a presença de mais de 1200 (mil e duzentos) Educadores e Educadoras Sociais de todo o Brasil;
- 3 - 2(duas) Conferências Internacionais de Pedagogia Social, promovidas pela Universidade de São Paulo;
- 4 - Diversas Audiências Públicas nos Estados e Municípios;
- 5 – Criação de associações e sindicatos desta categoria;
- 6 – Aprovação de Leis criando o dia do Educador e da Educadora Social;
- 7 – Realização de cursos de extensão e especialização em Educação Social, além de pesquisas acadêmicas em nível de graduação e pós-graduação *strictu sensu* e *lato sensu*.

Como resultado desse árduo trabalho de investigação, cita-se então algumas produções acadêmicas no Brasil, como “Pedagogia Social de Rua” de Maria Stella Graciane; “Aventura Pedagógica: caminhos e descaminhos de uma ação educativa” e “Por uma Pedagogia da Presença” de Antônio Carlos Gomes da Costa; “Educação Social de Rua” de Walter Ferreira de Oliveira e “Desafios, riscos e desvios” de Geraldo Calimam.

Os Educadores e Educadoras Sociais possuem indubitável relevância no cenário profissional brasileiro e têm sido os parceiros mais importantes de assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, sociólogos e advogados, dentre outros profissionais, que atuam no processo de enfrentamento a dívida social que o País tem com sua população. No entanto, possuem características de atuação, necessidades de formação e organização próprias, e assim, buscam o fortalecimento de sua identidade profissional.

Em janeiro de 2009, os Educadores e Educadoras Sociais obtiveram até o presente a sua mais importante conquista no processo de reconhecimento social e profissional e no fortalecimento de sua identidade trabalhista. Foram incluídos na Classificação Brasileira de Ocupações- CBO, do Ministério do Trabalho e Emprego, com a seguinte descrição:

**“5153-05 – Educador social.** *Descrição Sumária: Visam garantir a atenção, defesa e proteção a pessoas em situações de risco pessoal e social. Procuram assegurar seus direitos, abordando-as, sensibilizando-as, identificando suas necessidades e demandas e desenvolvendo atividades e tratamento”.*

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, através da Secretaria Nacional de Assistência Social, em seu Guia de Orientação nº 1 para os Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) orienta que a equipe do CREAS deve ser composta, minimamente, em Gestão básica, por 1

Coordenador, 1 assistente social, 1 psicólogo, 1 advogado, 1 auxiliar administrativo e 2 educadores sociais e estagiários. Dobrando o número de educadores sociais na proposta para Gestão Plena e Serviços Regionais, o que representa o reconhecimento da importância desta categoria.

O Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, aponta como uma das Ações do “EIXO 3 - Marcos Normativos e Regulatórios”:

*“4.1 – Regular a ocupação de educador social e elaborar parâmetros básicos de formação para o exercício da ocupação de educador social.”*

Outro dado relevante é a abertura de concursos públicos para provimento de cargos de educadores e educadoras sociais, que já vem acontecendo, em pelo menos 100 municípios de 21 Estados no Brasil.

A criação da profissão de Educador e Educadora Social, além de valorizar estes agentes que tanto contribuem para o enfrentamento da dívida social brasileira, pode suscitar importantes debates acerca da educação no seu sentido mais pleno, com a abrangência que lhe dá o Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, respondendo ao genuíno atendimento de interesses e necessidades sociais de nosso tempo.

Dessa forma, solicito apoio de meus nobres pares para a aprovação deste Projeto de Lei, que é peça fundamental na melhoria das condições laborais dos sujeitos sociais, através da promoção de seu reconhecimento profissional e na elaboração e difusão de saberes culturais e técnico-científicos importantes, na construção de uma Nação mais justa e igualitária.

Sala das Comissões, em 03 de junho de 2009.

Deputado Federal Chico Lopes  
PCdoB/CE

ANEXO 2 - Substitutivo ao PL 5346/2009: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

**COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO  
PÚBLICO.  
SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 5.346 , DE 2009**

Regulamenta Educação Social como profissão.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Educação Social é a profissão do educador social, pedagogo social e de profissionais com formação específica em Pedagogia Social, nos termos desta Lei.

Art. 2º A Educação Social possui caráter sociocultural, sociopedagógico e sociopolítico e relaciona-se com a realização de ações afirmativas, mediadoras e formativas.

Art. 3º Fica estabelecido o Ensino Médio como o nível de escolarização mínima para o exercício da atividade.

Art. 4º São atribuições do educador social, em contextos educativos situados fora do âmbito escolar, as atuações que envolvem:

I – as pessoas e comunidades em situação de risco ou vulnerabilidade social, violência, exploração física e psicológica;

II – a preservação cultural e promoção de povos e comunidades remanescentes e tradicionais;

III – os segmentos sociais prejudicados pela exclusão social: mulheres, crianças, adolescentes, negros, indígenas e homossexuais;

IV – a realização de atividades socioeducativas, em regime fechado, semiliberdade e meio aberto, para adolescentes e jovens envolvidos em atos infracionais;

V – a realização de programas e projetos educativos destinados à população carcerária;

VI - as pessoas portadoras de necessidades especiais;

VII - o enfrentamento à dependência de drogas;

VIII – as atividades socioeducativas para terceira idade;

IX - a promoção da educação ambiental;

X – a promoção dos direitos humanos e da cidadania.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado ASSIS MELO  
Relator

## ANEXO 3 - Carta de Pedagogia Social redigida no I CIPS/ 2006

*Marcos Normativos da Pedagogia Social* 293

**Carta da Pedagogia Social – 2006**

Nós, brasileiros e brasileiras reunidos durante o *I Congresso Internacional de Pedagogia Social*, realizado pela USP, Mackenzie e UniFMU, no período de 8 a 11 de março de 2006, concordamos em nos manifestar sobre as questões estruturais e conjunturais brasileiras, especialmente no que se refere à Educação.

Preliminarmente, reafirmamos nossa crença no Estado Democrático de Direito e na necessidade de prevalência das instituições sobre os interesses individuais e corporativos como regra de convivência democrática entre o Estado e a sociedade e entre os poderes executivo, legislativo e judiciário.

Reafirmamos também nossas esperanças de uma efetiva integração entre os países da América do Sul, com gradual integração de suas políticas e supressão de toda e qualquer forma de divisão que não seja estritamente fundamentada na história e na cultura de seus povos.

Reafirmamos, por fim, a opção política de termos, no Brasil, a Educação, a Saúde, a Segurança Pública e o Acesso à Justiça como políticas públicas inerentes ao próprio Estado, portanto como direito público subjetivo de todos os brasileiros e brasileiras. A escola pública é, por excelência, a escola do povo brasileiro e nos unimos a todos aqueles que lutam por uma escola pública, gratuita, laica, obrigatória e de qualidade.

Manifestamos nossa preocupação com a ameaça neoliberal à Educação e recusamos veementemente que o Governo brasileiro aceite negociá-la nas instâncias internacionais, especialmente na Organização Mundial do Comércio, como serviço a ser prestado a quem pode pagar.

Preocupamo-nos também com as limitações da Educação formal para promover a inclusão social por meio do Ensino Fundamental em contraposição à abrangência que pode ter a Educação não-formal no Brasil.

A elevação da Educação não-formal ao de política pública é uma exigência da realidade social brasileira e é preciso reconhecer os múltiplos espaços em que a Educação pode acontecer, como bem afirmam a Constituição Federal de 1988 e a LDB de 1996.

As práticas de Educação não-formal constituem as bases do trabalho educativo protagonizado por organizações não-governamentais, sindicatos, movimentos e projetos sociais que anseiam por encontrar o seu lugar dentro da Educação de forma legítima e segura, sendo necessário reconhecer a complementaridade destas ações em relação aos esforços já desenvolvidos pela escola.

Em suas múltiplas atividades, o congresso aponta para questões cruciais em relação à Educação brasileira:

1. A necessidade urgente de que seja efetivada a autonomia pedagógica, administrativa e financeira da escola pública, concebendo-a como unidade orçamentária;
2. A insuficiência dos atuais currículos de formação de professores, tanto no bacharelado quanto nas licenciaturas, para trabalhar com a dimensão social dos problemas que afetam o acesso, a permanência e o rendimento escolar dos alunos;
3. A necessidade de afirmação da vocação social da escola pública brasileira para fazer frente às tentativas de sua privatização;
4. A necessidade de integração da escola pública com a rede de proteção social e a incorporação, por parte da Associação de Pais e Mestres, da legislação social à Educação, sobretudo, do Estatuto da Criança e do Adolescente, da Lei Orgânica de Assistência Social e do Estatuto do Idoso.

A concepção de Educação enunciada no *I Congresso Internacional de Pedagogia Social* aponta para a necessidade de um projeto de sociedade em que a Educação ocupe uma função central, tanto nas políticas públicas, quanto nas relações humanas e sociais e, para isto, se faz imperioso repensar o planejamento urbano nas cidades e nos grandes centros, para que os seus espaços públicos e coletivos criem condições para que estas relações sejam essencialmente pedagógicas.

Educação em Saúde, Educação em Direitos Humanos, Educação Digital, Educação no Campo, Educação Rural, Educação Ambiental, Educação de Trânsito, Educação em Valores, Educação para a Paz, Educação Alimentar e tantas outras formas de Educação hoje caracterizadas pela literatura e pela legislação como práticas de Educação Não-Formal caracterizam práticas de Pedagogia Social.

Entendemos que estas múltiplas manifestações constituam práticas de Pedagogia Social, mas carecem de fundamentação teórica e metodológica para que se configurem como um corpus de conhecimento dotado de unidade conceitual, ainda que suportado por diferentes concepções teóricas e metodológicas.

Diante deste entendimento, a Pedagogia Social não pode ser uma mera somatória de conteúdos da Pedagogia e do Serviço Social, nem precisa concorrer com estas áreas, mas deve edificar-se sobre o princípio da responsabilidade educacional da família, do Estado e da sociedade com a Educação de todos os seus membros.

Como consequência das discussões, reflexões e propostas do *I Congresso Internacional de Pedagogia Social*, faz-se necessário e oportuno que universidades públicas – federais, estaduais e municipais – prioritariamente, orientem seus esforços para a formação de profissionais capazes de fazer frente aos de-



safios que a sociedade brasileira enfrenta, estruturando linhas de pesquisa e cursos de graduação, de especialização, de mestrado e de doutorado em Pedagogia Social como meio efetivo de criar o campo, o currículo e a profissão de pedagogo social, tal como já ocorre em países como Chile, Portugal, Espanha e Alemanha, dentre outros.

A regulamentação da Pedagogia Social como profissão deve – a médio e longo prazo – consubstanciar-se na definição da identidade social e profissional de milhões de brasileiros que hoje se dedicam – voluntária ou profissionalmente – ao trabalho social no Brasil e que gostariam de ter o seu trabalho reconhecido como profissão.